

**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração – Poder e Linguagens
Linha – Ideias, Linguagens e Historiografia**

Valdemir Ferreira Lopes

**Os prefácios de *Sobrados e Mucambos*: a história de
um livro em busca do universal**

**Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP
Setembro/2011**

Valdemir Ferreira Lopes

Os prefácios de *Sobrados e Mucambos*: a história de um livro em busca do universal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Linha: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP
Setembro/2011

L864p Lopes, Valdemir Ferreira.
Os prefácios de sobrados e mucambos [manuscrito] : a história de um livro em busca do universal / Valdemir Ferreira Lopes. - 2011.
172f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Historiografia - Teses. 2. História social - Brasil - Teses. 3. Brasil - Condições sociais - Teses. 4. Freyre, Gilberto, 1900-1987 - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 930.2:308(81)

Valdemir Ferreira Lopes

Os prefácios de *Sobrados e Mucambos*: a história de um livro em busca do universal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Linha: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Dissertação aprovada pela banca examinadora em 30/09/2011

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – Orientador (UFOP\UFRGS)

Prof. Dra. Telma Borges da Silva (Unimontes)

Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Para Wilma e Sophia.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Fernando Nicolazzi, pelo compromisso e franqueza com os quais assumiu esta orientação. Havendo mérito nesta dissertação, todo ele é tributário de sua erudição na escrita da história.

Aos professores Sérgio da Mata e Valdei Araújo, pelas observações pontuais quando da minha qualificação. Em especial, ao primeiro, por intervir com acuidade, desde o processo seletivo, nas idas e vindas de um pretenso historiador. Espero que esta dissertação, de uma forma ou de outra, amortize um pouco da dívida que suas ponderações me fizeram assumir.

À professora Telma Borges, do Programa de Mestrado em Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros, grata e valiosa surpresa, por aceitar o convite em participar da banca cuja presença encerra mais um gesto de grandeza de uma intelectual sempre disposta a dialogar.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em História da UFOP, especialmente a Marco Antônio Silveira, a Helena Mollo e a Renato Pinto Venâncio, cujas disciplinas ministradas me permitiram experimentar um ambiente de discussão em que o proveito ainda não tenho condições de mensurar.

Ao senhor Emanuel José dos Santos (Bibliotecário) e à senhora Lúcia Gaspar (Diretora da Seção de Obras Raras) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); e senhora Jamile (Centro de Documentação) da Fundação Gilberto Freyre, pela cessão de espaço nessas instituições, localizadas na cidade de Recife, para o cotejamento das edições de *Sobrados e Mucambos* analisadas nesta pesquisa.

Ao professor Alysson Luiz, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, pelas boas palavras de animação desde a orientação da monografia de graduação.

Ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em particular, a Roberto Otacílio Dutra, Subcomandante da Companhia de Bombeiros Militar em Ouro Preto, pela amizade, pelo companheirismo: um verdadeiro amigo certo nas horas incertas de um subordinado que volta e meia encontrava nas concessões de seu comandante o conforto para rever a família distante. Também agradeço aos meus colegas do Corpo de Bombeiros em Montes Claros, especialmente aos do 4º Pelotão, que, de uma forma ou de outra, colaboraram com o seu colega de trabalho, seja compartilhando as angústias da pesquisa, seja possibilitando-lhe momentos para leitura ou escrita do trabalho.

A Alessandra, primeiro pelo abrigo em Mariana e, segundo, pela amizade, pela atenção, que extrapolaram os meses nos quais dividimos preocupações acadêmicas, saudades da terra natal, da família.

Aos meus colegas de mestrado, de maneira especial, a Débora, a Érika e a Daniel pelas discussões, por compartilharem tanto as dificuldades relativas à escrita da dissertação quanto as distintas adversidades que se apresentaram ao longo de tal empreitada. A Késia Tavares, pela amizade que, desde a graduação, pode ser traduzida nas tentativas de diálogo diante de nossas carências, resumidas em inquietações, no caso dela, acerca dos “loucos” do sertão norte - mineiro e, em meu caso, nos meandros da escrita da história. A Piero Detoni, pelas constantes interlocuções, principalmente as regadas pela culinária do norte de Minas. A Ivanir, meu grande amigo da graduação, por tornar as efervescentes discussões do curso de História em amizade e companheirismo.

A todas as pessoas que tentaram preencher as ausências do pai de Sophia; com gratidão, a Dona Ilma, minha sogra, que, a despeito de problemas de saúde, não mediu esforços em sua dedicação à neta.

À minha mãe, Dona Fátima, e aos meus irmãos Hildete, Clóvis, Ivone, Helena e Júnior por se resignarem diante de minhas constantes ausências nos eventos da família em São Francisco.

A Wilma e a Sophia, por suportarem a ausência do esposo e do pai, meu especial agradecimento e amor sincero.

“Assim se escreve o prefácio, ato primeiro com o qual começa a estabelecer-se a monarquia do autor, declaração da tirania: minha intenção deverá ser seu preceito, leitor; sua leitura, suas análises, suas críticas se conformarão àquilo que pretendi fazer; entendam bem minha modéstia: quando falo dos limites de meu empreendimento, pretendo limitar sua liberdade, e se proclamo a sensação de não ter estado à altura de minha tarefa é porque não quero deixar-lhe o privilégio de contrapor a meu livro o fantasma de um outro, bem próximo dele porém mais belo que ele. Sou o monarca das coisas que disse e mantenho sobre elas uma soberania eminente: a de minha intenção e do sentido que lhes quis atribuir.”

Michel Foucault (*História da loucura*, 2005)

RESUMO

Esta dissertação apresentou um estudo do livro *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, focalizando os prefácios escritos ao longo de suas sete primeiras edições, publicadas em vida, entre os 1936 e 1985. No decorrer dessas publicações, Freyre amontoou vários prefácios às edições. Nessa história do livro, identificamos a arquitetura de significados distintos para seu texto. Tal constatação demandou um esforço para compreender a função dos diferentes prefácios escritos para o mesmo livro ao longo das reedições vindas a público quando o autor ainda era vivo. A análise de cada um desses prefácios nos levou à conclusão de que estavam a serviço de um projeto de permanência, de universalidade da obra.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre; *Sobrados e Mucambos*; Escrita da história; Prefácios.

ABSTRACT

This dissertation had presented a study about *Sobrados e Mucambos*, by Gilberto Freyre, focusing the prefaces wrote for the seven editions of the book edited between 1936 and 1985. During these book editions, the author had accumulated several prefaces for this work. In this history of the book, we identified an author projecting different meanings of his text. This evidence had demanded an effort to comprehend the function of different prefaces written for the same book during the published editions when the author was alive. The analyses of each one of these prefaces allowed the conclusion which they were part of a project of durable and universality of the book.

KEYWORDS: Gilberto Freyre; *Sobrados e Mucambos*; writing of history; Prefaces.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 - Prefácio: uma prática entre ordens de tempo..... | 26 |
| 1.1 - Os significados do prefácio para a escrita da história..... | 27 |
| 1.2 - A função do prefácio..... | 38 |
| CAPÍTULO 2 - A história do livro nos prefácios..... | 47 |
| 2.1 - Edições e os prefácios de <i>Sobrados e Mucambos</i> | 48 |
| 2.2 - Prefácio à primeira edição..... | 59 |
| 2.2.1 - A tese sociológica da acomodação..... | 59 |
| 2.2.2 - A casa: metáfora e metonímia do patriarcado brasileiro..... | 64 |
| 2.2.3 - O lugar do livro ou o lugar do autor..... | 69 |
| 2.2.4 - O sentido proustiano: a memória como inteligibilidade histórica..... | 73 |
| 2.3 - A segunda edição: o movimento do livro em direção ao Brasil..... | 84 |
| 2.3.1 - A projeção sobre o nacional..... | 84 |
| 2.3.2 - O prefácio reeditado ou a performance atualizada..... | 86 |
| 2.3.3 - A viagem e o pensamento social..... | 103 |
| 2.3.4 - As viagens nos prefácios de <i>Sobrados e Mucambos</i> | 105 |
| 2.4 - Prefácio à segunda edição: do regional ao nacional..... | 110 |
| 2.5 - Prefácio à terceira edição: ainda o movimento do livro ou os primeiros passos em direção ao universal..... | 122 |
| 2.6 - Prefácio à sexta edição: o livro e a deferência universal..... | 132 |
| CAPÍTULO 3 - Ensaio: a escrita da experimentação..... | 137 |
| 3.1 - Montaigne e Freyre: o ensaio como experimentação..... | 138 |
| 3.2 - O ensaio acadêmico..... | 143 |
| 3.3 - O ensaio sociológico..... | 151 |
| 3.4 - O ensaio universal..... | 158 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 165 |
| EDIÇÕES ANALISADAS..... | 168 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 168 |

INTRODUÇÃO

José Honório Rodrigues, ao estabelecer em *A Pesquisa histórica no Brasil*, a definição de pesquisa e de fato históricos, ao reunir autores e obras sob o título “Evolução da Pesquisa Pública Histórica Brasileira”, dava os primeiros passos de uma prática da disciplina história preocupada em refletir sobre a atividade dos historiadores no contexto brasileiro.¹

Em uma reflexão sobre estudos historiográficos brasileiros, Manoel Luiz Salgado Guimarães² percebeu, desde José Honório, chaves interpretativas por “um princípio de ordem política”, tais como “historiografia conservadora”. Rubrica sob a qual esse autor elenca Francisco Adolpho de Varnhagen, José da Silva Lisboa, Hélio Viana e Gustavo Barroso. Além da sua precariedade, continua Guimarães, outro problema dessa classificação é que autores e obras “quase nunca comparecem como matéria de análise”. Precária na medida em que Von Martius e Varnhagen são classificados em grupos distintos; em historiografia monárquica, o bávaro; e em historiografia conservadora, o Visconde de Porto Seguro, embora este último possa muito bem ser aceito como monarquista e Martius como conservador. Além disso, a leitura desses intelectuais e suas obras por essas categorias explicativas limitam um aprofundamento nesses mesmos autores e textos.³ Entretanto, a despeito de ser uma atividade compiladora, torna-se atraente aos olhos historiográficos se percebermos que subjaz a essa compilação um olhar num movimento duplo, pois ao mesmo tempo em que a apresenta, a empreende segundo uma chave de leitura, constituindo a partir daí uma memória acerca desses intelectuais e suas obras. O que nos possibilita identificar um conjunto de procedimentos, dispositivos de leitura e compreensão de textos e autores segundo uma memória que quer ser objetiva.⁴

Em meados da década de 1970, como propõe Guimarães, o foco dos historiadores que se dedicam à análise da produção historiográfica desloca-se da perspectiva de levantamento de autores e obras por meio de catálogos

¹ RODRIGUES, J. H. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. Sua evolução e seus problemas atuais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Revista Ágora*, vol. 11, n. 1, 2005, p. 31-47.

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, *op. cit.*, p. 36-37.

⁴ *Ibid.*, p. 37.

interpretativos, mirando-se nos contextos em que a produção dos historiadores estava inserida. Na nova perspectiva, “o conjunto de relações políticas, econômicas e sociais em um determinado momento histórico” permitiria aos estudiosos dessa produção captar uma realidade objetiva que esses contextos forneciam de forma mais segura. Assim, acreditam que o desvendamento do sentido último dos livros supõe a compreensão de fenômenos que permeiam aquele conjunto de relações. Nesse sentido, Guimarães aponta o emblemático livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Mota, para quem a produção intelectual brasileira é analisada tomando cinco momentos, segundo os quais as obras produzidas são interpretadas, ou seja, o contexto como condição de inteligibilidade das próprias obras consideradas. Os autores e as obras produzidas entre 1933 e 1974 são interrogados por Mota a partir do conceito de ideologia, o qual supõe íntimas relações entre a produção do período e ideologias políticas ligadas a interesses sociais. Nesse sentido, como menciona Guimarães, o texto histórico assemelha-se a outras produções intelectuais e, dessa forma, perde a especificidade que o constitui e o diferencia de outras formas textuais.⁵

Num horizonte historiográfico próximo a esse, Guimarães aponta os trabalhos de José do Amaral Lapa. Em *A História em questão – Historiografia brasileira contemporânea*, o crítico encontra indicadores gerais sobre a produção historiográfica nos quais os textos históricos submergem em uma preocupação de elaborar quadros e curvas sobre a produção do conhecimento. Embora o crítico encontre em Lapa um esforço de conceituação do que entende por historiografia, como uma análise crítica do processo de conhecimento histórico, sua preocupação subestima os textos em si ao prestigiar categorias de análise que responderiam por eles. Em *História e Historiografia do Brasil pós-64*, Lapa recorre à elaboração de sínteses nas quais a produção dos historiadores é medida pelos indicadores: áreas de especialização dentro do conhecimento histórico e o período político dentro da História do Brasil. Mais uma vez, como indica Manoel Luiz Salgado Guimarães, obras e autores encontram-se ausentes nesse trabalho historiográfico, o que o leva a inferir o caráter secundário deles.⁶

Diante das questões que essa ligeira história dos estudos historiográficos brasileiros proposta por Manoel Salgado levanta, nossa pesquisa

⁵ *Ibid.*, p. 39-40.

⁶ *Ibid.*, p. 40-41.

assume a postura de prestigiar autores e suas obras emprestando-lhes senão um caráter decisivo, pelo menos importante na produção do conhecimento. A análise do contexto pode nos oferecer as condições de produção, as possibilidades, os interditos. Mas não deve ser matéria primeira. Mais proveitosa seria uma investigação historiográfica menos preocupada, como salienta Paul Veyne, em dizer que a narrativa de tal historiador é fraca ou pouco afeita aos aspectos sociais do período e atenta ao inventário da palheta de cada historiador.⁷ É ainda mais abrangente, como afiança Michel de Certeau, perceber a produção dos historiadores, tal como um veículo saído da fábrica, ligada a um complexo de fabricação específica e coletiva que combina um lugar social, práticas “científicas” e uma escrita.⁸

Foi nesse horizonte que apreciamos Gilberto Freyre e o livro *Sobrados e Mucambos*, mais especificamente os prefácios às diferentes edições. Sua produção intelectual mantém um fôlego que pode ser medido por fecundos trabalhos que suas obras ainda despertam após oito décadas de críticas. A lista de trabalhos a respeito de sua produção é por demais extensa para ser apresentada; sobretudo, discutida aqui. Resta-nos, então, apenas mencionar aqueles com os quais este trabalho dialogou e, principalmente, porque as questões que eles levantaram têm sua origem não em contextos externos ou anacrônicos, mas nos próprios livros do autor. Em “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-Grande & Senzala*”, Luiz Costa Lima encontra na linguagem empregada no texto fundamentos que invalidariam tanto a distinção entre raça e cultura, segundo a qual Freyre assentaria seu ensaio, quanto limitariam o papel de Franz Boas na distinção, embora reconhecido na ênfase que o texto dá à cultura.⁹ Nesse ponto, sem querer esmiuçar a proposta de Lima, até porque voltaremos a ela ao longo do trabalho, o teórico aponta que em Boas o conceito de raça perde progressivamente uma posição central até ser superado pelo conceito de cultura. Por outro lado, o intelectual brasileiro é mais cauteloso ao hesitar entre o que é efeito de raça e o

⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Alba Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 1998, p. 171.

⁸ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de M^a de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-119.

⁹ LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-Grande & Senzala*”. In: LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudo sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 187-237.

que é efeito de cultura quando alude a uma singular predisposição do português devida ao seu passado étnico ou cultural.¹⁰

Ricardo Benzaquen de Araújo propõe em *Guerra e Paz* que o seu interesse pelo intelectual pernambucano decorreu da sua intenção de analisar as possíveis relações que haveria entre as ciências sociais e as propostas modernistas das primeiras décadas do século XX no Brasil. Araújo identificou um Freyre se dizendo modernista, o que seria até passível de comprovação por suas ligações com Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Paulo Prado, Sérgio Buarque e Afonso Arinos, numa posição contrária àquela na qual parte da crítica atual classifica sua obra de regionalista, tradicional, conservadora, na contramão das demandas renovadoras do modernismo paulista. Daí que seu interesse pela obra de Freyre, antes de se relacionar com a comprovação de suas relações com a agitação cultural que animava o sul do país, até porque o conjunto de sua obra extrapola o ambiente modernista, remete à possibilidade de interpretar sua produção intelectual como um modernismo distinto do sulista, visto, por Araújo, como nacionalista e modernizador.¹¹ Um dos pontos fecundos do seu trabalho refere-se ao diálogo com aquela crítica de Luiz Costa Lima, segundo a qual a ideia de raça não teria sido abandonada por Freyre, tampouco teria separado seu emprego do de cultura. Esse diálogo nos possibilita um daqueles gratos momentos nos quais dois autores, a despeito de divergirem, produzem nuances complementares sobre um mesmo objeto. Referimo-nos às conclusões a que chegam a respeito da linguagem nos livros de Freyre. Lima, a partir de temas analisados, como religião, miscigenação e patriarcalismo, aponta que a força da narrativa de *Casa-Grande & Senzala* refere-se a uma plasticidade que é nuclear a vários temas tratados no livro. Se a plasticidade é nuclear nos vários temas, ela age na narrativa como dissipadora dos conflitos, emprestando ao caráter auditivo da linguagem uma sanção mítica.¹² Araújo, por sua vez, propõe que a linguagem plástica, coloquial, ambígua, da narrativa freyreana reproduz as próprias ambiguidades do objeto estudado, demonstrando a íntima e intensa relação do autor com o que ele está estudando. É menos uma promoção do mito da democracia social do que a busca de uma verdade imediata e superior, próxima

¹⁰ LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, 1989, p. 198-199.

¹¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 17-19.

¹² LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, 1989, p. 231-234.

àquela “que é sustentada nas confissões e autobiografias, posto que fruto do seu “pertencimento” à própria sociedade que está examinando”.¹³

Como se estivesse atento à indicação de Manoel Luiz Salgado Guimarães, de que os estudos historiográficos deveriam se voltar para, entre outras coisas, a operação engendrada pelo historiador em seu trabalho de produção do conhecimento do passado, Fernando Nicolazzi assevera em sua tese que a representação do passado em *Casa-Grande & Senzala* foi condicionada por três princípios, quais sejam: a viagem, a memória e o ensaio.¹⁴ Sem querer antecipar alguns pontos de nosso diálogo com essa tese, desejamos apenas indicar em que medida ela se insere nos estudos historiográficos, cujas questões levantadas têm como paradigma de análise os textos históricos.

Nesse ponto, uma das apostas de Nicolazzi é propor uma interpretação de *Casa-Grande & Senzala* a partir da leitura de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Para tanto, assentado na ideia de intencionalidade, Nicolazzi defende que parte dos problemas aos quais o autor ofereceu respostas em seu livro deve-se a uma leitura específica da epopeia narrada por Euclides. Uma dessas respostas encontra-se no modelo de representação do passado, ou melhor, nos pressupostos que compõem essa representação, como o da viagem. Na narrativa do intelectual fluminense, o viajante aparece como um terceiro elemento não totalmente justaposto à figura do narrador, criando a impressão de que quem vê e escreve se encontra longe do que é observado, cuja separação atende à demanda do olhar imparcial, ao passo que o autor Pernambucano, volta e meia, cria em seu texto efeitos que o aproximam do seu objeto. Ainda que este se encontre afastado no tempo e no espaço, justapõe o viajante ao narrador, seja por sua experiência própria de viagem, seja pelos registros deixados por outros viajantes, aproximando-se por um olhar legitimador e por uma linguagem que lhe permite efeitos de presença para uma experiência histórica.¹⁵

Nessa série de estudos consagrados à produção freyreana, nossa pesquisa dedicou-se aos prefácios de *Sobrados de Mucambos*. Num intervalo de pouco mais de cinquenta anos, entre 1936 e 1987, ou seja, entre a primeira edição

¹³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *op. cit.*, p. 183-187.

¹⁴ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 13.

¹⁵ NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 27-30.

da obra e o falecimento de Freyre, a obra foi publicada sete vezes, nos anos de 1936; 1951; 1961; 1968; 1977; 1981 e 1985. Da primeira para a segunda edição, a obra passou por transformações, desde o acréscimo de cinco novos capítulos à inserção de notas. Vistas sob a perspectiva de um movimento do livro, essas transformações exigiram dos prefácios um espaço de articulação do texto. Nas sete publicações, o autor elaborou quatro desses textos, respectivamente, à primeira, à segunda, à terceira e à sexta edição. Soma-se a esses, o prefácio à primeira, que foi reeditado na segunda, tendo em vista as transformações que sofreu entre as duas edições. Assim, temos cinco prefácios que acompanham a existência da obra. Por que Freyre elaborou tantos desses textos e os amontoou nas edições? Qual a função deles para a força interpretativa do livro? O que estava em jogo no momento em que cada um dos prefácios foi escrito?

A análise de cada um deles nos permitiu a hipótese de que estavam a serviço da perenidade do livro, da busca de sua universalidade. A hipótese não é nova. Alguns estudiosos fazem referência a um sentido universalizante buscado por Freyre em suas obras. Em artigo acerca das edições e recepção de *Casa-Grande & Senzala*, Gustavo Sorá alude a uma batalha de Freyre pelo universal.¹⁶ Ria Lemaire, em sua análise da correspondência francesa do autor e de prefácios a edições de *Casa-Grande & Senzala*, assevera que no reconhecimento internacional alcançado pelo intelectual a consagração francesa foi a que permitiu ao autor a defesa do caráter universal e humanista de sua obra.¹⁷ Em linhas gerais, Lemaire discorre acerca do paradoxo entre os firmes laços estabelecidos entre Freyre – que sempre atribuiu sua consagração internacional à França – e intelectuais franceses e o fato de esse país ter-lhe conferido formas de prestígio muito tempo depois de outros países, além de apresentar números menos expressivos a respeito da produção intelectual do brasileiro. A resposta a essa contradição a autora foi encontrar no depoimento de Édson Nery da Fonseca, bibliógrafo de Freyre, que justifica o apreço do intelectual pela crítica francesa “por ela ser mais objetiva, mais universal, mais humanista”, preocupada antes

¹⁶ SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-Grande & senzala* de Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº. 36, São Paulo, fev. de 1998. Versão eletrônica do texto via Scielo. Acesso em 11/06/2010.

¹⁷ LEMAIRE, Ria. “Amores inteligentes”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 75-98.

com questões teóricas e filosóficas, num sentido oposto à crítica de língua inglesa, mais afeita aos fatos, aos dados concretos, aos pormenores.¹⁸

Enfim, algumas questões que a autora aponta nos permitiram entender a que poderiam ser relacionados, por exemplo, os acréscimos de viagens feitos pelo intelectual pernambucano quando reedita o prefácio à primeira edição. Conforme Ria Lemaire, usando como parâmetro a recepção do livro inaugural de Freyre, os posicionamentos em relação ao livro antes de serem científicos assumiram uma feição política, os quais de flutuantes, num primeiro momento, tornaram-se, hoje em dia, “quase naturalizados sob a forma bem hegemônica da antítese: Centro *versus* Margem, ou seja: São Paulo que equivale a Nacional *versus* Regional”.¹⁹ Dessa forma, a proposição da autora pode ser sentida quando indicamos que os movimentos que Freyre impetra em *Sobrados e Mucambos*, por meio dos prefácios nos quais indica e acrescenta viagens de pesquisa, atendem ao intuito de romper os limites postos à sua obra, como o caráter regional, ou seja, ultrapassar os limites daquela clivagem.

Nesse sentido, no que diz respeito ao movimento que o autor imprime à sua significação de *Sobrados e Mucambos*, também é preciso reconhecer outra dívida, a qual adquirimos junto ao texto de Fernando Nicolazzi, mais precisamente, à seção de sua tese na qual discute os prefácios de *Casa-Grande & Senzala* e onde identificamos a perspectiva do movimento do livro da qual fizemos uso em nosso trabalho, embora num horizonte diverso do que o autor empreende em sua tese. Nessa seção, Nicolazzi propõe que o estudo dos prefácios é de suma importância para a compreensão da relação entre autor e obra na medida em que sejam descortinados procedimentos do autor na criação de sua

¹⁸ Para a autora, o depoimento de Édson Nery da Fonseca resume bem o que seria o teor da recepção francesa de *Casa-Grande & Senzala*, que culminaria, após 12 anos da solicitação de Georges Gurvitch, na concessão do doutorado *honoris causa* pela Faculdade de Letras da Sorbonne a Gilberto Freyre, cuja obra, nas palavras do deão Marcel Durry, encerrava a perfeita aliança entre a mais escrupulosa objetividade científica e o humanismo. Por outro lado, Lemaire indica a discrepância entre a expressividade do prestígio do autor em língua inglesa, comparado com o do território francês. Uma década antes da concessão da Sorbonne, por exemplo, a Colúmbia University iniciou uma série de dez títulos de doutor *honoris causa*, em território norte-americano, concedidos ao brasileiro. Além disso, soma-se a publicação de outros livros de Freyre em inglês, como *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, textos ainda não traduzidos para o francês. Conforme Lemaire, o que explicaria, então, o abandono da situação cômoda nos Estados Unidos, onde foi professor convidado das mais prestigiosas universidades; a busca do prestígio da crítica francesa seria o seu perfil universalista mais compatível com os anseios que Freyre buscava para sua obra e menos suscetível do que os parâmetros da crítica estadunidense, mais prática, mais precisa, que recusa generalizações rápidas e universalizantes. LEMAIRE, Ria, *op. cit.*, p. 86-96.

¹⁹ *Ibid.*, p. 78.

obra, paralelos à certa autonomia que ela adquire junto ao seu produtor, como ao definir as características de determinado indivíduo como seu autor. Assim, conclui o estudioso de Freyre, o que intenta é dar atenção ao elo entre o discurso da obra (o prefácio) e a obra como discurso (o conjunto de enunciados, das seções, das partes, dos capítulos, etc.). Para tanto, deseja identificar os princípios que norteiam a elaboração da escrita do livro, os elementos da produção intelectual percebendo, a partir do primeiro prefácio, como o autor enxerga, distante no tempo, sua obra e como os prefácios constituem, de dentro do texto, a figura do autor; em outros termos, acompanhando o movimento do livro num espaço constituído pelo próprio autor.²⁰

Em “Protocolos da escrita: as estratégias de Gilberto Freyre”, Jacques Leenhardt discorre sobre os recursos usados por Freyre para “inserir a obra na discussão intelectual que se processa no país”. Leenhardt apresenta algumas questões teóricas acerca do uso de prefácios, tais como seu caráter performativo e como esse uso se dá em *Sobrados e Mucambos*. Percorre transformações entre esse texto e *Casa-Grande & Senzala*, como a que identifica nos vários prefácios quando do ajustamento do “conceito de patriarcal que de *Casa-Grande & Senzala* para *Sobrados e Mucambos* vem a ser completado pela noção de *Tutelar*”.²¹

Em termos gerais, o crítico aponta os paratextos como um discurso polêmico que tem dupla função: atacar e combater os opositores do autor e dar publicidade à sua escritura ao invocar o apoio de autores consagrados. A respeito do primeiro prefácio, Leenhardt alude à continuidade sublinhada por Freyre entre os dois textos da trilogia. Tomando-a como evidente, sem entrar no mérito dela, assegura que a continuidade se manifesta desde o ponto de vista histórico, na medida em que os dois livros tratam da formação e do declínio do patriarcado brasileiro, bem como da transformação dos aspectos mais brutais desse patriarcado culminando no que vem a ser o povo brasileiro. Realidade buscada em *Sobrados e Mucambos*, mas, segundo o crítico, ainda difícil de perceber no século XIX.

²⁰ NICOLAZZI, Fernando. “O prelúdio da obra: um livro em seus prefácios”. In: NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 82-92.

²¹ LEENHARDT, Jacques. “Protocolos da escrita: as estratégias de Gilberto Freyre”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 145-155.

No paratexto à segunda edição, a partir da apresentação do livro como a parte 2 da “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”, o autor identifica o que seria uma visão global do intelectual pernambucano, na qual articula o texto entre o estudo do período colonial e pós-colonial em *Casa-Grande & Senzala* e o estudo do período republicano em *Ordem e Progresso*. Em suas palavras, esse prefácio não diz muito a respeito do projeto de uma história da sociedade patriarcal, diferentemente, como assegura, da introdução elaborada ao texto na qual Freyre retoma o tema central de seu trabalho em nível epistemológico, que consiste na abordagem entre história e sociedade. Assim, Leenhardt decide tratar da questão entre história e sociedade, uma questão antiga para ele, que nesse texto se preocupará com a dimensão temporal em *Sobrados e Mucambos*, mais detidamente, como o autor dessa obra delineia epistemologicamente sua concepção de tempo.²² Para tanto, quando Freyre apresenta o objeto da história e o que nele lhe importa (“o nosso intuito tem sido sempre o de retirar da história e da ecologia o bastante para o estudo sociológico (...) para a revelação e a tentativa de interpretação de situações, formas ou processos particulares, ou tutelares, de convivência ou de associação humana, no Brasil”), o crítico encontra uma oposição entre o campo das estruturas, o tempo longo da história e da ecologia e o tempo das formas de sociabilidade, que é um tempo médio, tempo dos homens. Ou seja, o tempo sociológico é geracional, limitado ao nascimento, crescimento e declínio. Nesse sentido, o apreço de Freyre pelo par forma-processo tem relação com o declínio do patriarcado, na medida em que o par só pode existir dentro de um processo em transformação, isto é, o conceito de declínio está consubstanciado ao da forma, ou seja, o conceito de forma é o que lhe permite o delineamento de uma realidade sociológica somente possível por meio de um projeto no tempo.²³

Enfim, o que nos cabe assinalar, na análise de Leenhardt, são dois pontos que se relacionam a questões que abordamos no segundo capítulo de nosso trabalho. O autor menciona a relevância em se observar os aspectos epistemológicos de *Sobrados e Mucambos*, haja vista que o livro “aparece na

²² LEENHARDT, Jacques, *op. cit.*, p. 146-147. O autor faz referência a seus estudos acerca da recepção de *Casa-Grande & Senzala* na França e à escrita proustiana de Gilberto Freyre.

²³ *Ibid.*, p. 147-148. A passagem citada foi retirada do prefácio à segunda edição, publicada no ano de 1951, cujo prefácio foi reproduzido em outras edições, como na 5ª edição consultada por esse estudioso de Freyre.

história das ciências sociais num momento em que a questão dos modelos, das estruturas e das transformações está no centro dos debates”. Outro ponto identificado nos prefácios é o fato de que o autor “reivindica, para si, ser parte do assunto estudado” ao multiplicar “as referências aos membros de sua família, testemunhas do mundo semifeudal dos sobrados, até chegar ao ponto em que se pode dizer que a sociologia de Freyre integra, plenamente, a experiência existencial do sociólogo”.²⁴ Assim, o que o crítico aponta na reivindicação de Freyre como algo aparentemente paradoxal, frente à pressuposição de que nas ciências humanas exige-se distância entre sujeito cognitivo e sujeito do conhecimento, vislumbramos uma idiosincrasia intelectual cuja natureza encerra a não separação de instâncias que constituem a realidade. Por meio, por exemplo, do que entende como *forma*, Freyre não separa a realidade do sujeito do conhecimento da realidade do objeto estudado, haja vista que se compreende por *forma* o que o fenômeno sociológico apresenta de nuclear, de imperecível, de permanente e se carrega, como brasileiro, marcas do processo sociológico do patriarcado, tal como propõe, logo também participa da realidade estudada.

Se, por um lado, esses estudos, de uma forma ou de outra, aludem a um desejo do autor em dar permanência à sua obra, por outro, há, em meio a alguns estudos de prefácios, indícios de como o autor teria sido vitorioso nessa empreitada. Em “O cativo de Clio: narrativa entre memória e história”, de Sandra Jatahy Pesavento, encontramos amostras da efetividade do prefácio como o guia segundo o qual Gilberto Freyre desejava ser lido.²⁵ A proposta de Pesavento é percorrer a narrativa freyreana buscando cruzamentos, ainda que por aproximações e distanciamentos, que se dão entre memória e história. Pretende fazer isso partindo de elaborações aristotélicas acerca do que aproxima e distancia história de memória, a saber: aproximam-se por trazer para o presente um ausente; em contrapartida se distanciam porque o registro do ausente se dá por instrumentos distintos. A narrativa do que aconteceu pressupõe um pacto de verdade entre o discurso e a realidade, enquanto a presentificação de uma ausência

²⁴ *Ibid.*, p. 148-150.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O cativo de Clio: narrativa entre memória e história”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 157-174. Nesse livro também há outro estudo dos prefácios de *Sobrados e Mucambos*, elaborado por Sandra Guardini Teixeira de Vasconcelos e intitulado: “O que se diz no princípio”: uma leitura dos prefácios”.

pela memória subentende um processo imaginado. Conforme Pesavento, os prefácios que analisa denunciam essa tensão, a qual deseja surpreender em narrativas que se referem a ações e a personagens do passado.

Por um lado, a autora identifica um narrador como fonte de si mesmo, pois se vale de lembranças próprias para recuperar práticas, espaços, imagens e materialidades do passado. Querendo nos dizer “eu vi, foi assim”, Freyre cerca-se de reminiscências seja na forma de recordações de sua infância de criança no nordeste brasileiro, seja pelas memórias de amigos cujos laços patriarcais lhe são confiados pela cessão de vasto material, tornando o autor depositário de uma memória familiar ou social. Portanto, é dessa forma que o autor acessa a cultura de seu tempo, alcançando o que se passou fora da experiência do vivido.

Por outro lado, identifica um historiador querendo salvar as verdades da história, buscando para sua escritura o estatuto da História ao se afastar da credibilidade do “foi assim”, indo em direção à meta de veracidade que se assentará no emprego de fontes, “as quais operam como uma espécie de prova, de testemunho de algo que foi um dia e que, citados e elencados, hipoteticamente autorizam o leitor a refazer o percurso do historiador, desafiando-o a atingir resultado diferente do narrado”.²⁶

Todavia, quando a autora adentra na especificidade do Freyre historiador, sua análise dos prefácios acaba por ficar refém do autor, em outros termos, cede a algo que é caro a uma das funções prefaciais ao fazer uma leitura do livro ou do autor, cuja interpretação equivale-se à maneira como o autor queria que fosse lido. Vejamos algumas passagens do texto de Pesavento, nas quais faz referência à atitude científica do autor:

(...) E, em matéria de fontes, o historiador Gilberto Freyre demonstra conhecimento da bibliografia específica de seu tempo e das épocas mais antigas que tratam sobre a História do Brasil e sobre as cidades (...) Freyre ainda usa e abusa da utilização de outros documentos pouco usuais para a época, como arquivos de família (...) tais usos e aproveitamentos de fontes (...) correspondem a uma postura totalmente inovadora no terreno da História (...) mas toda esta utilização inovadora de cacos do passado se dá no melhor estilo de uma escrita baseada nos rigores científicos do método, a evidenciar criteriosa pesquisa (...) inaugurar um método para além do científico-tradicional, uma vez que prevê a combinação de uma

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy, *op. cit.*, p. 158-163.

pluralidade de abordagens – psicológicas, sociológicas, históricas, antropológicas, ecológicas, folclóricas (...).²⁷

O Confronto dessas palavras de Pesavento com as descrições que Freyre faz de si mesmo e de seu trabalho nos prefácios, nos permite concluir de que se equivalem, ou seja, a função monitoria do paratexto agiu com certa efetividade.

Esse é um dos pontos caros ao nosso trabalho: percorremos, por meio dos prefácios escritos a *Sobrados e Mucambos*, as estratégias de convencimento, as apostas, um caminho no qual a criatura é acompanhada pelo criador, desejoso do controle de sua interpretação; ou seja, enquanto ao autor foi possível acrescentar, suprimir, alterar ou reelaborar, havia um desejo de controlar a significação de *Sobrados e Mucambos*, seja inserindo-o, nos momentos iniciais, seja atualizando-o, no meio do caminho. Enfim, criando mecanismos para a permanência do texto, assumida na pretensão de universalidade para obra.

Assim, para demarcar essa busca da universalidade, dividimos a dissertação em três capítulos, respectivamente, um capítulo teórico, outro descritivo e o último mais analítico. Na primeira seção do capítulo I, nos dedicamos a levantar alguns pontos relativos à história da prática prefacial e às funções exercidas pelos prefácios subtraídas dos estudos de Gerárd Genette. Essa história tem sua existência marcada por dois momentos: até o século XVI ou até a invenção da imprensa, ela é integrada ao livro. Após esses eventos é emancipada do livro, ou seja, na era do texto impresso assume uma posição extratextual e, a partir daí, redimensiona a relação entre escrita e história. Diante dessa história e a partir de questões levantadas por Michel de Certeau e François Hartog, em seus estudos acerca da prática dos historiadores, levantamos a hipótese de que essa prática prefacial foi organizada segundo concepções distintas de tempo. Por exemplo, na modernidade, o corte no tempo entre passado e presente exigiu dos historiadores a lida com duas realidades e com todas as implicações decorrentes do desejo de se relacionar com essas realidades, a de uma sociedade passada e a realidade da sociedade com a qual dialoga por meio de seus procedimentos, seus métodos. Ou seja, a separação temporal implicou em transformações na escrita da história, tal como a prática do prefácio separada do texto, deslocamento, em

²⁷ *Ibid.*, p. 163-164.

muitos casos, acompanhado pelo narrador moderno. Na segunda seção, elencamos uma série de funções exercidas pelos prefácios enquanto paratexto, tais como indicar a gênese da obra. Por um lado, se esse procedimento permite ao autor descrever as circunstâncias da redação, as etapas da criação, as fontes e os métodos dos quais se valeu na sua representação do passado, por outro, empreende subjacentemente a forma como o autor deseja ser lido consistindo na interpretação do texto pelo autor.

O segundo capítulo foi dedicado à análise dos prefácios de *Sobrados e Mucambos*. Por meio da descrição desses textos escritos à obra, identificamos pontos caros às edições; mais detidamente, investimos na demarcação de temas inerentes a cada um dos prefácios. Alguns temas atendem a seu caráter do circunstancial e por conta disso permitem historicizar cada momento do livro, por exemplo, o lugar que o autor confere à memória como inteligibilidade do passado. Outros temas, como o da viagem e o da casa, extrapolam a circunstancialidade, adquirindo um caráter mais sistemático nos prefácios e daí permitindo os movimentos do livro. Por outro lado, esses textos dão conta desse movimento tanto por meio das alterações que eles sofrem quanto nos apresentam pistas dos desejos do autor em atualizar a obra, inserindo-a em novas discussões e, por conseguinte, ressignificando-a. Enfim, as questões que suscitam e as transformações impressas tanto neles quanto no livro encontram na operação historiográfica proposta por Michel de Certeau um espaço de discussão teórica que nos permite, por exemplo, dar conta das transformações impostas à escrita do texto, como as mudanças, entre outras, da primeira para a segunda edição, nas pessoas dos verbos que remetem ao autor; na supressão de imagens regionais em proveito de ilustrações nacionais.

No terceiro capítulo, a partir de um paralelo entre Montaigne e Freyre, forjamos a ideia de ensaio como experimentação. A hipótese é a de que essa concepção de experimento permite a Freyre ressignificar os sentidos do livro numa batalha pela sua permanência. Na primeira edição, é essa ideia que permite singularizar o texto. Na segunda, a experimentação produz a atualidade da obra. Da terceira edição em diante, possibilita a inserção do texto em um novo patamar explicativo: o ensaio universal. Assim, a tarefa desse capítulo foi recuperar vários pontos relativos a cada um dos conteúdos apresentados ao longo das descrições dos prefácios do capítulo anterior e, a partir daí, tendo em vista as funções do

prefácio apresentadas no primeiro capítulo, identificar o que estava em jogo no momento em que cada um desses textos foi escrito.

A história do livro a partir de seus prefácios é uma perspectiva a mais de interpretá-lo, como também o seria uma leitura feita por meio das notas de rodapé, ainda a ser feita. Ela nos permitiu reconhecer um autor que, a despeito da originalidade pretendida para a obra, ainda encontrava-se refém de questões de seu tempo. Por outro lado, a história de *Sobrados e Mucambos*, pelo viés dos prefácios, descortina para a historiografia as contingências específicas de cada um dos momentos do livro, os diálogos, as estratégias discursivas do autor para se inserir no cenário intelectual, as várias significações que vai impondo à sua criação. Assim, acompanhar o percurso por meio do qual o criador acompanha sua criatura, de um modo, explicita um desejo de controlar a significação da obra, de outro, nos permite ver autor e texto menos por um caráter essencialista, unívoco, do que por um processo, por deslocamentos, os quais acabam por constituir o significado de *Sobrados e Mucambos*.

Capítulo 1

PREFÁCIO: UMA PRÁTICA ENTRE ORDENS DE TEMPO

1.1 – Os significados do prefácio para a escrita da história

Como leríamos o *Ulysses* de Joyce se não se intitulasse *Ulysses*?

Gérard Genette

A pergunta de Gérard Genette apresentada em epígrafe sintetiza muito do que está em jogo quando lemos um livro. Na maioria das vezes, antes de iniciarmos uma leitura, fazemos um sobrevoo por suas bordas, por seus acompanhantes. Parte da leitura que faremos, começa a ser estabelecida nesse primeiro contato com a capa, com o título, com o nome do autor, com os títulos dos capítulos, com uma infinidade de produções que o cercam, primeiras interlocutoras, para não dizer tradutoras do objeto que temos à mão. Genette salienta que raramente encontraremos um texto em estado nu “sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não”, aquelas que o cercam e o prolongam e por meio das quais se torna livro. Caracterizadas como *paratextos* da obra, essas produções fundam uma zona de transição entre o exterior e o interior do texto, sobretudo lugar de transação em função “de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público, a serviço, bem ou mal compreendido e acabado, de uma melhor acolhida e de uma leitura mais pertinente – mais pertinente, entenda-se, aos olhos do autor e dos seus aliados”.

Os paratextos são constituídos por uma heterogeneidade de práticas e discursos que apresentam traços determinados por suas características espaciais, temporais, substanciais, pragmáticas e funcionais. Quanto à distância na qual se encontram em relação ao texto propriamente dito, o estudioso elabora duas categorias: o *peritexto* e o *epitexto*. A mais usual dessas categorias é o *peritexto*, aquela que se localiza mais próxima do livro, no mesmo volume, sob a forma de elementos paratextuais, como os títulos, os prefácios, as notas, os títulos de capítulos. A menos típica é o *epitexto*, a qual se apresenta mais distante da obra e tem um caráter midiático ou privado, respectivamente, na forma de entrevistas e resenhas ou de correspondências, diários íntimos.²⁸

Um exemplo de peritexto é o prefácio, elemento paratextual que elegemos como *corpus* de nossa pesquisa por sua natureza autoral, o que não

²⁸ GENETTE, Gérard, *Paratextos Editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 9-12.

acarretará em prejuízo de análises eventuais de outros paratextos, sejam eles de origem autoral ou editorial, na medida em que também exerçam funções equivalentes às desse paratexto. Gérard Genette define-o como “toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede”. Assim, considera o posfácio uma variante de prefácio.²⁹ Quando Genette apresenta sua posição liminar, essa localização deve ser datada, mesmo que arbitrariamente, e associada à existência do livro como texto impresso. Antes disso, num momento que chama de ‘pré-história’, de Homero a Rabelais, a função prefacial apresentava-se integrada ao livro, como nos primeiros versos da *Ilíada*: “invocação à musa, anúncio do assunto (cólera de Aquiles, andanças de Ulisses) e determinação do ponto de partida narrativo: querela entre Aquiles e Agamenon”. Heródoto reserva as primeiras páginas de sua *História* para exposição de sua intenção e de seu método,³⁰ apresentação que também acontecerá nos primeiros capítulos da *Guerra do Peloponeso*, obra a qual Tucídides justifica “pela importância do seu assunto e uma exposição do método”. Em Tito Lívio, de acordo com Genette, encontraremos características do prefácio moderno, onde o autor latino abre os vários títulos de sua *História Romana* comentando-os em textos escritos na primeira pessoa. No período medieval, o uso de seções de livros com função prefacial continua recorrente. Desse modo, na epopeia, no romance e na história medievais, os autores praticam o prólogo integrado, como Giovanni Boccaccio, em *Decamerão*, “expõe os motivos pessoais de sua empresa (lembraça de uma aventura amorosa) e sua escolha do público feminino”.³¹

Genette aponta que o uso integrado da função prefacial deveu-se a “uma economia de meios”, razões materiais que caracterizavam a “era dos

²⁹ Gérard Genette descreve os vários termos sinônimos de prefácio, embora existam nuances que os distinguiriam: preâmbulo, advertência, prelúdio, discurso preliminar, exórdio, proêmio, prólogo e introdução. Esta, por exemplo, em situações de “coopresença”, deve ser distinguida do prefácio. Enquanto este assume uma função circunstancial e protocolar, levando “em conta uma historicidade mais empírica”, a introdução “tem uma ligação mais sistemática, menos histórica, menos circunstancial com a lógica do livro. É única, trata de problemas arquitetônicos, gerais e essenciais, apresenta o conceito geral na sua diversidade e sua autodiferenciação”. GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 145. Em *Sobrados e Mucambos*, cabe ressaltar que, ao longo das edições publicadas em vida, Gilberto Freyre inseriu uma introdução na segunda edição do livro e logo após os prefácios à primeira e à segunda edição do texto, a qual permanece nas edições posteriores aparecendo sempre após os prefácios.

³⁰ Na edição consultada, o tradutor do texto de Heródoto propõe como prefácio os cinco primeiros capítulos do livro. Heródoto. *Histórias*. Intr. e trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 1.

³¹ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 145-151.

manuscritos”, cuja pobreza de apresentação não sufocou a prática prefacial, antes a dissimulou “ao privá-la dos meios” de aparição em destaque. Conforme o analista, a forma integrada ao livro sugeria poucas questões em torno de sua localização, data de aparecimento e estatuto formal. Somente quando o prefácio é promovido, na era pós-gutenberguiana, “a um estatuto textual relativamente autônomo”, essas questões vão começar a surgir em torno da forma de sua escrita. Enquanto esteve integrado, sua forma era a mesma do livro. Quando se emancipou, em muitos momentos, sua forma diferia, por exemplo, aponta Genette, como os traços discursivos do prólogo de *Gargantua* (François Rabelais) e do prefácio de *Britannicus* (Jean Racine) contrapõem-se ao “modo narrativo ou dramático do texto”.³²

Uma forma de perceber esse deslocamento apontado por Genette, da prática prefacial integrada para um uso emancipado, pelo menos no que diz respeito à narrativa da história, é relacioná-lo à distância em que os sujeitos da enunciação se encontram de seus relatos. Para Umberto Eco, sujeito da enunciação é uma espécie de autor-modelo criado pelo autor, um instrumento de projeção dele mesmo no texto.³³ Embora Eco veja essa projeção como uma demanda textual que procura preencher os espaços vazios, os não-ditos, isso nos permite deduzir, levando em conta que a exposição do método e das intenções, em Heródoto ou em Tucídides, compõem a própria estrutura do texto, que o “eu” enunciador estaria projetado e, assim, encontrando-se na mesma ordem temporal da narrativa. Não há um corte entre o discurso e a realidade do texto; habitam o mesmo horizonte histórico. Não se privando da narrativa, o “eu” aparece, às vezes, em personagens que assumem as próprias crenças do narrador, como na passagem das *Histórias*, de Heródoto, na qual o rei Candaules da Lídia quer convencer Giges, seu confidente e favorito entre os integrantes de sua guarda pessoal, da beleza da rainha:

(...) Penso, Giges, que não crês nas minhas palavras a respeito da beleza de minha mulher (os homens confiam menos em seus ouvidos que em seus olhos); age então de maneira a vê-la nua (...).³⁴

³² *Ibid.*, p. 150-153.

³³ ECO, Umberto. *Lector in fabula: A cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.11-50.

³⁴ HERÓDOTO. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, Livro I, p. 21.

Nessa passagem, por meio dos graus distintos conferidos à audição e à visão, em que a última é mais valorizada, ocorre o que François Hartog aponta como ‘uma constante epistemológica’ de um tempo no qual “a retórica da alteridade são o olho e o ouvido”. As intervenções do narrador, as marcas da enunciação na narrativa estão lá para criar um efeito de crença no destinatário, mais ou menos persuasivo, conforme utilize a visão ou o ouvido. Além disso, segundo Hartog, acima dos graus distintos atribuídos a um ou a outro sentido, encontra-se o prestígio conferido à palavra. O convencimento de Gíges da beleza da mulher do rei passa do “ouvir” ao “ver”, mas passa, sobretudo, pela aproximação desses sentidos, ou seja, o dizer “ter ouvido” e o dizer “ter visto” invocados por Heródoto. Isso pressupõe, “do ponto de vista da produção do saber”, conforme o historiador francês, “um mundo onde a palavra valha como conhecimento, onde a palavra sabe. Um mundo em que o discurso oral não é desvalorizado com relação ao discurso escrito”.³⁵

O que nos é caro, nos argumentos do estudioso de Heródoto, na perspectiva da prática prefacial integrada, são dois pontos diretamente ligados à enunciação; um em função do outro. O primeiro deles diz respeito à constante epistemológica, “fórmula” que em Heródoto “é proferida não pelo autor, no momento em que reflete sobre o trabalho do historiador, mas no correr de uma história”, ou seja, dentro da narrativa, conforme apontamos, por exemplo, no diálogo entre o rei da Lídia e seu guarda pessoal.³⁶ Por outro lado, o fato de a ‘constante epistemológica’ (“vê-la nua”, do rei) associar-se à persuasão do ter ouvido de Heródoto (“Eu mesmo sei que as coisas se passaram assim, pois ouvi o relato dos próprios délfios”)³⁷ e encontrar-se no mesmo espaço textual, podemos inferir, como apontado anteriormente, que não existe ruptura entre o discurso e a realidade implicada na narrativa do *outro*. Dessa forma, o sujeito enunciador não se ressentido de aparecer, no texto, por meio de “procedimentos que reconhecemos” pertencerem a ele.³⁸ Isso pode ser percebido na cena em que Gíges, acuado por sua rainha, ao tomar conhecimento de que a alteza percebeu que seu guarda pessoal a viu nua, a pedido do rei, resolve matar o soberano:

³⁵ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 273-284.

³⁶ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 274-275.

³⁷ HERÓDOTO, *op. cit.*, p. 24.

³⁸ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 273.

(...) diante disso Gíges ficou perplexo durante alguns instantes; em seguida, suplicou à rainha que não o compelissem a tal escolha; mas, como não conseguiu persuadi-la e percebeu que teria fatalmente que matar o seu senhor ou ser morto por outros, escolheu a própria vida (...).³⁹

Por um lado, não devemos nos esquecer das nuances existentes entre Heródoto e Tucídides, como o crescente prestígio da visão do primeiro para o segundo e a história como instrumento de preservação, como deseja Heródoto: “para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados”.⁴⁰ E, de outro modo, a história como *magistra vitae*⁴¹ em Tucídides, na qual o aprendizado do passado, ali registrado, seria útil no enfrentamento do futuro, utilidade atribuída à sua própria *História da Guerra do Peloponeso*:

(...) quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará minha história útil e isto me bastará (...).⁴²

Em outra perspectiva, esses pais fundadores praticavam um tipo de história, como indica Hartog, que Hegel chama de ‘história original’. Organizada em torno de um ‘eu vi’, essa primeira forma de história permitia um ‘eu digo’ “na medida em que digo o que vi”, o que equivale a dizer, do ponto de vista da enunciação, que “o invisível (para vocês) eu torno ‘visível’ através de meu discurso”. Assim, não há pudor, tensão, da parte do narrador, quanto às marcas de enunciação no texto. Enfim, o sujeito da enunciação se apresenta mais ou menos

³⁹ HERÓDOTO, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 19.

⁴¹ Segundo Reinhart Koselleck, a expressão *Historia Magistra Vitae* foi cunhada por Cícero (séc. I a.C.). Surgida em um contexto de oralidade, por exemplo, na Grécia à época de Tucídides, no século V antes de Cristo. Nesse contexto, o orador emprestava “um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência”. Em Cícero, a história se apresentava como coleção de exemplos, por meio dos quais os homens poderiam se instruir. Conforme Koselleck, a concepção da história como mestra da vida, em suas variantes pagãs e cristãs, permaneceu “viva” até meados do século XVII, quando na Alemanha e na França começam a ser elaboradas novas concepções da história. KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. Puc-Rio, 2006, p. 41-60.

⁴² TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, Livro I, p. 28.

livre, tanto nos momentos destinados à exposição de método, quanto ao longo do texto. Isso pode corresponder ao argumento de Genette de que a prática prefacial integrada não conflitava com o texto em si, sendo seus estatutos, no quesito formal, por exemplo, congruentes.

Diante disso, o momento que Genette aponta como o da emancipação da prática prefacial – os prefácios separados da história do livro, em Rabelais⁴³ – pode ser associado à emergência de outro tipo de história, caracterizado pelo corte temporal, cuja diferenciação entre presente e passado promove uma nova relação entre o saber histórico e o outro do qual trata, seja esse outro o passado, o selvagem, o primitivo, o tradicional. Como indica Michel de Certeau, a medicina e a historiografia modernas construíram discursos sobre o outro, em proveito da separação entre o saber que contém esse discurso e o corpo mudo que o sustenta.⁴⁴ Se na “história original”, do ponto de vista da produção do saber, não havia ruptura entre discurso e realidade, “entre o dizer dos cartagineses e o ver do narrador”, como assinala Hartog em Xenófanés,⁴⁵ na história moderna ocidental o corte temporal transforma a relação entre discurso e realidade em algo antagônico, exemplificado, como defende Certeau, na posição antinômica assumida entre escrita e história, entre o discurso e o real.⁴⁶

O que esse afastamento descortina para nossa análise da prática prefacial? Na primeira história, o que marcava a existência do narrador era a presença, aparecendo aqui e acolá, vendo, ouvindo, dizendo ter visto ou ter ouvido. Na história dita moderna, o corte no tempo parece privar-lhe da narrativa, na qual “apagam-se e condenam-se as marcas da enunciação”⁴⁷ na medida em que se o narrador trata de algo distante, separado temporalmente do *outro* e do qual fala, a princípio, não há mais como se relacionar com esse *outro* através dos sentidos. O oral, por exemplo, “substituído” e posto noutra extremo pela escrita, passará a compor os quadros do *outro*.

⁴³ O autor explica que o fato de associar o advento do prefácio moderno aos prólogos de Rabelais, não quer dizer que “esses prólogos sejam cronologicamente os primeiros prefácios separados da história do livro, cuja data de aparecimento ignoro. Seu valor inaugural é evidentemente simbólico”. GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 152.

⁴⁴ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 15.

⁴⁵ RIVIER, A. Remarques sur lês fragments 34 et 35 de Xénophane. *Études de littérature grecque*. Genève, 1975, p. 195, *apud* HARTOG, François, *op. cit.*, p. 277.

⁴⁶ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 11.

⁴⁷ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 279.

Seguindo as indicações de Michel de Certeau, a separação temporal provocou várias implicações na narrativa histórica. A distinção entre discurso e realidade resultou no que o autor considera uma dupla posição do real, ou seja, o discurso histórico precisa dar conta, ao mesmo tempo, de um “real” que deseja trazer à tona, o real conhecido de uma sociedade passada, e um real “implicado pela operação científica (a sociedade presente à qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática de sentido)”. A essência da ciência histórica, continua o historiador, é marcada pela relação entre essas duas formas de realidade, de um lado o *resultado* da análise e de outro o seu *postulado*. Não podendo ser eliminadas ou reduzidas uma a outra, variando, conforme “grupos” ou “períodos”, somente evidenciar a preferência por uma delas, essas formas colocam o historiador numa situação tensa e instável. Se ele prioriza um resultado dito objetivo, como reviver por meio de seu discurso um desaparecido, uma sociedade passada, esse outro reflete não a si mesmo, mas o próprio discurso que quer revivê-lo. De outro modo, se o discurso histórico investe no presente, seja examinando ou reavaliando seus postulados, descobrirá nas suas práticas “imposições que se originaram bem antes de seu presente e que remontam a organizações anteriores, das quais seu trabalho é o sintoma e não fonte”.⁴⁸

O exílio ao qual o narrador se impôs no texto, seria sintoma ou também um diagnóstico dessa prática que constituiu sua razão de ser na “estranheza” de encontrar o presente no seu objeto passado e o passado na sua prática presente? Ainda que Certeau pareça “incrédulo” quanto à ficção de um sujeito autor, o auto-exílio da narrativa não eliminou, peremptoriamente, o sujeito da enunciação do espaço textual. Ele criou espaços textuais paralelos. Como indica Hartog, apoiado inclusive no autor de *A escrita da história*: “ausente no estado de marcas, a enunciação subsiste, entretanto, sob a forma de vestígios. Por exemplo, as notas, no pé de página, que assinalam ‘eu li’, isto é, eu também li – portanto, nós lemos: eu sou crível e vocês podem reconhecer-me como um par”.⁴⁹ Daí a nossa pretensão de que a prática prefacial ou o prefácio, como espaço textual “marginal”, extratextual e paratextual, pode ser relacionado à distância imposta ao narrador moderno. Isso nos foi possibilitado, parcialmente, pelo

⁴⁸ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 45-46.

⁴⁹ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 279.

próprio Certeau, para quem a relação com o outro, a partir da separação e diferenciação entre presente e passado, resultou em transformações na forma e no conteúdo da historiografia.⁵⁰

Assim, desenvolvendo o argumento desse historiador e tentando responder àquela indagação, o prefácio seria sintoma e diagnóstico dessa nova relação com o *outro*. Sintoma na medida em que esses textos paralelos se tornam palcos do próprio conflito, redutos da tensão entre descrever o cenário do *outro* por meio de seu discurso, numa linguagem alheia à do outro, na qual a descrição refletiria o próprio discurso do historiador, a despeito de tratar de algo posto como diferente, como aponta Clifford Geertz em *Obras e Vidas*.⁵¹

Ainda que o exemplo não seja da história, o caso de Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* é sintomático de tal tensão que se apresenta na escrita do outro na modernidade. Em seu estudo acerca da escrita etnográfica, Geertz põe em suspensão pressupostos sob os quais estava assentada a aparência de verdade ou de verossimilhança da disciplina antropológica. O autor defende que não é a substancialidade factual, a abundância de material, nem tampouco a força dos argumentos teóricos o que de fato convence na escrita etnográfica. Mas a “sua capacidade de nos convencer de que o que eles [antropólogos] dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, ‘estado lá’. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita”.

Assim, para o estudioso, um bom lugar para se examinar as negociações entre o eu e o outro, nos livros de etnografia, são “as páginas de aberturas que situam o cenário, descrevem a tarefa e apresentam a obra”. E é nesses começos que podemos sentir a dificuldade e o mal-estar colocados pelos autores como resultantes das negociações com o outro, mas que, para Geertz, decorrem das negociações entre o eu e o texto, ou seja, da estranheza, inteiramente obscurecida, “de construir textos ostensivamente científicos a partir de experiências em grande parte biográficas, que é o que fazem os etnógrafos”.⁵²

⁵⁰ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 48.

⁵¹ GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas*. O antropólogo como autor. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

⁵² GEERTZ, Clifford. “Estar lá. A antropologia e o cenário da escrita”. In: GEERTZ, Clifford, *op. cit.*, p.11-39.

Esse é o caso de Lévi-Strauss. Não foram os fatos estranhos, tampouco as explicações ainda mais estranhas apresentadas em seus livros que o transformaram em herói intelectual, “mas o estilo de discurso que ele inventou para expor esses fatos e enunciar essas explicações”. Para o crítico, não existe obra melhor para se treinar o olhar sobre a maneira como os autores constroem os seus textos como *Tristes Trópicos*.⁵³ A propósito de um estudo de tribos brasileiras, não existiria um livro mais auto-referente do que esse. Proposto como uma história de busca do outro, seu autor propõe, entretanto, que tal empreendimento era impossível de ser realizado:

(...) todavia, essa aventura, que começa com entusiasmo, deixou-me uma sensação de vazio. Pretendia ir até o ponto mais alto dos costumes selvagens (...). Aí estavam eles, prontos a ensinar-me os seus costumes e as suas crenças, e eu não conhecia a sua língua. Tão próximos de mim como uma imagem no espelho, eu podia tocá-los, mas não compreendê-los. Recebia, ao mesmo tempo, a minha recompensa e o meu castigo. Pois não seria por minha culpa, e por culpa da minha profissão, que se acreditava que os homens são sempre homens? Que alguns deles merecem mais interesse e atenção por que a cor da sua pele e os seus costumes nos espantam? Bastará que eu consiga apenas adivinhá-los e eles ficarão desprovidos do seu caráter estranho. Nesse caso podia ter ficado na minha cidadezinha. Ou, então, basta que, como aqui, eles conservem esse caráter estranho? Mas, assim, ele não me serve de nada, uma vez que nem sequer sou capaz de apreender o que o faz surgir como tal. Entre esses dois extremos, quantos casos equívocos nos trarão as desculpas de que vivemos? Dessa perturbação engendrada nos nossos leitores por observações desenvolvidas apenas o suficiente para que se tornem inteligíveis e, no entanto, interrompidas, uma vez que elas surpreendem seres semelhantes àqueles para os quais essas utilizações são normais – quem é, finalmente, o verdadeiro enganado? O leitor que acredita em nós ou nós próprios que não temos qualquer direito para nos considerarmos satisfeitos antes de conseguirmos dissolver esse resíduo que fornece um pretexto para a nossa vaidade? (...).⁵⁴

Para Geertz, respondendo à última pergunta de Lévi-Strauss, ambos são enganados. “O leitor, por atribuir ao antropólogo um tipo de experiência que

⁵³ GEERTZ, Clifford. “O mundo num texto. Como ler *Tristes Trópicos*”. GEERTZ, Clifford, *op. cit.*, p. 41-69.

⁵⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 317. Ao pé da letra, esse trecho não se localiza na página de abertura do livro. No entanto, como acusa Geertz, é um amontoado de textos diferentes, superpostos uns aos outros, para revelar uma padronagem global. Daí ser possível identificar vários inícios, como o dessa citação. GEERTZ, Clifford, *op. cit.*, 50-51.

na verdade ele não teve, e o antropólogo, por ele (ou ela, é claro) imaginar que a teve, e que tê-la vivido é o que lhe confere autoridade para falar”. Entretanto, o “estar lá” desse antropólogo não se dá por uma imersão pessoal em culturas estranhas, na medida em que só podem ser acessadas por meio da elaboração de “produções culturais”, por exemplo, o mito. Entre o *eu* e o *outro*, o mito atenderia a uma nova demanda na relação entre duas experiências. Arriscamo-nos a dizer que entra na conta do sentido, ficando desde já estabelecido que a relação entre essas experiências do eu e do outro só possam ser experimentadas dentro da linguagem criada: o mito.⁵⁵ De outra forma, e como consequência disso, o que o autor de *Tristes Trópicos* propõe como resultante da negociação entre o *eu* e o *outro*, Geertz situa como o ofuscamento da dificuldade entre o *eu* e o *texto*. Em outros termos, o conflito de escrever trabalhos científicos a partir de experiências pessoais fez da elaboração do mito uma forma de os leitores olharem não através do texto, mas para o texto de Lévi-Strauss. O mito não retrata, evoca, interpreta ou explica vidas e costumes do outro, nem, sobretudo, os dispõem em sistemas formais. Menos existem, conclui o autor de *Obras e Vidas*, para o mundo do que o mundo existe para eles.⁵⁶

O depoimento de Lévi-Strauss é próprio a um tempo cuja produção cultural H. U. Gumbrecht caracterizaria pela “centralidade incontestada da interpretação”. Para esse autor, a moderna cultura ocidental vem passando por um processo gradual de abandono de algo que ele defende como “produção de presença”, em prejuízo de um intenso “investimento” em produções de sentido. A oposição entre produção de presença e produção de sentido pode ser vista no sacramento da eucaristia. No período medieval, segundo Gumbrecht, os praticantes da missa viam naquele sacramento não apenas uma comemoração da “Última Ceia de Cristo”, mas um ritual por meio do qual o corpo e o sangue de Cristo tornavam-se realmente presentes nas formas do pão e vinho servidos. Nesse ponto, a eucaristia “pré-moderna” permitia aos católicos se perceberem como participando de uma experiência distante no espaço e no tempo.

⁵⁵ Nesse trecho, empregamos o termo *sentido* próximo ao que os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann entendem como “uma forma complexa da consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre experiências”. In: BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 15.

⁵⁶ GEERTZ, Clifford, *op. cit.*, p. 68-69.

Na Era Moderna, mais precisamente no contexto da reforma protestante e como resultado de intensos debates teológicos, o protestantismo redimensiona aquela relação de presença, substituindo a ideia de presença do corpo e do sangue de Cristo pela “evocação do corpo e do sangue de Cristo sentidos”. Ou seja, na orientação religiosa moderna, o pão e o vinho da eucaristia não mais transmitiam presença, sobretudo consistiam numa atribuição de sentido a algo que remontava à Última Ceia. Desse modo, conclui Gumbrecht, “cada vez mais o ‘é’ na expressão ‘este é o meu corpo’ passou a ser entendido como ‘significa’ ou ‘quer dizer’ o meu corpo.”⁵⁷

Assim, a relação entre duas experiências, por exemplo, entre Lévi-Strauss e o outro (os indígenas brasileiros) só pode ser mediada por uma atribuição de sentido, isto é, pela linguagem criada para ser mediadora entre essas experiências, da perspectiva do antropólogo francês, obviamente, distantes no tempo e no espaço.

Nessa nova relação com o outro, o uso prefacial apresenta-se como um diagnóstico à nova articulação entre o discurso e o seu referente, no caso da história, entre presente e passado; como um discurso paralelo ou como um segundo nível discursivo que atua como lenitivo às lacunas abertas pela distância construída entre esses dois tempos. Da perspectiva da narrativa, isso implicaria em dizer que sai de cena o narrador que imprimia presença, seja pelo efeito de crença do ouvir, do ver ou do dizer ter ouvido ou visto, e entra em cena o narrador que produz sentido. Exilado do espaço textual propriamente dito, o sujeito da enunciação cria o seu próprio espaço: o prefácio como uma das instâncias ou um dos locais de criação de sentido, desejado não só pelo autor diante da incompletude do livro, mas também, ao mesmo tempo, pelos leitores que compartilham com o autor da necessidade de artifícios que satisfaçam as demandas de sentido do homem moderno. Assim, em que pesem as diferenças de papel entre o prefácio e outro peritexto, por exemplo, como o título, o *Ulysses* de Joyce se intitula *Ulysses* porque em nossa sociedade moderna precisamos de elementos que deem sentido, de intermediários que possam preencher de significado tal existência.

⁵⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto\Ed. Puc-Rio, 2010, p. 13-55.

A partir de toda essa discussão, deduzimos que a concepção de liminaridade extra-textual desse paratexto estaria ancorada no deslocamento do narrador da narrativa, ao mesmo tempo acompanhado, por uma nova relação que o discurso estabeleceu com a realidade, como nos arriscamos a dizer, pelas mudanças nas percepções de tempo. Michel de Certeau diria, de modo mais claro, que se operou uma nova relação com o *real*. O que, em dado momento, era posto como “um sentido *desvendado* pela realidade observada”, passa a ser elaborado, a *posteriori*, como “análise das opções ou das organizações de sentido *implicadas* por operações interpretativas”.⁵⁸

São essas operações que vamos buscar nos prefácios de *Sobrados e Mucambos* enquanto nosso objeto de estudo. Por meio delas poderemos entender como Freyre se comporta diante da necessidade de ter que lidar com duas realidades advindas do corte no tempo e com quais instrumentos preenche essa lacuna temporal.

Mas, antes disso, é preciso antecipar que os prefácios às obras não são únicos e que, por isso, suas variantes cumprem funções diferentes e desiguais, elas próprias atendendo a vários condicionantes.

1.2 – Função do prefácio

Genette inicia a seção destinada à análise das funções prefaciais se perguntando, numa menção a *La Dissémination* de Jacques Derrida, “afinal de contas, o que fazem os prefácios?”⁵⁹ Essa pergunta, tal como a ajuda que aludimos a Certeau, guiou-nos para identificarmos no paratexto um dos locais de construção de sentido para o livro. Tendo em vista que a construção do sentido demanda uma gama de artifícios, a função dos prefácios, portanto, não é única, tampouco imutável. Essa funcionalidade varia por causa de sua natureza histórica e circunstancial. Distinto da *introdução* que é única, mais ligada, segundo Genette, a problemas gerais e essenciais, esses textos “multiplicam-se de edição para edição e levam em conta uma historicidade mais empírica; respondem a uma necessidade de circunstância”.⁶⁰ Dada essa natureza prefacial, o semioticista

⁵⁸ CERTEAU, Michel, *op. cit.*, 2008, p. 40-41.

⁵⁹ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 175.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 145.

francês elabora uma série de tipos funcionais que são “determinados, ao mesmo tempo, por considerações de lugar, de momento e de natureza do destinador”.⁶¹ Bem resumidamente, por considerações de lugar entende-se a posição ocupada pelo paratexto em relação ao texto, sendo preliminar ou pós-liminar. Daí o autor considerar o pósfácio, por sua posição pós-liminar, uma variante prefacial, haja vista que muitos escritores, reconhecendo que nem sempre os leitores começam a leitura pelo início e nem são obrigados a isso, jogam com esse efeito de lugar e lançam mão de um prefácio não usual, posto no final do livro como Walter Scott em *Waverley*: “como um cocheiro que pede uma gorjeta, peço aqui, diz ele mais ou menos, um último instante de atenção”.⁶²

Quanto à natureza do destinador, isto é, quanto à autoria, Genette alerta para a complexidade da tarefa de identificar autores de prefácios, porque em muitas das vezes esses podem ser “reais ou outros”, um mesmo texto pode conter na mesma edição dois ou mais prefácios atribuídos a autores diferentes. O que chama de autor real é quando essa atribuição pode ser confirmada por vários indícios, nome do escritor, suas iniciais, ou a indicação ‘prefácio do autor’, configurando-o como *autêntico*. Se não puder ser confirmada ou validada, sua autoria se constitui como *apócrifa* por ser falsamente atribuída a uma pessoa real. Há também o *fictício*, quando sua autoria pode ser atribuída a uma pessoa imaginária. Pode ser caracterizado como “prefácio de ator” quando a assinatura é de uma das personagens da ação. Pode ser também atribuído a uma terceira pessoa, o *alógrafo*, por exemplo, “Sartre prefaciando *Portrait d’un inconnu* de Nathalie Sarraute”.⁶³ A lista do estudioso é ainda mais extensa. Sendo assim, é conveniente determinarmos o que nos interessa nessa lista: o *autoral* ou *autógrafo*, quando o autor do livro é também o do paratexto, como é o caso de *Sobrados e Mucambos*, cujas edições publicadas em vida só tiveram um único prefaciador, Gilberto Freyre.

Por considerações de momento, deve ser entendida a relação que o prefácio tem com a publicação do texto. Entre a publicação original e a eternidade de um tempo que lhe decorre, há uma infinidade de momentos para sua aparição. Isso faz o analista decidir por criar tipos funcionais, colocados por ele como

⁶¹ *Ibid.*, p. 175.

⁶² *Ibid.*, p. 154.

⁶³ *Ibid.*, p. 159-160.

significativos. As características específicas desses tipos serão apontadas e confrontadas, ao longo da pesquisa, com as questões apresentadas pelos prefácios de *Sobrados e Mucambos*. Neste momento, apenas apontaremos traços gerais dos *autógrafos* determinados em função da posição temporal em relação à publicação do livro, caracterizados por Genette como *original, posterior e tardio*.⁶⁴

O mais comum e mais complexo é o *original*. Seguindo os apontamentos de Genette, a função principal dele é “garantir ao texto uma boa leitura” a partir de duas ações, em que a primeira condiciona a segunda sem, necessariamente, garanti-la, quais sejam: “obter uma leitura” e “conseguir que essa leitura seja boa”. Isso se deve ao seu caráter autoral, original, preliminar ou monitório, na medida em que somente ao autor interessa que seu livro seja lido, por que e como deve ser lido. A partir daí, o semiótico aponta dois grupos de funções, ligados aos temas do *porquê* e do *como*. Os temas do *porquê* se relacionam à importância, à novidade, à tradição, à unidade, à veracidade, à defesa do texto. Os temas do *como* se pautam pela apresentação da gênese, da escolha do público, do comentário do título, da ordem de leitura, das indicações de contexto, declarações de intenção, dentre outros.

Os temas do *porquê*, cuja função primordial é a valorização do livro por meio de um processo retórico de persuasão, segundo Genette, remontam à retórica latina, que se tornou menos usual desde o século XIX. Consiste em valorizar a obra pela importância do tema, sua originalidade, sua veracidade, sem, no entanto, estender ao autor essa valorização: tratar de genialidade, de talento é um tabu.⁶⁵ Um desses temas é o da *novidade*, o qual se constitui na importância da obra seguida “de uma insistência em sua originalidade, ou pelo menos sua novidade”, conforme autores vêm fazendo desde a defesa que Rousseau realizou de seu texto: ‘eis o único retrato de homem, pintado exatamente ao natural e em toda sua verdade, que não existe e provavelmente nunca existirá... Crio um empreendimento de que nunca houve exemplo e cuja execução não terá

⁶⁴ *Ibid.*, p. 155-156. Em comparação com as questões que levanta acerca do prefácio original, Genette apresenta poucos pontos relativos aos prefácios de natureza posterior ou tardia. Daí, nesse momento, não entrarmos no mérito desses paratextos, o que se dará quando analisarmos os prefácios de *Sobrados e Mucambos* que assumem essas posições frente ao momento inaugural do livro.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 176.

imitador'.⁶⁶ O que a época de Rousseau apresenta como novidade, a era clássica, nos termos de Genette, insistia “no caráter tradicional de seus temas, penhor evidente de qualidade”, onde “cada geração, cada autor empenhava-se em propor sua nova versão de um tema experimentado”.⁶⁷ Na análise de Genette, não há uma preocupação em indicar se a oposição entre temas do *porquê*, como o da *novidade* e da *tradição*, implicou ou tem alguma relação como os distintos usos da prática prefacial integrada ou dissociada. Todavia, é possível inferir essa analogia. Se na era clássica cada escritor esforçava-se em apresentar a sua versão de um tema tradicional e se propunha a isso no interior do texto, deduzimos que tanto se percebiam quanto viam seus textos como pertencendo à mesma ordem temporal dos que lhe eram anteriores. A tradição assumia, nesses termos, um quadro de referência, de ordenamento do mundo em que dois eventos no tempo, num contínuo histórico, eram regulados pelo tempo anterior, ou seja, pelo passado.

Por outro lado, na época caracterizada por Genette, desde Rousseau, o tema da *novidade* é também uma forma de se relacionar entre tempos, mas difere daquela porque na modernidade o que orienta a história é um gesto sempre recorrente de separar, de dividir, de ver o que lhe precede por uma diferenciação.

Como afirma Certeau acerca dos períodos que a ciência histórica criara: entre a Idade média, História moderna e História contemporânea “se indicou sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então [...] cada tempo ‘novo’ deu lugar a um discurso que considera ‘morto’ aquilo que o precedeu, recebendo um ‘passado’ já marcado pelas rupturas anteriores”. Esse gesto da história é orientado pelo corte no tempo, consistindo “na diferença entre um presente e um passado. Supõe sempre o ato que propõe uma novidade, desligando-se de uma tradição, para considerá-la um objeto de conhecimento”.⁶⁸

A própria alegação que Rousseau faz do seu empreendimento traz consigo marcas desse tempo. Se, por um lado, não encontrara exemplos anteriores do seu homem pintado ao natural, por outro lado, esse mesmo homem não

⁶⁶ *Ibid.*, p. 179. Genette não indica de que obra de Rousseau retirou esse trecho. De todo modo, foi retirado de *Confissões*, um dos últimos textos escritos pelo filósofo e de publicação póstuma.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 179. Conforme Genette, por era clássica devemos entender como o período compreendido entre Homero e Rabelais, caracterização definida, mesmo que arbitrariamente, a partir do uso que autores desse período faziam a prática prefacial integrada. Daí chamar de época moderna quando a prática prefacial passou a apresentar-se externa ao texto.

⁶⁸ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 15-47.

encontrará imitação, possivelmente porque os gestos posteriores da história não o verão como tal; ou seja, a diferença na qual o homem ao natural de Rousseau se apoia em relação ao que lhe antecede dará lugar a outro discurso, também da diferença, que não verá o Homem tão ao natural quanto o filósofo.

Os temas do *porquê*, cuja função primordial é a valorização do texto, segundo Genette, sofreram um relativo desaparecimento, perdendo espaço para os temas do *como*. Genette indica que os temas do *como* ganharam proeminência por conterem, além de funções de informação e de orientação de leitura, a vantagem de pressuporem os temas do *porquê* de maneira imperceptível; ou seja, “quando um autor explica com cortesia *como* se deve ler seu livro, você já não tem tanta condição para responder, seja ainda *in petto*, que você *não* o lerá”. Assim, a natureza desses temas consiste em “orientar a leitura, tentar conseguir uma boa leitura”, dispor o leitor de informações “necessárias a essa boa leitura”, tais como “a maneira pela qual o autor quer ser lido”. Foi o que fizeram, conforme Genette, Vítor Hugo e Roland Barthes. O primeiro deseja que *Contemplations* seja lido ‘como se leria o livro de um morto’. Já Barthes, em *Roland Barthes par Roland Barthes*, propõe: ‘tudo isso deve ser considerado como dito por um personagem de romance’, afirmação, conclui Genette, bem autoral, autoritária, para quem, depois de muitos outros, havia decretado a ‘morte do autor’.⁶⁹

Entre os vários temas do *como*, apresentados pelo estudioso, os mais pertinentes ao nosso estudo são os da *gênese* e *declarações de intenção*. O primeiro consiste em informar ao leitor a origem da obra, as circunstâncias de sua redação, as etapas de sua criação, como Chateaubriand, em *Mémoires d’outre-tombe* (*Memórias do Além-túmulo*), “indica as circunstâncias, mais profanas, dessa obra de longo fôlego, escrita em diversos lugares, em diversos tempos, e na qual se misturam sem cessar (é o autor quem diz) as épocas da vida e as da redação, o Eu narrado e o Eu que narra”. Somada a essas circunstâncias, há os casos de indicação das fontes e dos agradecimentos a pessoas e instituições que ajudaram o autor na elaboração de seu livro. Eventualmente encontradas em obras de cunho histórico, ao longo do texto ou em notas, a indicação das fontes em obras, caracterizadas como sendo “de ficção de tema histórico ou lendário” marcou a trajetória de alguns escritores, tais como Walter Scott e Tolstói.

⁶⁹ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 186-187.

Segundo Genette, o anonimato inicial e as suposições de autores posteriores parecem ter impedido Scott de indicar suas fontes nos prefácios originais, lacuna preenchida, em 1828, num caso típico de recuperação. Já, a propósito de *Guerra e Paz*, Genette aponta que Tolstói se relaciona de forma intimidativa com o que parece, ao nosso ver, uma demanda de indicação de fonte para obras históricas, no caso do russo, de ficção de tema histórico, ou seja, “declara-se pronto a produzi-las em caso de contestação”, conforme trecho que Genette apresenta da aludida obra:

(...) Em toda parte de meu romance em que personagens históricas falam e agem, não inventei nada, mas me servi de materiais que encontrei e que, reunidos ao longo do meu trabalho, constituem toda uma biblioteca; não julgo útil dar aqui os títulos dessas obras cujas referências sempre posso dar (...).⁷⁰

Quanto aos agradecimentos dirigidos a pessoas e instituições, o estudioso sugere que, ao apresentá-las ao leitor, os autores buscam valorizar (tema do *porquê* subentendido) seu texto, na medida em que se recebeu tanta ajuda e se tem tantos amigos é porque “não é absolutamente mau”.⁷¹ O que cabe ressaltar, nessas duas particularidades que estão relacionadas à gênese de obras e dispostas nesse paratexto original, é que tanto a demanda de indicação de fontes quanto os agradecimentos são partes que compõem algo como um ritual. Diríamos, primeiramente, que se a obra não se sustenta por si mesma, o conflito ao tratar de tema histórico e não indicar fontes, como no trecho acima, o prefácio cumpriria as carências do autor e do leitor ao abrir espaço para práticas que preenchem de sentido o texto de tema histórico. Leon Tolstói parece testemunhar um tempo em que escrever acerca da história, mesmo que por meio de um romance, demandava algo mais do que apresentar enredo e personagens históricos. Por exemplo, em edição posterior, acrescenta a seu texto duas seções destinadas a discutir a ciência

⁷⁰ Gérard Genette não cita a página do texto. Esse trecho também, salvo engano, não consta na tradução de Oscar Mendes para a 3ª edição de *Guerra e Paz*, publicado pela editora Itatiaia, em 1983. Acreditamos, apesar de o autor tratá-lo como do prefácio original, que tal passagem seja do artigo “Algumas palavras a propósito de *Guerra e Paz*”, publicado pela revista *Archives russes*, em 1868. Genette aponta esse texto como o prefácio que, por razões diversas, fora impedido de aparecer na edição original, editado posteriormente como texto oficial de tal obra de Tolstói. GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 155 e 188.

⁷¹ *Ibid.*, p. 188.

histórica e a atividade dos historiadores.⁷² Quanto ao trecho citado, suas palavras são sintomáticas da pretensão realista de sua narrativa, sobretudo do efeito criado para tal aspiração. Ao dizer que não inventou nada e que pode dar referências dos materiais reunidos ao longo do seu trabalho, era como se Tolstói dissesse ao leitor de seu *Guerra e Paz* que “vira”, em meio às suas pesquisas por arquivos e bibliotecas, os atores e os acontecimentos político-sociais da Rússia, do início do século XIX, sob a invasão napoleônica.⁷³ O “eu vi” de Tolstói é uma nova modalidade do “eu vi” de Tucídides, na qual, conforme Hartog, ser historiador não consiste mais em dizer o que se viu, antes as condições enfrentadas para tornar visíveis os acontecimentos.⁷⁴ E se ele os viu nos livros e nos testemunhos, seus leitores também poderão ver, afinal de contas se dispôs a apresentar tais documentos.

Por trás dessa nova perspectiva, está uma prática que, diferindo daquela na qual a palavra valia, doravante a técnica empregada na produção do conhecimento histórico é que assumirá esse poder de convencimento. Ocorre, portanto, um deslocamento matizado no qual o passado deixaria de ser observado tornando-se, por meio dessas técnicas, observável ou passível de ser observado. Essa técnica é o que Michel de Certeau descortina como um dos três pilares nos quais se assenta a escrita da história, pendendo ora para a literatura, ora para a ciência, conforme o lugar que se dê àquela técnica permitindo que cada sociedade se pense historicamente com os instrumentos que lhe são próprios.⁷⁵ Ao dar publicidade aos seus cinco anos de pesquisas, Tolstói nada mais fez do que nos informar de que entre *Guerra e Paz* e a invasão napoleônica, ou seja, que a relação entre o relato e o acontecimento foi “mediatizada pela técnica”, a qual subjaz à consulta de livros de história, de memórias, de testemunhos de sobreviventes.

⁷² Essa oposição entre romance e história é, aqui, um pouco arbitrária. Não encontramos uma distinção que possa dar contornos definidos a um ou a outra. O próprio Tolstói, ao incluir no seu romance um epílogo e um adendo, seções de crítica à história e ao que fazem os historiadores, torna complexa qualquer tentativa de distinguir nitidamente os dois gêneros. A nossa oposição serve apenas a um mínimo que possa haver de distinção entre ambos.

⁷³ Segundo Oscar Mendes, Tolstói afirmava que *Guerra e Paz* era resultante de cinco anos de pesquisas nas quais consultara livros de História russos e estrangeiros, jornais, memórias, ouvira testemunhos de sobreviventes da época, entre outros documentos. MENDES, Oscar. “Introdução à *Guerra e Paz*”. In: TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz*. 3. ed. Trad. Oscar Mendes. vol. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983, p. 13.

⁷⁴ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 279.

⁷⁵ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 78.

Por outro lado, são as técnicas de produção que, de certo modo, vinculam a história a um lugar de produção, outro dos três pilares da operação historiográfica que propõe Certeau. Ainda que pessoas e instituições sejam lembradas como as que contribuíram para a realização do livro, são indicadas para um fim maior: são elas que permitem um tipo de produção e proíbem outros. São elas que estabelecem as “leis do meio”. São elas o verdadeiro destinatário do livro de história, quem permite que este se torne uma obra de valor.⁷⁶

O outro tema do *como* são as *declarações de intenção*, o que vem a ser, para Genette, talvez a mais importante função do prefácio original: “a interpretação do texto pelo autor”. Segundo esse crítico, há uma ‘vulgata’ modernista contrária à ideia de uma intenção autoral. Cita, particularmente, Paul Valéry, que “recusa ao autor qualquer controle sobre o ‘verdadeiro sentido’, ou mesmo que nega absolutamente a existência de semelhante sentido”. Contra essa defesa, aponta vários exemplos que esmaecem os pareceres negadores da intencionalidade, como o do próprio Valéry, que não negava ter uma interpretação pessoal de sua obra, apenas evitava impô-la a seus leitores.⁷⁷ O que Genette propõe, acreditando ou não crendo na intenção, é que não podemos deixar de levá-la em conta. Por silogismo, podemos equacionar a sua proposta da intencionalidade. Primeiro, nas palavras dele, se definirmos a intenção como uma teoria natural de imposição ao leitor do ponto de vista mais seguro do livro, expressa no prefácio e levando em conta que leremos este antes de passarmos à leitura do texto, dificilmente depois disso vamos ler, por exemplo, *Artifícios*, de Borges sem que sua interpretação de que seu conto é uma longa metáfora da insônia “pese sobre a leitura e a force a determinar-se, positiva ou negativamente, em relação a ela”.⁷⁸ Ou seja, qualquer que seja a nossa análise do texto, ela nunca será a mesma se conhecermos antecipadamente a intenção do autor. Nessa perspectiva, o prefácio constitui um dos instrumentos de controle autoral.

Essas questões que levantamos, relativas à história e às funções da prática prefacial, volta e meia, aparecerão ao longo dos capítulos seguintes, mais precisamente, no segundo capítulo – após a análise do prefácio à primeira edição, quando tentaremos traçar paralelos entre a prática prefacial como sintoma de um

⁷⁶ *Ibid.*, p. 66-72.

⁷⁷ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 196.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 196-199.

tempo moderno e os temas caros à estrutura discursiva do prefácio à primeira edição, tais como o tema da casa e o tema da memória.

Capítulo 2

A HISTÓRIA DO LIVRO NOS PREFÁCIOS

2. 1 – Edições e os prefácios de *Sobrados e Mucambos*

Uma história de *Sobrados e Mucambos*, mesmo que breve, é de fundamental importância na medida em que cada edição é cercada de características específicas que correspondem à materialidade que cerca a escrita de um texto. Materialidade circunscrita, como propõe Manoel Salgado, pelas condições de produção e de possibilidade de ele ser escrito, a qual, sob um ponto de vista que a historicize, permite que cada um dos momentos passe a compor o acervo de sua interpretação. Assim, reconstituir sua história equivale a “reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo um certo tipo de leitor”.⁷⁹ A história do livro passa pelos projetos nos quais estava inserido, por sua estrutura física, aqui entendida como seu formato, os informes nas capas e nas orelhas, pelos prefácios, pela disposição das notas e pelas reformulações do texto. Essa é uma gama de ocorrências bastante profícua para nossa reflexão historiográfica, tendo em vista os vários significados engendrados ao livro, ao autor, os vários destinatários evidenciados em distintos leitores, dentre outras possibilidades. Para tanto, primordialmente, sua inserção nos cenários nos quais foi editado se dará a partir da análise dos prefácios escritos à obra. Esses paratextos denunciam os projetos historiográficos, as contingências históricas, os diálogos, as estratégias discursivas do autor para se inserir no cenário intelectual e as várias significações que vai impondo à sua criação.

Sobrados e Mucambos foi editado quinze vezes no Brasil, sendo a primeira publicação de 1936 e a última do ano de 2006. Há também publicações estrangeiras. Três americanas: a primeira edição é de 1963 e foi publicada pela editora Alfred Knopf de Nova Iorque, sob o título *The Mansions and The Shanties: the making of modern Brazil*. A terceira, a mais recente, foi publicada pela Press Berkeley da Universidade da Califórnia. Há uma edição italiana de 1972 pela editora Giulio Einaudi, cujo título é *Case e Catepecchie: La decadenza del patriarcato rurale brasiliano e lo sviluppo della famiglia urbana*. Uma publicação portuguesa pela editora Livros do Brasil, sob o título *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Há duas edições alemãs, ambas publicadas pela editora Klett-Cotta nos anos de 1982 e 1990,

⁷⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, *op. cit.*, p. 33.

intituladas *Das lan in der stadt: die enttcklung der urbanen gasellschafts brasiliens*.⁸⁰

A história a qual nos referimos é aquela compreendida entre a primeira edição e à última publicada em vida pelo autor. A trajetória na qual a criatura é acompanhada pelo criador, desejoso do controle de sua interpretação; ou seja, enquanto a ele foi possível acrescentar, suprimir, alterar ou reelaborar, havia um desejo de controlar a significação de *Sobrados e Mucambos*. No intervalo de cinquenta anos, o livro foi publicado sete vezes, entre 1936 e 1985. Freyre faleceu em 1987, em Recife, aos 87 anos. Dessas edições, a primeira foi publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1936, e as outras seis pela José Olympio Editora nos anos de 1951, 1961, 1968, 1977, 1981 e 1985.

Nesse ínterim, elaborou quatro prefácios distintos à primeira, à segunda, à terceira, e à sexta edições. Mas, se levarmos em conta que ao publicar a segunda edição alterou substantivamente o texto escrito à primeira, temos por implicação um novo prefácio. Outro ponto a respeito desses é que, ao longo dessas publicações, não há nenhum prefaciador do livro que não seja seu autor e, por outro lado, todos são datados e localizados, questão a qual voltaremos adiante, dando a impressão de que está sempre por perto, atento a cada um desses momentos e, ao mesmo tempo, localizando sua trajetória em paralelo com a da obra. Isso permite, de certo modo, pensar esses lugares como locais que vão legitimando a permanência da obra. Algo próximo a isso foi observado por Gustavo Sorá nos prefácios de *Casa-Grande & Senzala*. Ao assinalá-los como “documentos carregados de representações, sobre os diferentes momentos na circulação do livro” e sobre o autor que se apresenta nos primeiros textos como um iniciante “querendo restringir seu trabalho à imposição e demonstração de um original *ensaio* de interpretação sociológica sobre o Brasil”, um modo de apreensão do “estranho” produto”. Nos paratextos tardios da obra, ele se julga “um velho em retiro, buscando lugar no panteão literário nacional, ali onde a dúvida é censurada, onde reina a liberdade da palavra inspirada, já fora do rígido controle do discurso disciplinar de uma sociologia plenamente universitária”.⁸¹

⁸⁰ Esses dados sobre as edições estão disponíveis para consulta no acervo da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, no site da Fundação Gilberto Freyre: bvgf.fgf.org.br.

⁸¹ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p.].

Outra questão que diz respeito aos prefácios é a permanência dos anteriores nas edições subsequentes. Por exemplo, a segunda edição contém, além do texto escrito a esta, o elaborado à primeira. Assim, a terceira apresenta três paratextos, os dois primeiros e o direcionado a ela. Não houve textos elaborados à quarta e à quinta edições, ocorrendo a reedição dos três anteriores. A sexta apresenta quatro prefácios, a partir da reedição dos três primeiros somados ao escrito a esta edição. Na sétima, a última publicada com o autor ainda vivo, repete-se a edição anterior, reeditando os quatro prefácios anteriores. Além de todos esses, a partir da segunda publicação, a obra passa a contar com uma introdução que permanece para a continuidade da sua existência.

Após esses apontamentos, surgem algumas questões: por que Freyre escreveu tantos paratextos? Por que os amontoou nas diferentes edições de *Sobrados e Mucambos*? Por que os elaborou para algumas edições e para outras não? Qual a razão das alterações no primeiro, quando da sua reedição na segunda publicação? Se o prefácio emancipado atendeu a uma nova relação com o real implicado na narrativa, como defendemos nas duas primeiras seções desta pesquisa, o que pensar quando esses textos abundam numa obra como *Sobrados e Mucambos*? Esses questionamentos nos levam à grande pergunta, ao nosso problema central: *qual o sentido desses paratextos para a eficácia interpretativa do livro?* A resposta a tudo isso leva-nos à maior das indagações: *o que estava em jogo no momento em que cada um dos prefácios foi escrito?* É o que começamos a buscar a partir de agora, com a descrição dos prefácios escritos a *Sobrados e Mucambos*.

A primeira edição fez parte de um projeto editorial criado em 1931 pela Companhia Editora Nacional, como informa Heloísa Pontes a respeito de tal projeto, “que se intitulava Biblioteca Pedagógica Brasileira”; “subdividia-se em cinco séries, Literatura Infantil, Atualidades pedagógicas, Livros Didáticos, Iniciação Científica e Brasileira”. *Sobrados e Mucambos* era o volume 64, dos quase duzentos títulos da série Brasileira, a qual se definia como

(...) a mais vasta e completa coleção e sistematização que se tentou até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos,

econômicos, etc.), de reedição de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros (...).⁸²

Era dessa forma que a Nacional apresentava aos leitores a Brasileira, motivada pelo desejo de reunir obras de difícil acesso, dispersas, raras e novos estudos sobre o Brasil. Nos dizeres da editora, “iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos”.⁸³ A ambição desse empreendimento pode ser percebida na lembrança do que ele representou, conforme aparece no jornal *O Estado de São Paulo*: representativa “até hoje [d]o mais completo repositório de informação sobre o Brasil, suas origens, sua formação, sua vida em todos os campos”.⁸⁴

A inserção de um livro em grandes projetos editoriais é cercada por variados interesses das partes envolvidas. Gisele Martins Venâncio⁸⁵, em seu trabalho sobre Oliveira Viana, propõe que para os idealizadores de um projeto editorial a organização de “uma coleção implica na definição de um destinatário preciso, numa escolha de textos definida por um projeto intelectual e editorial e na crença de que essa seleção previamente dada pode condicionar, de algum modo, a recepção”. Já para os autores, no seu caso, Oliveira Viana, “a inclusão de seus livros nessas coleções significa não somente a maior divulgação de seus trabalhos, mas também um aumento nos seus rendimentos em direitos autorais”. Para Venâncio, o fato de várias obras da década de 1920 desse autor terem sido reeditadas na década de 1930 pela Brasileira e sua participação em volumes de outros autores também dessa coleção “demonstra uma boa recepção de sua obra e

⁸² Em seu texto, Heloísa Pontes elabora uma classificação distinta acerca dos autores que publicaram textos nas primeiras décadas do século passado, no Brasil. Enquanto a editora Nacional classifica Oliveira Viana em três gêneros distintos: antropologia e demografia, história e política e Alberto Torres no gênero política, a autora inclui esses dois autores e Gilberto Freyre sob a insígnia de ensaios de interpretação do Brasil. PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil*: Editores, Editoras e “Coleções Brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p. 390-391.

⁸³ PONTES, Heloísa, *op. cit.*, p. 390.

⁸⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO, *Suplemento Literário*, 4 de Março de 1973, *apud* HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*: sua história. São Paulo: T. Queiroz / Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 301.

⁸⁵ VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo*: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

um percurso que justifica ser considerado um dos mais importantes intelectuais desse período”.⁸⁶

Esses dois requisitos seriam suficientes para essa constatação? É possível pensar esses números de Oliveira Viana não somente pela boa recepção de sua obra, mas também pela perspectiva do que deveria ser editado e lido naquele momento? É possível também pensar sobre a relação que os autores mantinham com os círculos intelectuais?

Essas perguntas a Oliveira Viana caberiam a outros autores e principalmente a Freyre. Se olharmos a publicidade dos números, não seria possível considerar Manoel Bomfim um grande intelectual do início do século XX e daí poderíamos achar natural a sua ausência entre os grandes ensaístas brasileiros das primeiras décadas do século passado. Fernando Nicolazzi elenca argumentos de vários estudiosos acerca do “apagamento” ao qual foi submetido o autor sergipano. Há alguns pouco resistentes, como o de que o ‘esquecimento’ se deu por causa da linguagem ambígua do texto de Bomfim, encerrada numa crítica ao biologismo por metáforas biológicas. Outro pouco convincente é o de que sua linguagem estava à frente do seu tempo e daí as incompreensões da sua proposta. Um argumento plausível é o de que a recepção do autor foi comprometida pela ação do Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, que proibiu a reedição de seus livros, impôs censura a seus textos na imprensa oficial, sendo também retirados das estantes das bibliotecas públicas. Também coerente é a indicação de que esse intelectual se mostrou alheio a algumas convenções intelectuais de sua época, que seriam credenciais de um grande intelectual, como recusas para ingressar na Academia Brasileira de Letras e para ser membro do IHGB.⁸⁷ Essas recusas impediam o exercício de uma prática bastante recorrente no meio intelectual em fase inicial da atividade editorial no Brasil. Assim, Bomfim não pôde se valer dos elogios recíprocos que os intelectuais realizavam, como Nelson Werneck Sodré apresenta, em suas memórias, sobre a prática da ‘*igrejinha*’, daquele momento:

(...) havia número reduzido de escritores e jornalistas, que controlavam os suplementos literários e consagravam determinadas figuras, omitindo ou obscurecendo outras (...) a

⁸⁶ VENÂNCIO, Giselle Martins, *op. cit.*, p. 243- 248.

⁸⁷ NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 41- 42.

regra da igreja era auxílio mútuo; uma das formas do auxílio mútuo era o elogio recíproco, trocado com uma constância e um método que a publicidade comercial invejaria (...).⁸⁸

As trajetórias de Oliveira Vianna e Manoel Bomfim informam como são bastante complexos os percursos intelectuais dos autores, percursos sobre os quais os números a respeito deles podem dizer, às vezes, muito pouco. A trajetória intelectual de Freyre é bem representativa do quão complexo é o mundo editorial, o que indica que a recepção intelectual de um autor é cercada de várias determinantes. Em certa medida, sua trajetória inicial se assemelha à de Manoel Bomfim. Freyre também se apresentava como crítico das teorias raciais a partir da distinção que propunha em seu trabalho entre raça e cultura, do mesmo modo, sem conseguir ao final romper com os determinismos das teorias das quais se dizia crítico.

Como Manoel Bomfim, teve dificuldades com o regime instaurado em 1930. Embora isso não tenha implicado na censura de seus livros, ele aparece como agitador e subversivo para alguns setores da sociedade brasileira. Por exemplo, sua linguagem foi alcunhada de pornográfica em artigos da Revista *Fronteiras*, como o de Vicente do Rego Monteiro, cujas palavras assim se referiam à *Casa-Grande & Senzala*: “os pais das normalistas precisam ler essa obra da mais descabelada pornografia para saberem” o que é ensinado às suas filhas, “alunas da Escola Normal. O caso, pela extrema gravidade de que se reveste, está a exigir severas providências do diretor da escola e do secretário de educação”.⁸⁹ Outra repreensão às atividades do autor pernambucano ocorreu por ocasião dos protestos contra a Lei de Segurança Nacional em 1935, quando, junto com outros intelectuais, foi detido, interrogado e registrado no DOPS sob a ficha P-13175.⁹⁰ Atividade também repreendida por Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) no *Diário de Pernambuco*, sob a acusação de que Freyre preparou ideologicamente, através do Congresso Afro-brasileiro, o movimento armado

⁸⁸ SODRÉ, Néelson Werneck, 1970, p. 118, *apud* FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. 73.

⁸⁹ MONTEIRO, Vicente do Rego. *Revista Fronteiras*, 1936, [s. p.], *apud* GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual Brasileiro: 1900-1936*. Trad. Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 562-563.

⁹⁰ GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez, *op. cit.*, p. 530-531.

comunista de 1935.⁹¹ Esse crítico, Fábio Franzini aponta como pertencendo a um grupo de críticos literários, localizados no Rio de Janeiro, “que eram juízes respeitados e temidos, vistos como responsáveis pelo reconhecimento ou ruína de um autor ou de uma obra”.⁹²

Se Bomfim e Freyre têm trajetórias iniciais semelhantes, o que explicaria o fato de o pernambucano obter maior espaço no meio intelectual do que Manoel Bomfim? Em parte, a explicação para isso estaria em estratégias de divulgação das editoras nas quais Freyre publicara seus textos, na medida em que tanto a publicação de *Casa-Grande & Senzala* quanto a de *Sobrados & Mucambos* foi noticiada antecipadamente, ganhando visibilidade em vários artigos de jornais e revistas. Um desses artigos, sobre o primeiro desses livros, foi publicado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no *Diário Carioca*, em outubro de 1933. Esse personagem talvez tenha sido a pedra angular na fase inicial da carreira do nosso autor. Se foi Melo Franco de Andrade quem tanto o apresentou a Augusto Frederico Schmidt, futuro dono da editora Schmidt, e intermediou o contrato com a editora, quanto quem primeiro resenhou o futuro livro, foi sua proximidade com o poder, através dos vários cargos políticos exercidos no governo Vargas, que permitiu que os temores de Freyre diante da repressão política às vésperas da publicação de *Sobrados e Mucambos* não se efetivassem, a ponto de esse livro fazer parte das políticas educacionais do Estado Novo. Simone Meucci caracteriza como ambígua a relação do intelectual recifense com o regime instaurado em 1937. Na fase inicial do Estado Novo, se esse autor não conseguiu abrigar institucionalmente suas propostas sociológicas frente à política cultural centralizadora de Vargas, tampouco fôra “perseguido ou banido da cena intelectual como Anísio Teixeira e outros”.⁹³

Por outro lado, o trecho a seguir é bem representativo do ambiente que cerca a primeira publicação de *Sobrados e Mucambos* e tem estrita relação com a hipótese que levantamos para a estrutura dessa edição:

⁹¹ ATHAYDE, Tristão de. “Gente do norte”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28/2/1936. Acervo Gilberto Freyre: FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco), Recife.

⁹² FRANZINI, Fábio, *op. cit.*, p. 70.

⁹³ MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2006, p. 172.

(...) conversando hoje com o Octalles a respeito da B.P.B, assentamos certas medidas de extensão editorial e cultural, para cuja execução, de acordo com o nosso plano, precisamos da colaboração do que o professorado, no Brasil, tem de melhor. Você sabe que esse plano interessa diretamente tanto à obra de renovação escolar como aos professores em geral, e particularmente aos editados. Dos alunos, não se fala, que serão os primeiros atingidos pela ação da B.P.B. Pretendemos agora desenvolver largamente e intensamente as séries *Atualidades* e *Iniciação Científica* e a série *Livros Didáticos* que é a série fundamental na qual terão de se apoiar as outras (...) os melhores livros, os mais bem feitos e bem apresentados, os mais modernos e vivos, pelo preço muito barato, não serão um grande serviço à reorganização da educação pública no Brasil? (...).⁹⁴

O uso desse longo trecho justificou-se, porque o autor dessas palavras é peça decisiva na configuração da primeira edição de *Sobrados e Mucambos*. Promovendo reformas educacionais no Distrito Federal em 1928 e também signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, Fernando de Azevedo via seu projeto editorial como uma forma de executar as reformas educacionais que estavam na agenda das várias mudanças que o regime, instaurado em 1930, havia redefinido. É peça determinante para os propósitos editoriais dessa obra de Freyre porque era tanto diretor da coleção Livros Didáticos, aquela na qual as outras coleções deveriam se apoiar, quanto da Brasileira, coleção na qual o texto estava inserido. É Fernando de Azevedo a quem Freyre se queixa do atraso do texto (“quanto ao meu, atrasado pela doença, voltei a trabalhar nelle”)⁹⁵ e quem sugeriu “*Decadência da família patriarcal no Brasil*” como subtítulo para *Sobrados e Mucambos*.⁹⁶ Assim, entre os propósitos do diretor da coleção Brasileira e os possíveis desígnios do nosso autor é que singularizamos a primeira edição desse livro.

Ela apresenta como estrutura: dedicatória, prefácio, sete capítulos: “O sentido em que se modificou a paisagem social no Brasil durante o século XVIII e

⁹⁴ Carta de Fernando de Azevedo a Venâncio Filho, fevereiro de 1934, *apud* PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil*: Editores, Editoras e “Coleções Brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 389. O Octalles ao qual se refere Fernando de Azevedo é Octalles Marcondes Ferreira, então proprietário da Editora Nacional. Por outro lado, B.P.B é a abreviatura de Biblioteca Pedagógica Brasileira, título do projeto editorial da Nacional.

⁹⁵ Carta de Gilberto Freyre a Fernando de Azevedo, 6/8/1935, *apud* GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodriguez, *op. cit.*, p. 568.

⁹⁶ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 105.

a primeira metade do XIX; O Engenho e a Praça, a Casa e a Rua; O Pai e o Filho; A Mulher e o Homem; O Sobrado e o Mucambo; O Brasileiro e o Europeu; Ascensão do Bacharel e do Mulato”. Além disso, há as seções “Apensos” e “Bibliografia”. Na seção “Apensos”, Freyre reproduz manuscritos de câmaras municipais da década de 1820, consultados no Arquivo do Estado de Pernambuco, cujo conteúdo, sob lista nominativa, contém nomes de alunos com suas respectivas filiação, idade, cor (no manuscrito sob a designação de “qualidades”), residência, naturalidade e situação escolar (sob a designação de “progressos”). Há também, nessa seção, uma cópia de carta, datada de 15 de Junho de 1844, cujo remetente é um bacharel em direito e endereçada ao pai, editada por Freyre como documento que trata da decadência do patriarcado rural no Brasil. A seção “bibliografia” é subdividida em dois tipos: em fontes caracterizadas pelo autor como documentos de época e bibliografia especializada, sendo esta uma subseção na qual são indicados, em linhas gerais, trabalhos que foram consultados para análises de vários assuntos apresentados no texto, tais como, entre outros, judeus, cidades, comércio, casa, mulher, mestiço. Ainda nessa seção, Freyre informa que alguns textos consultados para o ensaio e incluídos na bibliografia lhes foram franqueados por Donald Pierson, naquele momento professor da Universidade de Chicago, que realizava pesquisas na Bahia, e Melville J. Herskovits.⁹⁷

Não há notas, nem de rodapé, nem ao final dos capítulos ou do texto, nesse ponto, distinguindo-se de *Casa-Grande & Senzala* e *Nordeste*. Freyre usa notas em *Nordeste*, por exemplo, para explicar conceitos como o de estudo sociológico: “como aquele que se ocupa da planta, do animal ou do homem em relação com o meio ou com o ambiente. Completando pelo estudo cultural, poderá dar á sociologia as suas melhores condições de sciencia e á philosophia social a sua visão mais larga”.⁹⁸ Em *Casa-Grande & Senzala*, para indicar o livro de Astrogildo Pereira no qual esse autor refuta a “teoria de Oliveira Viana” acerca da “inexistência de luta de classes na formação social do Brasil”.⁹⁹

⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do Patriarchado Rural no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 379-388. Ao longo dessa dissertação, em todas as notas referentes a livros de Gilberto Freyre, principalmente nas simplificadas, manteremos a data de publicação do texto para distinguir uma edição das outras edições de *Sobrados e Mucambos*, esse texto do restante da obra do autor e as demais obras citadas uma das outras.

⁹⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paizagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937, p. 9.

⁹⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regimen de Economia Patriarchal. Rio de Janeiro: Ed. Schimdt, 1933, p. XIV.

Não há, na primeira edição de *Sobrados e Mucambos*, nenhum desses usos apresentados. O que imprimiu tal distinção? Se esse texto é resultante da mesma série de pesquisas do livro de 1933, como afirma Freyre no prefácio à primeira edição: “tentativa de reconstituição e de interpretação de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira [...] é agora continuada, dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo”,¹⁰⁰ qual o porquê dessa distinção? Há alguma relação com a editora e seu projeto editorial? O que pensar de uma provável contradição entre o que se diz do texto como continuação do anterior (dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo) e o formato apresentado pela edição?

Primeiro, no que tange à relação entre a editora e seu projeto, Heloísa Pontes assinala que há semelhanças nos “aspectos temáticos e formais” dos livros publicados, nas décadas de 30, 40 e 50 do século passado, pelas editoras Nacional, José Olympio e Martins. Se são similares “ao modelo euclidiano de apreensão da realidade, tal como aparece em *Os Sertões*”, produções que se baseiam, “sobretudo na caracterização da Terra (leia-se geografia, biologia, botânica, arqueologia), do Homem (viajantes e cronistas, antropologia e etnologia, folclore, memórias, etc)”, por outro lado, mesmo pertencendo a um mesmo projeto editorial, detecta-se, segundo a autora, uma “tensão no interior da *Documentos Brasileiros* e da *Brasiliana*, entre ensaios de interpretação sobre o Brasil e os trabalhos de cunho historiográfico”.¹⁰¹

Exemplo dessa tensão é o conflito entre os que ela caracteriza como “interpretativistas” e os pensadores mais conservadores, respectivamente; entre autores como Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana e pensadores mais tradicionais como Otávio Tarquínio de Souza, Luís Viana Filho, Pedro Calmon. Segundo a autora, ainda que esses últimos não apresentassem o “cacife intelectual dos primeiros”, estava na mão deles o controle dos locais “institucionais de consagração dos intelectuais da época (como as academias de letras, as cátedras das faculdades de direito, os espaços dos jornais destinados à crítica literária etc.)”.¹⁰²

¹⁰⁰ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 11.

¹⁰¹ PONTES, Heloísa, *op. cit.*, p. 387-388.

¹⁰² *Ibid.*, p. 402-403.

Esses pontos levantados na ante-sala de *Sobrados e Mucambos* parecem delinear os contornos da primeira edição. Assim, é possível sugerir que uma edição menos formal, visava um público leigo, alvo das transformações no mercado editorial e em crescente expansão a partir das inúmeras reformas educacionais das primeiras décadas do século passado, no Brasil. Mudanças, em parte, devidas a Fernando de Azevedo e incentivadas por Freyre, enquanto docente da Escola Normal do Recife nos anos de 1929 e 1930, cuja iniciativa, tal como Azevedo ao incluir a disciplina no curso Normal, no Rio de Janeiro, é “uma das primeiras experiências de implantação da sociologia no currículo dedicado à formação de professores”. Experiências, segundo Simone Meucci, que ainda não receberam a devida importância na implantação da sociologia no Brasil, cuja origem é, geralmente, creditada à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), à USP e à Universidade do Distrito Federal, entre os anos de 1933 e 1935.¹⁰³

Se por um lado, o formato da edição pode revelar projetos editoriais que têm como substrato, entre outras coisas, o desejo de uma sociedade como a nossa de se conhecer, nos termos de Heloísa Pontes, “uma preocupação, quase obstinação, tantas vezes reiterada, em desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira”, vontade “que remonta à geração modernizadora de 1870”¹⁰⁴, por outro, o aspecto físico do livro pode contribuir para a construção do sentido da obra, aquela materialidade do texto a qual, conforme Roger Chartier, “remete necessariamente ao controle que editores e autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação”.¹⁰⁵ É o que vamos encontrar nos conteúdos apresentados nos prefácios de *Sobrados e Mucambos*: tanto desvendam e diagnosticam a realidade brasileira quanto nos dizem como isso deve ser feito.

¹⁰³ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 19.

¹⁰⁴ PONTES, Heloísa, *op. cit.*, p. 359.

¹⁰⁵ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1999, p. 35.

2.2 – O prefácio à primeira edição

2.2.1 – A tese sociológica da acomodação

Embora o livro tenha sido publicado em São Paulo, sua história, partindo das concepções de seu autor, começa no Rio de Janeiro, em 1936, de onde assina o prefácio à primeira edição. Assinatura que não será subestimada, sobretudo por sua força paratextual, que Freyre conhecia e que soube muito bem explorar. Mas, antes disso, é preciso ir ao primeiro desses paratextos.

Sobrados e Mucambos, conforme o autor inicia o texto (“nestas páginas, procura-se principalmente estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de várias religiões, de tradições de cultura a uma só”), trata da fundação do povo brasileiro gestado numa sociedade patriarcal e que se desenvolveu em meio à decadência dessa mesma sociedade.¹⁰⁶ Como visto, a construção do mito de fundação do povo brasileiro é forjada a partir de processos denominados *subordinação e acomodação* vistos, a grosso modo, como processos sociais nos quais pessoas ou grupos sociais em posições opostas interagem.

Segundo o argumento do autor, esses processos coexistiram ao longo de nossa formação. Em distintos momentos aparecem vozes, ora representativas do sentido de subordinação, ora de acomodação, respectivamente, seja na voz de um homem público como Manoel Guedes Aranha, procurador do Estado do Maranhão em 1654: “sabido é que diferentes homens, são propios para diferentes coisas; nos (brancos) somos propios para introduzir a religião entre elles (índios e pretos); e elles adequados para nos servir; caçar para nós, pescar para nós, trabalhar para nós”¹⁰⁷; seja na voz de um Padre Vieira, posicionada entre

¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. “Prefácio” (1936). *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarchado Rural no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 11.

¹⁰⁷ Na primeira edição, Freyre não cita o texto de onde retirara o depoimento de Manoel Guedes Aranha. Na segunda edição, cita o tal procurador algumas vezes no texto, indicando, dessa vez, nas notas, a fonte consultada: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º XLVI, p. 1, que reproduz o texto do procurador, cujo título é “Papel Político sobre o Estado do Maranhão apresentado em Nome da Camara, por seu procurador Manoel Guedes Aranha (1665)”, *apud* FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951, p. 714. Outro ponto em relação à primeira edição, é que respeitaremos a grafia e gramática do texto, ou seja, não serão atualizadas em respeito à fonte, sobretudo para preservar a dimensão do original e permitir que as transformações possam ser percebidas.

o domínio holandês e a escravidão nos trópicos: “não eramos tão pretos em respeito delles, como os índios em respeito de nós?”¹⁰⁸

A partir desses processos, Freyre parece estabelecer um postulado no que tange à formação do povo brasileiro. Segundo o autor, os processos de subordinação foram os mais recorrentes nos momentos iniciais de nossa formação social. Aos poucos, vão aparecendo defensores “da livre incorporação dos negros e mulatos à sociedade brasileira, sua ascensão às responsabilidades políticas e intelectuaes”. O protesto do bacharel em direito Henrique Felix Dacia, no jornal *O Censor Brasileiro*, de 1834, contra o preconceito de se reservarem cargos públicos aos brancos: “querem que hum pobre homem de cor não passe de hum simples artista, querem antes dar-lhe huma esmola do que franquear-lhe aquellas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem: eu não tenho descançado: hei de ser sempre victima desses soberbos, porém, jamais serei humilde com elles”¹⁰⁹, é visto por Freyre como uma posição extremada frente às relações sociais, colocada em sentido oposto, não representativa do que seria uma “voz bem mais brasileira, isto é, bem mais accomodatícia”, como a que aparece no jornal *Sentinella da Liberdade na sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!!*. A despeito do título do jornal, no qual liberdade soa como ruptura, diversa de acomodação, que pressupõe convergência, contemporização, Freyre qualifica os termos do artigo como acomodatícios:

(...) ora, nós vemos Padres Pardos e Pretos (o meo vigário na Bahia era preto), vemos hum Senador Pardo, hum Deputado Rebouças Pardo, Membros das Camaras Municipaes Pardos e o Senhor Canamerin de côr Preta em circumstancia de tomar assento na camara da Bahia: vemos na medecina e na cirurgia pardos, meos amigos e honrados companheiros; vemos Lentes de Academias medicas Pardos em grande numero, temos visto Ministros d’Estado Pardos; e nos tribunaes estão Pardos; nas Relaçoens também Pardos: e nos Cursos Jurídicos estudão Pardos; em todas as sociedades chamadas Secretas estão Pardos nossos Carissimos Irmãons (...) He pois necessario dispir

¹⁰⁸ Freyre não cita de onde retirou a frase do Padre Vieira. Esse mesmo trecho será usado na segunda edição, página 636, em “Raça, Classe e Região” – um dos quatro novos capítulos acrescentados à primeira edição. Nas notas ao capítulo, o autor cita o texto como *Sermão de 6 de Janeiro de 1662 em presença da Rainha e da Corte*, sem, no entanto, indicar onde encontrou o sermão. Esse sermão aparece também na bibliografia do livro de forma mais detalhada: Sermão de 6 de Janeiro de 1662, *Sermões*, Lisboa, 1854-1858, apud FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 1116.

¹⁰⁹ DACIA, Henrique Félix de. *O Censor Brasileiro*, 1834, apud FREYRE, Gilberto, 1936, *op. cit.*, p. 12.

prevenções e chamar os animos á conciliação, evitando estímulos sem justo motivo; todos somos filhos da Patria; Ella pertence a todos; nos a devemos amar, socorrer, defender e por em socego, porque isso redunda em nosso benefício (...).¹¹⁰

Acerca desse depoimento, o autor ressalva que “a situação não era tão idyllica”, conforme apresenta um depoimento de 1835 de um futuro membro do IHGB, o General Abreu e Lima, acerca das relações sociais no Brasil, que diz: “somos todos inimigos e rivaes uns dos outros na proporção de nossas respectivas classes”.¹¹¹ A par disso, embora negligencie a possibilidade, ou não entre no mérito de que essa fala “acomodatícia” antes de ser um louvor à igualdade de direitos e acessos no Brasil poderia apresentar algo mais urgente como a defesa da Pátria, a qual estaria acima de outras questões, Freyre instaura o postulado: houve, em nossa formação social, conteúdos de coerção e de insubordinação, mas o que marcou a nossa formação social, o povo brasileiro, o que é representativo de nossa concepção é o processo acomodatório que nos constituiu. Teoricamente, em *Casa-Grande & Senzala*, o autor chamou isso de *equilíbrio de antagonismos*, expressão posteriormente empobrecida ao ser traduzida para o político como democracia racial.

Longe desse empobrecimento, ao propor a formação do brasileiro pelo processo social da acomodação, Freyre parece dar sequência à tentativa iniciada em *Casa-Grande & Senzala* de pensar tal formação por meio de pares antitéticos como os próprios títulos de seus dois primeiros livros apontam. Essa é a tese que Ricardo Benzaquen de Araújo defende na segunda parte de seu *Guerra e Paz*, dedicado a compreender o alcance das teses sociológicas defendidas em *Casa-grande & Senzala* nos textos posteriores publicados no restante dos anos de 1930.¹¹²

Partindo do que Freyre propõe no final do prefácio a seu primeiro texto: “o propósito de condensar num só volume todo o trabalho, não o consegui

¹¹⁰ Freyre não cita o autor do artigo, nem no corpo do texto nem na bibliografia, o que se repetirá na segunda edição, embora nesta última, acrescente na bibliografia, local e ano da publicação do periódico. *Sentinella da Liberdade na sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!!*, Recife, 1834, *apud* FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 1119.

¹¹¹ LIMA, José Ignácio de Abreu e. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil, 1835*, *apud* FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 14.

¹¹² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Sob os olhos do ocidente” e “Arca de Noé”. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 103-181.

infelizmente realizar [...]. Fica para um segundo o estudo de outros aspectos do assumpto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior”¹¹³ e do prefácio inaugural de *Sobrados e Mucambos*: “continuação de estudo já publicado, esse ensaio resulta da mesma série de pesquisas, de modo que os andaimes foram os mesmos, não sendo preciso conservá-los agora em volta do desenvolvimento mais livre – porém de modo nenhum autonomo e sim condicionado por aquellas bases – que tomou o assumpto em sua nova phase”¹¹⁴, Benzaquen de Araújo vai encontrar no português e no mestiço elementos do desenvolvimento das teses sociológicas de um livro para outro, assentadas na perspectiva neolamarckiana de raça. Embora o português também deva ser visto como um mestiço, sua condição geográfica e histórica, localizando-o numa posição fronteira, movediça, instável, o seu antagonismo é marcado por uma ‘indecisão étnica’.¹¹⁵ Na definição de Freyre,

(...) revela-se a dualidade, o equilíbrio de antagonismos, naquelles minhotos de que nos fala Alberto Sampaio: homens de barba loura e cabelo escuro. Homens morenos de cabelo louro. Esses mestiços com duas côres de pellos é que formaram, ao nosso ver, a maioria dos portugueses colonizadores do Brasil, nos séculos XVI e XVII (...).¹¹⁶

O que o diferencia do mulato é o caráter fixo deste. Passa-se de um caráter transitório, da dualidade da qual falou Freyre, e por meio do cruzamento das raças anteriores, para o caráter de estabilidade, “dos antagonismos em equilíbrio para uma identidade mais fixa e acabada [...] por uma estabilidade não apenas étnica mas também cultural e até mesmo sexual”.¹¹⁷ Assim, essa fixidez percebida no mulato contorna os limites do que o autor propôs como acomodação, o processo que conduziu à formação desse tipo ideal do brasileiro, o mito de nossa fundação do qual falamos no início desta seção.

Simone Meucci aponta que Freyre teve contato, ainda que através de seus professores, como Franklin H. Giddings, com esses conceitos sociológicos (*equilíbrio de antagonismos e acomodação*) na sua experiência acadêmica nos Estados Unidos. Nas décadas iniciais do século XX, coincidentes com a estadia do

¹¹³ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. XXXIX.

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 23.

¹¹⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen, *op. cit.*, p. 151-152.

¹¹⁶ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. 218.

¹¹⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen, *op. cit.*, p. 152.

autor nesse país, teorias sociológicas de autores alemães tiveram boa aceitação no meio intelectual americano, cuja nação deparava-se com problemas de unidade social e nacional similares aos do Império austro-húngaro, frente à enorme heterogeneidade social, cultural e racial. Somada a essa possibilidade, a socióloga encontrou, nos manuscritos de suas aulas na Escola Normal de Recife e na UDF, referências a Simmel, o que a leva a acreditar no impacto teórico do estudioso alemão nos pressupostos sociológicos do pernambucano. Dentre essas referências, optamos pelo emprego que faz do conceito de *interação social* justamente pela proximidade que ele tem com o conceito de acomodação elaborado pelo pernambucano.

Em sua análise da passagem de Freyre pela UDF, Meucci encontrou uma solicitação na qual sugeria a compra de um compêndio sociológico de Park e Burgess. Autores membros do que se convencionou chamar “Escola de Chicago”; o primeiro deles foi importante divulgador das ideias de Simmel no meio acadêmico norte-americano, por exemplo, “sua classificação das formas de interação social se dá, pois, com nítida influência do autor alemão”. A autora aponta que o intelectual pernambucano percebia a interação social como base do sistema sociológico, suporte das distâncias e contatos sociais, ou seja, as interações tanto permitem contatos sociais entre grupos sociais distintos, seja por renda, seja por religião ou língua, quanto evita isolamentos sociais excessivos que estão no substrato de comunidades sertanejas como Canudos, aquelas cujo isolamento social e geográfico possibilitou um evento de quebra da unidade social brasileira.¹¹⁸ Nesse sentido, interação social ecoa em equilíbrio de antagonismos e em acomodação, processos sociológicos representativos dos amolecimentos das hierarquias sociais existentes no Brasil.

Um ponto interessante desse possível vínculo é a constatação de que em nenhum momento da primeira edição o sociólogo alemão é citado. Aparecerá na segunda publicação do texto, embora de forma ainda bem discreta, meio deslocada, como última referência para análises acerca das relações entre sexos, a única na qual Freyre tece comentário a respeito, inclusive discordando: “o sociólogo alemão sustenta que os desenvolvimentos puramente objetivos da cultura representam ‘o espírito varonil da mesma cultura’, teoria que nos parece

¹¹⁸ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 147-148.

vulnerável em pontos essenciais”. É instigante não só porque *Sobrados e Mucambos* está assentado na tese da *acomodação*, mas também porque, sob ela própria, Freyre distinguirá sua ampla tese sociológica do patriarcado brasileiro, cujos sinais podem ser encontrados nesse prefácio inaugural de *Sobrados e Mucambos*, os quais dão a medida do lugar que o autor quer estabelecer para seu livro. Voltaremos a esse ponto da ausência do sociólogo alemão, quando tratarmos dos prefácios à segunda edição do livro porque, se nesse primeiro momento a ausência pode ser relacionada ao desejo de originalidade pretendida por Freyre, na futura edição a ausência pode dizer respeito ao conflito intelectual entre o autor e a sociologia paulista, mais especificamente com Donald Pierson, egresso da escola sociológica de Chicago, cujos princípios também remeteriam à sociologia de Simmel.¹¹⁹

2.2.2 – A casa: metáfora e metonímia do patriarcado brasileiro

Reinhart Koselleck em *Futuro Passado* nos informa que “as fontes do passado são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e ideias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si”.¹²⁰ Quando Freyre encerra a apresentação de sua tese sociológica do patriarcado brasileiro, passa a apontar o seu objeto de estudo: a casa. E é sobre tal objeto que podemos contornar a manifestação desse tempo em *Sobrados e Mucambos*.

A casa como objeto de estudo aparece em três momentos do prefácio, dando a medida da importância atribuída a esse elemento na formação social do brasileiro. Primeiro, ela é apresentada como um objeto de estudo a partir do que ele não é: “o centro de interesse para o nosso estudo de choques entre raças, entre culturas, entre côres, entre os dois sexos, e, sobretudo, de acomodação entre eles, não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita [...] continua a ser a *casa*”.¹²¹ Noutro momento, dessa vez positivamente, esse objeto é apresentado como o pressuposto sobre o qual aprecia o

¹¹⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 335. Um dado nessa trajetória de Simmel nos textos de Freyre é que o autor é citado em vários momentos de *Sociologia*, livro publicado por Freyre em 1945, ou seja, entre as duas primeiras edições de *Sobrados e Mucambos*.

¹²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 13.

¹²¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 15.

desenvolvimento das tendências urbanas no Brasil, o tema do livro: “o ponto de vista quase especialisadissimo em que se colocou o auctor diante do desenvolvimento daquellas tendências – o ponto de vista quase proustiano da casa”.¹²² Depois de ser apresentada como objeto e como ponto de vista, tal objeto parece atingir o sujeito que a “estabeleceu” como um de seus pressupostos de inteligibilidade da formação social do brasileiro. Afinal de contas, Freyre, como o brasileiro, “pela sua profunda formação patriarchal e pela semi-patriarchal”, é um “typo social em quem a influencia da casa se acusa em traços da maior significação”,¹²³ ou seja, carregamos marcas que remontariam a um tempo primordial, ontológico, configurado, como propõe Gláucia Villas Bôas acerca da temporalidade da casa-grande, no momento primeiro onde foram “guardados os traços singulares que configuram o ser social”.¹²⁴ Assim, entre sujeito-método-objeto ou no sentido contrário, a casa instaura um tempo que escapa à vida do autor, assumindo na obra, por meio da narrativa, a parte que lhe cabe na tentativa de atingir aquele tempo primeiro.

Nesse ponto, para explicitar a dimensão que ela ocupa em seus textos, para não dizer em sua própria vida, será preciso sair do prefácio à primeira edição e percorrer outras instâncias nas quais se fez presente. Ao fim e ao cabo, a casa parece tanto acompanhar o autor e seus livros, quanto parece ser, em certa medida, uma metáfora das transformações na sociedade patriarcal narrada em seus textos.

Mal se abre *Sobrados e Mucambos* e ela surge na dedicatória aos pais: “a meo pae e a minha mãe em cuja casa ainda meio-patriarchal, foi escripta grande parte deste trabalho”¹²⁵, presente em todas as edições do texto. Aparecendo após a menção ao pai e à mãe e, como este último ente, a casa evoca uma presença distinta da do pai. Isso se dá porque a lembrança do pai não sofre transformações; parece imponente, querendo dizer-se absoluta, austera. Dado o pendor autobiográfico da escrita de Freyre, não seria demais sugerir que a figura do pai, simbolicamente, exerce uma pressão sobre o filho. Pai e filho é título de um dos

¹²² *Ibid.*, p. 23-24.

¹²³ *Ibid.*, p. 22.

¹²⁴ BÔAS, Gláucia Villas. O tempo da Casa-Grande. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 3, nº 3, 1988, p. 348.

¹²⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, [s. p.].

capítulos do livro, onde o autor discorre sobre a infância no Brasil patriarcal, na qual o menino branco, depois do escravo e do menino negro, era o mais

(...) castigado pelo pae, pela mãe, pelo avô, pela avó, pelo padrinho, pela madrinha, pelo tio-padre, pela tia solteirona, pelo padre-mestre, pelo mestre-regio, pelo professor de grammatica. Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino (...).¹²⁶

Em alguns momentos, a figura do pai aparece em posição de autoridade em relação ao filho. O Pai é lembrado de maneira formal como “o Dr. Alfredo Freyre”, uma das pessoas às quais exprime agradecimento, no prefácio à *Casa-Grande & Senzala*, por ter lhe auxiliado “na tradução de trechos antigos de latim, de alemão e de hollandes”.¹²⁷ O senhor Alfredo Freyre aparece em correspondências onde o autor trata da preparação de *Sobrados e Mucambos*, em conflito com o filho, em meio a outros problemas que cercam a preparação do texto: “não tenho me descuidado do livro, mas confesso um grande desinteresse – por livro e por tudo o mais – que atribuo à doença, que é grave [...] vamos ver se fico bom deste banzo, se me interessa por alguma coisa. Acho difícil”.¹²⁸ Acerca desse momento, que antecede à publicação desse texto, Giucci e Larreta informam que a Freyre “frequentemente faltava dinheiro, enquanto transtornos físicos e conflitos com o pai o fizeram sumir em longos períodos de tristeza”. Restaria saber que problemas um homem de 36 anos e já gozando de certo prestígio, após a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, teria com o pai, haja vista que os biógrafos só indicam o conflito, sem, no entanto, discutir o assunto.¹²⁹

O pai reaparece, no prefácio à sexta edição do texto onde o autor justifica a quem deve os “africanismos, amerindianismos, plebeísmos” de sua escrita:

¹²⁶ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 90.

¹²⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regimen de Economia Patriarchal. Rio de Janeiro: Ed. Schimdt, 1933, p. XLI.

¹²⁸ Carta de Freyre a Rodrigo Mello Franco de Andrade, setembro de 1935, *apud* GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual Brasileiro: 1900-1936*. Trad. Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 570.

¹²⁹ Como não foi possível acessar essa correspondência, não se sabe a natureza desse conflito, nem se Freyre menciona nas cartas o motivo, tampouco se sabe por que os biógrafos mencionaram tal conflito, sem, no entanto, discuti-lo minimamente.

(...) não me falta à consciência de que escrevo num português mais aparentemente do que realmente simples. Na verdade, complexo não porque seja, em vez de português do Brasil, sociologês ou antropologês ou economês, mas por ser um misto de erudito, de quem na meninice teve em casa, pai não só versadíssimo na língua portuguesa, como na latina: latinista. Leitor de Horácio e Virgílio por prazer. Capaz de redigir e conversar em latim. E que ao português e ao latim estudados pelos filhos em colégios – e depois pelos netos – acrescentou o aperfeiçoado com ele, à mesa do café ou do almoço ou do jantar (...).¹³⁰

Por outro lado, pela dedicatória e por outras passagens, a mãe do autor, Francisca Teixeira de Mello, assume outro tipo de presença frente ao filho. Ao contrário do pai que, nas reedições da dedicatória, continua o mesmo: impassível, figura que impõe presença, a mãe se faz presente, em virtude de sua perda, por um exercício de memória, conforme a reedição da dedicatória: “a meu pai e à memória de minha mãe”.¹³¹ A mulher, enquanto mãe, no livro, atua como personagem histórico que corrigiu os excessos do patriarca da família. Em que pese a distância entre ela e o marido, foi mediadora da distância social entre pai e filho, “alliada do menino contra o pae excessivo na disciplina e às vezes terrivelmente duro na auctoridade. Sua consoladora. Sua enfermeira. Sua primeira namorada. Quem lhe fazia certas vontades. Quem cantava modinhas para elle dormir”.¹³² Mães aparecem protegendo filhos, tal como um D. Vital Maria G. de Oliveira, bispo do Império, cuja devoção à Igreja e à Maria, mãe de Jesus, fez frente a um Estado que se fortalecia e que se anunciava dominador da Igreja. Na perspectiva de Freyre, defesa na forma de retorno do oprimido, contra um terror de pai incorporado na figura do Estado, que marcou a “personalidade em alguns dos homens mais representativos da antiga ordem brasileira”, como D. Vital, cujo pai “deixou na família a recordação de homem áspero e excessivamente autoritário em seu domínio sobre a mulher e os filhos, tanto como sobre os escravos e moradores de engenho ou sitio de que foi rendeiro”.¹³³

¹³⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981, p. XXX.

¹³¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, [s. p.].

¹³² FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 138.

¹³³ FREYRE, Gilberto, “Introdução à segunda edição” (1949), *op. cit.*, 1951, p. 83.

Continuando na dedicatória reeditada, tal como a mãe do autor, a casa passa por um rompimento físico, lembrado na reedição da dedicatória: “a meu pai e à memória de minha mãe em cuja casa ainda meio-patriarcal, *e agora já demolida*,¹³⁴ da estrada dos Aflitos, no Recife, foi escrita grande parte deste trabalho”. Ela parece ter sido testemunha daqueles momentos de rigor do pai e da proteção da mãe, cuja destruição não implicou no seu desaparecimento, passando a ocupar a instância da memória. As formas como o pai, a mãe e a casa se apresentam como lembrança para Freyre nos remete a um tempo que deixa marcas no indivíduo. Assim, pelas alterações na dedicatória, o livro denota um tempo que atinge o próprio autor e que, por isso, altera o livro.

De outro modo, ao abrir o texto com a dedicatória, Freyre parece abrir as portas que acessam um mundo perdido, no qual a imagem da casa, associada às figuras do pai e da mãe, funciona como um território de poder desses sujeitos. Imagem metonímica, exemplo miniatura do todo patriarcal brasileiro. Poder, sob a metáfora da casa, que rui física e socialmente, dissolvendo-se em função da instituição de outro poder, o do Estado. Dissolução, desde logo apresentada no título do livro, cujo processo deu origem a uma substância nova: o povo brasileiro, mas nova de tal forma, como nos processos químicos, que a substância originada preserva elementos iniciais das substâncias originais, mesmo que dissolvidos na nova forma.¹³⁵ Em perspectiva, é o elemento onipresente e aglutinador de duas dimensões espaciais – quais sejam: a privada e a pública. O mundo que evidencia permitiu que os conflitos encontrados na intimidade da família extrapolassem esse limite invadindo o espaço do público que encenaria as mesmas disputas pelo poder nesse novo espaço. Conflitos que, configurados pelo processo de acomodação, estariam na base do que seria o patriarcado brasileiro.

Em outros termos, o pressuposto da casa como metáfora e metonímia do patriarcado brasileiro pode ser visto como Helena Carvalhão Buescu propõe em: “A casa e a encenação do mundo: os fidalgos da casa mourisca, de Júlio Dinis”. Nesse texto, a autora demonstra a partir da ideia de *homo clausus*, como o espaço-casa representado no texto de Júlio Dinis é um sítio em que o conhecimento de si próprio, dos outros e do mundo verdadeiro poder ser obtido,

¹³⁴ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, [s. p.].

¹³⁵ HOUAISS, Antônio. “Dissolução: desfazer-se uma substância de maneira que forme uma mistura homogênea”. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1059.

na medida em que tal espaço permite a reencenação de “todos os debates, problemas e dúvidas que o exterior, é sabido, coloca”. Metáfora porque o mundo reentra na casa. É metonímia por significar família, grupo social; e é essa condição “que sustenta o seu entendimento como metáfora: e isto significa que a casa não é só, ou não é tanto, um espaço físico como um espaço social, o que equivale a dizer um espaço simbólico e de construção simbólica”.¹³⁶

2.2.3 – O lugar do livro ou o lugar do autor

Depois de apresentar a tese, o objeto e o método que circunscrevem seu estudo acerca do patriarcado brasileiro, Freyre se encontra naquela posição entre a pesquisa e o leitor, ou seja, momento em que o prefácio assume aquela instância entre a experiência da pesquisa e a expectativa da recepção, como lugar no qual o discurso da história estabelece uma relação entre passado e futuro, em dizer como chegou até ali, ao mesmo tempo atento ao porvir. Primeiro, o autor julga sua performance, aqui percebida como o exercício que o historiador faz da sua condição, inserindo e particularizando sua maneira de escrever acerca do passado nacional em meio às análises já existentes de se escrever sobre esse mesmo objeto. Foi o que fez Lucien Febvre no prefácio a *Lutero*, como nos informa Michel de Certeau, examinando “sua própria situação de historiador na série de estudos consagrados ao seu objeto (1928)”. Assim, além de particularizar “o lugar de onde fala”, Febvre apresenta “o movimento que fez, ou o trabalho que se operou nos seus métodos e nas suas questões”.¹³⁷

Antes de singularizar seu livro, o autor de *Sobrados e Mucambos* apresenta alguns estudiosos que também se ocuparam do estudo das tendências urbanas no Brasil, dos quais diz ser “impossível esquecer”, autores como Oliveira Viana; João Ribeiro; Oliveira Lima; Capistrano de Abreu; Felisbello Freire; Afonso de Taunay, entre outros. Embora propostos como relevantes, Freyre, abertamente, se posiciona frente àqueles estudiosos por um distinto ponto vista, “o quasi proustiano da casa” que “obrigou-o a socorrer-se menos desses ilustres historiadores e dos cronistas do tipo de Macedo, de Vieira Fazenda, de Pereira

¹³⁶ BUESCU, Helena Carvalhão. “A casa e a encenação do mundo: os fidalgos da casa mourisca, de Júlio Dinis”. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 27-38.

¹³⁷ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 48.

da Costa, do que de material ainda virgem, quasi esquecido”; ou seja, o olhar intimista direcionou-o a um tipo de fonte não usual, que não recebera tamanha atenção por parte dos estudiosos.¹³⁸

Um ponto importante nos trechos citados é que o autor coloca-se frente a outros historiadores, posição distinta da que ele ocupara no prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*. Conforme Fernando Nicolazzi, esse texto é proposto como “ensaio de sociologia e história”, onde o ensaio acadêmico é o espaço intelectual que Freyre tenta construir para si próprio “a partir de tradições estrangeiras de pensamento”, sem prejudicar um “diálogo permanente com a tradição brasileira, seja ela no plano da literatura, seja no plano dos *discours savants*” (discursos acadêmicos).¹³⁹

Sobrados e Mucambos também é proposto como ensaio sociológico, o que parece distingui-lo do livro anterior, cuja preocupação refletia um esforço do autor em estipular o lugar de sua fala a partir do ensaio acadêmico, é uma posição distinta já dentro do ambiente acadêmico, isto é, à medida em que investe na singularização de sua perspectiva parece querer consolidar sua condição de cientista social dentro das ciências, numa atitude posterior à assumida, quando da sua inserção no meio intelectual por meio de seu primeiro livro no qual é perceptível certo distanciamento dos modelos vigentes de interpretação do passado brasileiro, em relação a *Os sertões*. Como assinala Nicolazzi, grande parte das questões do livro de Freyre se deu em função de uma leitura particular do livro de Euclides da Cunha. Leitura na qual a representação do passado no texto de Freyre constitui-se como uma resposta ao modelo de representação euclidiano. Nesse sentido, Freyre insere-se no espaço intelectual deslocando Euclides da Cunha para a literatura e opondo-se a ele por um projeto elaborado segundo os pressupostos de uma ciência social, embora não abdique de louvar e de ser louvado pelas questões literárias de seu livro inaugural.¹⁴⁰ Ou seja, de *Casa-Grande & Senzala* para *Sobrados e Mucambos* parece haver um esforço disciplinado de singularização, desenvolvimento de uma especificidade, num

¹³⁸ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 24.

¹³⁹ NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 90.

¹⁴⁰ NICOLAZZI, Fernando. “*Casa-Grande & Senzala* lido a partir de os sertões” e “À sombra de um mestre: Euclides da Cunha e *Os Sertões*”. In: NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 27-34 e p. 117-153.

meio acadêmico de limites permeáveis, cuja nuance apresenta tímidos esboços nesse primeiro prefácio, encontrando maiores espaços na continuidade do livro.

Sem querer antecipar algumas questões que apontaremos na segunda edição, relembremos o que o autor diz a respeito do seu interesse em *Sobrados e Mucambos*: “não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita [...] continua a ser a casa”. O que, a princípio, nos parece retórico, na medida em que em um momento inaugural como o do primeiro prefácio era preciso ser performático ou aquilo que Certeau denuncia do discurso histórico como *identidade por diferenciação*, aquela em que se diz “eu não sou isto”,¹⁴¹ é, ao mesmo tempo, um exercício por meio do qual o autor construirá sua perspectiva sociológica engatinhada nesse primeiro prefácio e fundamentada na forma com a qual os fenômenos sociológicos se apresentavam. Quando se refere àqueles eventos como sensacionais, quer dizer que o que lhes é caro é a excepcionalidade de sua natureza, ou seja, são fenômenos que variam no conteúdo, mas acontecidos, aqui e acolá, sob a forma do patriarcado brasileiro. Assim, uma maneira de localizar a sua perspectiva sociológica e, paralelo a isso, enfrentar os críticos de tal perspectiva, é defender que sua sociologia percebe os fenômenos antes na forma em prejuízo dos conteúdos que assumem.¹⁴²

Outra forma de localizar esse exercício diz respeito às posições complementares que vai assumindo de um livro para outro. Se em *Casa-Grande & Senzala* a novidade se relaciona com o distanciamento teórico em relação ao pensamento racial de seu tempo, a partir do qual aprendeu a “considerar fundamental a diferenciação entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”¹⁴³, em *Sobrados e Mucambos* a inovação, embora boa parte dela tenha sido explorada no texto que lhe é anterior, diz respeito às fontes utilizadas na pesquisa do livro: “archivos de família, livros de assento, actas de camaras, livros de ordens regias e de correspondência da corte, theses medicas, relatórios, colleções de jornal, de figurinos, de revistas”, entre outros.¹⁴⁴ A partir dessas fontes, sobretudo

¹⁴¹ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 55.

¹⁴² Na análise da segunda edição, mais precisamente, dos prefácios a esta, essa discussão em torno das formas e dos conteúdos encontram maior espaço e precisão conceitual, sobretudo porque é por meio delas que Freyre distinguirá sua sociologia de outras disciplinas, principalmente em relação à história.

¹⁴³ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. XII.

¹⁴⁴ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 24.

os anúncios de jornais, Freyre se coloca tanto como quem primeiro viu nessas fontes mais que o pitoresco, quanto quem primeiro as utilizou sob critério científico. Segundo o autor, esse material histórico “na aparência tão vil, ou apenas pittoresco, mas na verdade rico e até opulento de substância do maior interesse histórico e da mais profunda significação social, escapa aos que só compreendem os estudos sociais, solenes e grandiosos e servindo-se apenas de documentos illustres”. Assim, além de ser o primeiro a prestigiar fonte “tão desaproveitada”, acredita que tais documentos pela primeira vez foram analisados “dentro da técnica sociológica, para interpretações sociológicas e anthropológicas”. Portanto, a posição assumida, sob o véu da inovação, proclama uma ruptura frente a um tipo de prática histórica que só vê ou faz história a partir de documentos ilustres, limitada ao “estreito ponto de vista econômico, ora tão em moda, como do estreito ponto de vista político, até pouco tempo quase o exclusivo”. Aqui, é mais um daqueles instantes performáticos, de exposição do que é caro à sua perspectiva histórica, colocado por ele com um “sentido mais humano e menos doutrinário das coisas”¹⁴⁵. Nesse argumento, realiza uma censura: tanto oculta que sentido dogmático é esse quanto silencia quem o professava. Talvez não estivesse preparado para dizê-lo, o que de fato ocorrerá na reedição do prefácio. Complemento que será mais bem explorado quando passarmos da análise da primeira para a segunda edição.

A legitimação daquela pretensa novidade passava não somente pela indicação do caráter “pouco orthodoxo”, mas também pela posição contrária “ao estabelecido, ao aceito, ao consagrado” do seu livro, sobretudo pelo reconhecimento de autores consagrados, mais estabelecidos, tais como Paulo Prado e Afonso de Taunay, sendo que este, como informa, lhe deu “boas palavras de animação” através de carta e artigo demonstrando “lúcida e sympathica compreensão”.¹⁴⁶ Taunay também aparece quando o autor descreve o itinerário de sua pesquisa, na qual, em um de seus momentos, passa horas no Museu Paulista “entre as reconstituições de velhos sobrados da cidade de São Paulo até de burgo inteiro, no fim da primeira metade do século XIX, trabalho de intelligencia e de pachorra, realizado por Affonso d’E. Taunay”. Vale ressaltar que Freyre constrói autoridade para seu texto em cima de dois pressupostos, que

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 25-27.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 26.

vem a ser o da pesquisa e o da aceitação, legitimados por alguém do meio acadêmico: Taunay, historiador com vasta produção e primeiro professor da cadeira de História da Civilização Brasileira da USP.¹⁴⁷ Nesse ponto, não bastaria dizer-se revolucionário, não ortodoxo, inovador. Para sua obra e ele próprio serem reconhecidos como tal, era preciso se valer, como defende Certeau, das “leis do meio”. Para ser acreditado, para ser recebido pelo grupo era preciso vincular-se a um lugar social, aquele que assume a sua forma na figura de Taunay.¹⁴⁸ Esse argumento contraria a trajetória anti-acadêmica que Freyre constrói para si? Em grande parte não, haja vista que seu anti-academicismo foi antes contingencial, do que ordenado, organizado. Menos uma vontade manifesta desde sempre, do que algo tornado oportuno. Vale lembrar que a idealização, criação e direção de um instituto de pesquisas em Recife não deixa de ser um vínculo do autor com o meio acadêmico, embora sempre fizesse questão de defender que o formato jurídico de seu instituto era menos academicista e burocrático do que o das universidades.

2.2.4 – O “sentido” proustiano: a memória como inteligibilidade histórica

Retomando o ponto de vista “proustiano da casa”, segundo o qual o autor distinguia-se daqueles estudiosos, é preciso entender a que se vinculava essa perspectiva “proustiana” na história. Para tanto, vamos a algumas palavras de Freyre, que se relacionam a tal momento:

(...) é tempo de procurarmos ver na formação brasileira a serie de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios e de ve-los em conjuncto, desembaraçando-nos dos estreitos pontos de vista e de ancias de conclusão. Do estreito ponto de vista econômico, ora tão em moda, como do estreito ponto de vista político, até pouco tempo quasi o exclusivo. O humano só pode ser explicado pelo humano, mesmo que se tenha de deixar espaço para a duvida, e até para o mysterio, pelo

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 25. Quando da criação da USP, em 1934, intelectuais franceses, americanos e ingleses, mas principalmente franceses, vieram comandar as primeiras cátedras de vários cursos da universidade, como as de Antropologia, Sociologia, História, Literatura e Geografia comandadas por Lévi-Strauss, os irmãos Paul e Roger Bastide, Fernand Braudel, Émile Leonard e Pierre Monbeig. Uma das poucas cadeiras ocupadas por um brasileiro foi a de História da Civilização Brasileira, por Afonso de Taunay. Segundo Fernando Novais, “quando se diz que o surgimento da USP assinala a passagem do amadorismo para o profissionalismo nas ciências” isso é válido para a Sociologia e para Antropologia, não para a História. Esta, pela longa tradição, já havia produzido intelectuais de maior projeção, como Capistrano de Abreu. O próprio Taunay assumiu a cadeira com méritos. NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. Entrevista, *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, 1994, p. 161-166.

¹⁴⁸ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 72.

menos provisório (...) a humildade diante dos factos (...) ao lado do sentido mais humano e menos doutrinário das coisas, cada vez se impõe com maior força aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da história, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento (...).¹⁴⁹

O tom imperativo dessa passagem acena para uma nova possibilidade de se pensar a história de nossa formação e é, nesse ponto, que o sentido “proustiano” da casa é recrutado. Freyre expressa essas palavras, de um extremo derradeiro, que trazem consigo as desilusões de uma geração que esperava da república liberal a oportunidade de inserir o Brasil no concerto das nações. Como aponta Heloísa Pontes, acerca do projeto no qual o livro está inserido, havia um desejo de desvendar e de diagnosticar a realidade brasileira que remontava à geração de 1870, a qual, por meio da literatura, polarizava as discussões em torno dos problemas brasileiros; “as melhores expressões e sensibilidade” acerca desses problemas se exprimindo na forma literária, enfim, como conclui Antonio Candido, “o fenômeno central da vida e do espírito”.¹⁵⁰ Essa vontade de nos conhecer deu origem a uma busca, como sugere Heloísa Pontes, sempre ampliada e renovada sob outras bases e pressupostos, como na enxurrada de retratos do país das décadas de 1920 e 1930, como por exemplo, para ficarmos em três autores, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.¹⁵¹

Muitos foram os analistas da obra do intelectual pernambucano que se dispuseram a singularizá-la como a leitura do Brasil que recupera positivamente a contribuição africana para a formação deste país. Esse é o caso de Ricardo Benzaquen de Araújo. Para esse analista, a intelectualidade na república velha via ‘o ‘problema racial’ em dois pólos distintos. O mais radical desses sustentava que a miscigenação tornava o nosso país inviável, nos levaria à esterilidade, senão biológica, certamente cultural, tornando a civilização brasileira algo inalcançável. Por outro pólo, a miscigenação era o processo por meio do qual em um século nos tornaríamos brancos, ou seja, era o mecanismo que nos redimiria e, por conseguinte, nos ingressaria na linha do progresso. Benzaquen de Araújo, numa referência a passagens iniciais de *Casa-Grande & Senzala*, propõe que Freyre,

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 26-27.

¹⁵⁰ CANDIDO, Antonio. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1996, p. 136.

¹⁵¹ PONTES, Heloísa, *op. cit.*, p. 363-364.

partindo de uma posição próxima à primeira e a mais radical dessas perspectivas, estabelece “o cenário de uma verdadeira história de conversão”, para em seguida criar uma nova e superior forma de verdade ao assentar o plano do seu livro na diferenciação entre raça e cultura. Para Araújo, ao distinguir raça de cultura, valorizando com isso em pé de igualdade as contribuições do negro e do português, o autor

(...) ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou (...).¹⁵²

É bastante questionável que Freyre efetivamente tenha abandonado, naquele momento, a ideia de raça em proveito da de cultura; o próprio Benzaquen de Araújo concorda com a permanência de uma lógica racial no texto do autor de *Casa-Grande & Senzala*.¹⁵³ O que nos importa, nesse ponto, é pensar que o autor estava atento às mudanças relativas à perda de força do paradigma evolutivo-racial e, portanto, havia um horizonte em aberto para se pensar o caráter brasileiro. Quando defende que o humano deve ser explicado pelo humano, em proveito de um sentido menos doutrinário das coisas, há uma incipiente e reticente crítica, a qual será mais direta e nominativa a partir de acréscimos na reedição deste prefácio, à elaboração de leis da história decorrentes das leis da natureza, numa alusão, aqui, ligeira e reduzida, e que ampliaremos a seguir, de que as leis do movimento na história corresponderiam às leis da evolução na natureza. Tal como o humano explicado pelo humano, o Brasil deveria ser explicado pelo Brasil, atentando e lembrando o que Benzaquen de Araújo propôs de Freyre, para a híbrida e singular articulação de tradições aqui verificadas.

Por um lado, quando dissemos que havia um horizonte em aberto, numa perspectiva política, isso se relaciona à falência do regime liberal da

¹⁵² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen, *op. cit.*, p. 26-28.

¹⁵³ Nesse ponto, Ricardo Benzaquen de Araújo dialoga com a crítica de Luiz Costa Lima, a qual recuperaremos a seguir e que nega a Freyre o abandono da utilização da ideia de raça em *Casa-Grande & Senzala*, tampouco separou o seu emprego do de cultura, como propusera o autor deste texto. LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-Grande & Senzala*”. In: LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, 1989, p. 187-236.

república velha que havia “prometido” inserir o Brasil na marcha do progresso e a “promessa” ou “expectativa” em torno de um projeto nacional que prestigiaria as realidades regionais, para depois compor um todo. Foram essas novas possibilidades para o país que permitiram, entre outras condicionantes, a Revolução de outubro de 1930 na medida em que ela soube agregar um debate intelectual sob um tipo de unidade, como propõe Gustavo Sorá, em dois movimentos:

(...) o de porta-vozes de províncias menores visando fazer conhecida a história cultural e a singularidade de seus territórios, só agora reconhecidos pelo sentimento de unidade pelos estados fortes; de outro, o crescimento da competição pelo monopólio regional da representatividade dos símbolos do bem comum (...).¹⁵⁴

Por outro lado, sem querer dizer que o evento político interferiria diretamente na produção intelectual, o sentido proustiano da casa assumiria, na perspectiva de Freyre, uma posição individual com pretensões coletivas. Se o futuro estava em aberto, antes seria preciso reelaborar o nosso passado e daí projetar mais uma vez o futuro. Onde foi mais representativo, melhor expressado esse passado? Como vimos, não foi em nossas batalhas, tampouco em seus heróis. Foi na casa, como nos termos do autor: “a casa maior em relação com a menor, as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra”, onde ocorrera “uma quasi maravilha de accommodation: do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pae, da mulher ao marido”.¹⁵⁵ Se foi ela o que melhor exprimiu nosso caráter, como acessar a identidade nacional configurada pela casa, aquela assumida, retomando uma posição do autor, num “typo social em quem a influencia da casa se acusa em traços da maior significação”? A resposta a isso, passa pelo humano explicado pelo humano, por algo que, do individual ao coletivo, permitisse a nossa inteligibilidade histórica: a memória.

Como pressuposto de inteligibilidade, ela denuncia, como defende Michel de Certeau, um discurso histórico explicitado numa identidade social não dada, tampouco estável, mas que se diferencia de uma época anterior, num fazer que remeta a uma práxis social “aquilo que torna possíveis os textos organizados

¹⁵⁴ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p].

¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 15.

por uma nova inteligibilidade do passado”. Como o fazer que organiza o discurso, a presença da memória como princípio inteligível expressa tensão, “redes de conflitos” ou “jogos de força”, ao mesmo tempo em que é externamente determinada “pelo conjunto sócio-cultural mais amplo que designa à história seu lugar particular”.¹⁵⁶ Ou seja, explicita uma disputa na medida em que o apelo à memória, como a discursividade do compreender, exclui outros princípios de inteligibilidade, como o político e o econômico, colocados pelo autor como estreitos ponto de vista. Assim, o apelo à memória seria preferível a outros princípios, na medida em que organizaria o tempo da nação que se encontrava desorganizado por aqueles princípios de inteligibilidade. Como pressuposto inteligível, a memória recupera, reinsere, numa alusão às palavras de Gustavo Sorá, territórios anteriormente desprestigiados, motivados por um novo sentido de unidade que passava a respeitar as singularidades de sua história cultural.

No que diz respeito à escrita da história em *Sobrados e Mucambos*, o uso da memória parece organizar a narrativa do texto. Se levarmos em conta o que Santo Agostinho nos diz acerca da memória: “lá onde encontro a mim mesmo (...) é lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem”¹⁵⁷, podemos inferir que a memória une dois tempos que estão presentes na narrativa, o passado enquanto tempo narrado e o presente enquanto tempo que organiza a narrativa, percebendo esta como “o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram numa ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita mas coincidente com ela; que é pois constitutiva de seu objeto”.¹⁵⁸ Esse coincidir possibilitado pela memória permite um narrador que é ao mesmo tempo intérprete (aquele que é depositário de conhecimentos aprendidos pela experiência própria ou de outrem) e participante (aquele que encontra a si mesmo). Por exemplo, ao compor o cenário das transformações no século XIX, como responsável pela organização dessa ordem temporal, o narrador Freyre descreve detalhadamente essas mudanças, como se quisesse criar um efeito entre o descrito e o escrito, fazer coincidir o tempo do narrado com o da narrativa,

¹⁵⁶ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 57-58.

¹⁵⁷ AGOSTINHO, Santo. “O palácio da memória”. In: AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Trad. Ângelo Ricci. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 177.

¹⁵⁸ LIMA, Luiz Costa. “A narrativa na escrita da história e da ficção”. In: LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 17.

como sugere Luiz Costa Lima. Um exemplo dessa técnica aparece na descrição de um novo personagem que entra em cena com as transformações sociais ocorridas no século XIX, como as do espaço público, onde o moleque é um dos novos protagonistas desse espaço, descrito dessa forma pelo autor:

(...) e, por sua vez, a rua foi se desforrando do antigo domínio absoluto da ‘casa nobre’, da ‘casa grande’, do sobrado. O moleque – expressão mais viva da rua brasileira – foi se exagerando no desrespeito pela casa. Emporcalhando os muros e as paredes com seus calungas às vezes obscenos. Mijando e defecando ao pé de portões illustres e até pelos corredores dos sobrados, no patamar das escadas velhas (...).¹⁵⁹

O prestígio do detalhe parece inspirar-se na técnica da literatura realista, no que diz respeito à descrição de cenas ditas objetivas, cuja composição se afasta do cenário idealizante do Romantismo em direção ao factual, cuja natureza interferia na descrição dos episódios “que passaram a ser regidos não mais por aquela saramanda de caprichos que faziam das obras de um Macedo verdadeiras caixas de surpresa, mas por necessidades objetivas do ambiente ou da estrutura moral das personagens”.¹⁶⁰

Esse senso do detalhe realista, Freyre pode ter colhido em alguns dos intelectuais ligados ao Realismo brasileiro, tal como Aluísio de Azevedo, citado em *Sobrados e Mucambos*. Na bibliografia da primeira edição, na seção sobre o mestiço, indica *O Mulato* como uma das referências utilizadas para sua análise, citando o autor desse romance em vários momentos do capítulo “Ascensão do Bacharel e do Mulato”, onde ressalta a importância da literatura como fonte histórica: “Aluisio de Azevedo deixou-nos em Romance – verdadeiro ‘documento humano’ recortado da vida provinciana de seu tempo, segundo a technica realista que foi um dos primeiros a seguir – o retrato do bacharel mulato educado na Europa”.¹⁶¹

Sobre o mérito do narrador que saiu de *O Mulato* e que encontramos em *O Cortiço*, Alfredo Bosi relaciona à capacidade “de aplicar a outros ambientes o dom de observação de que fizera prova”. Para o crítico, o talento de Aluísio de

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 21.

¹⁶⁰ BOSI, Alfredo. “O Realismo”. In: BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1985, p. 193.

¹⁶¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 324.

Azevedo esmerou-se quando desistiu “de montar um enredo em função de *pessoas*”, como no primeiro livro, para ater-se, em *O Cortiço*, “à sequência de descrições muito precisas, em que cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. Existe o quadro: dele derivam as figuras”.¹⁶² Nas passagens abaixo, surgem dois quadros dos quais decorrem movimento, imagens, sons, odores:

(...) As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas (...).¹⁶³

(...) as posturas municipais começaram a defender a rua, dos abusos da casa-grande que se instalara nas cidades com os mesmos modos derramados, quase com as mesmas arrogâncias da casa de engenho ou de fazenda: fazendo da calçada, picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida, às vezes até a sujeira do pinico (...).¹⁶⁴

Em que pese as distância que possa haver entre Aluísio de Azevedo e Gilberto Freyre, a proximidade que queremos apontar aqui é a existente entre duas de suas personagens, o *cortiço* do romancista e a *rua* do ensaísta. Nas passagens, o cortiço e a rua são palco da narrativa, sobretudo personagens-testemunha do cenário urbano de fins do século XIX.

Ao longo da descrição que fizemos desse prefácio à primeira edição, evidenciamos vários temas caros a tal paratexto, a saber: a tese sociológica da acomodação, a casa, o lugar do autor ou o lugar do livro, a memória. Sob esses motes estabelecemos vários diálogos, cuja intenção era participar de debates em torno de *Sobrados e Mucambos*. Assim, acreditamos ter contribuído, senão com análises originais, quiçá complementares a respeito da produção freyreana. Todavia, cumpre-nos pensar em que medida aquelas matérias do prefácio podem

¹⁶² BOSI, Alfredo, *op. cit.*, p. 211-212.

¹⁶³ AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. 34. ed. (Texto integral cotejado com a edição original, Rio de Janeiro, B. L. Garnier). São Paulo: Ática, 1999, p. 36.

¹⁶⁴ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 18.

ser vinculadas ao exercício da prática prefacial na modernidade, ou seja, em que grau correspondem às questões teóricas levantadas no primeiro capítulo.

Para a elaboração de sua tese da acomodação, Freyre se valeu de fontes do século XVII (o depoimento do procurador do Maranhão e o sermão do Padre Vieira) e do XIX (matéria do jornal de Pernambuco). O uso livre das fontes parece referendar uma concepção de tempo em que passado e presente se coadunam, ou seja, marcas do povo, resultante do processo acomodatório, o brasileiro, podem ser identificadas em cada um daqueles momentos, como se cada uma das manifestações participassem da constituição desse ser social num contínuo e ininterrupto processo no tempo.

Talvez o maior emblema desse tempo seja o tema da casa. Presente no título do livro, tal pressuposto aparece antes mesmo do prefácio, quando o autor dedica o livro ao pai e à mãe em cuja casa meio-patriarcal escreveu grande parte do trabalho. Freyre, ao reunir os pais e a casa, na dedicatória, parece compor um ritual de iniciação para o que vai executar logo em seguida, ou seja, aqueles três elementos são o que há de mais próximo entre a operação entre tempos que vai realizar no prefácio, por exemplo, a casa traz consigo em seu conteúdo parte de um presente e parte de um passado evidenciadas, respectivamente, na junção do advérbio *meio* com o adjetivo *patriarcal*.

No prefácio, a casa aparece em circunstâncias nas quais o autor apresenta seus procedimentos de análise histórica, dando a medida da relevância desse objeto na sua concepção de tempo. Primeiro, aparece como objeto privilegiado de pesquisa em oposição a eventos extraordinários, excepcionais (Canudos, Palmares), isto é, em seu estudo da formação social brasileira elegeu um elemento com natureza mais estável, permanente, que apresentasse uma relação de profundidade, nuclear com o processo histórico, afinal de contas, para Freyre, de tal processo resultara um tipo social em que a influência da casa se acusa em traços de maior significação. É um elemento estável na medida em que acompanha o mundo em transformação. De casa-grande a sobrado, ela parece ainda ditar o ritmo das mudanças (“a propria architectura do sobrado se desenvolvera fazendo da rua uma serva”)¹⁶⁵, embora na forma desse último perca um pouco do seu aspecto senhoril. Se testemunhou a passagem do mundo rural

¹⁶⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 18.

para o urbano, ela fez o mesmo ao testemunhar os conflitos privados que foram levados para a instância pública.

Por outro lado, a casa parece orientar a busca do autor por esse passado em transformação. Como parte de uma coletividade em que a casa acusa traços significativos, o autor sente-se autorizado a interpretar o passado dessa coletividade por um sentido mais humano. Esse sentido parece acionado, por exemplo, quando Freyre visita a reconstituição de sobrados do século XIX realizada por Taunay, em São Paulo. O que subjaz à publicidade dessa experiência, relaciona a sua motivação de encontrar esse passado pela memória. Carregando consigo os conhecimentos do passado, adquiridos por sua própria experiência ou adquiridos por relatos de terceiros, o autor quer encontrar a si mesmo e, por conseguinte, o passado da coletividade que vai narrar logo após o prefácio. Daí que a memória nos parece ser o elemento organizador da narrativa. Em Freyre, ela participa do elo entre dois tempos sob uma forma de escrita constituída pelo presente do intérprete e pelo passado do participante, ou melhor, intérprete e participante compõem a narrativa do passado em *Sobrados e Mucambos*, como podemos vislumbrar em passagens que subentendem conflitos em meio às transformações do mundo rural-privado para o urbano-público, como a sequência do conflito entre o sobrado e a rua deixa a entender:

(...) as biqueiras [dos sobrados] escorregando com toda força sobre o meio da rua as águas da chuva; as portas e os postigos abrindo para a rua; as janellas servindo para os homens escarrarem na rua, onde também se derramava os sobejos das quartilhas e das bilhas, ou moringues, onde se deixava a água esfriar ao sereno, sobre o peitoril das janellas. Estas, em certos sobrados mais desconfiados da rua, eram raras no oitão – duas ou três, as outras sendo apenas fingidas, janellas falsas, pintadas na parede imensa (...).¹⁶⁶

Essa passagem reúne ao mesmo tempo intérprete e participante da narrativa do passado. Temos, por um lado, o Freyre que interpreta as posturas municipais do século XIX, fontes utilizadas em seu estudo que dão conta de certo ordenamento das cidades naquele século, e, por outro, o Freyre que participa da narrativa, subtraída da leitura das posturas, na medida em que ele, como narrador, parece dar ritmo à trama ao recriar um cenário cujo movimento faz da rua espaço

¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 18.

que escancara ações, sentimentos e dejetos humanos que pareciam, em outro momento, reclusos e sob a vigilância do privado. Assim, de um modo, temos a narrativa do passado entre história e memória, condição da narrativa exposta pelo estudo de Sandra Jatahy Pesavento¹⁶⁷, na medida em que se há um registro de um ausente na passagem, tal presentificação se dá por dois pressupostos distintos: o pacto de verdade subjacente ao emprego da fonte histórica pelo autor (as posturas municipais do século XIX) e o registro estabelecido pelo narrador por meio do exercício da imaginação, o qual não deixaria de ter sua origem numa reminiscência, numa memória, seja do autor, seja de outrem.

De outro modo, tal passagem faz coincidir dois tempos, nos quais o escrito e o descrito encontram-se na mesma ordem temporal. Essa coincidência alude a uma concepção homogênea do tempo, na qual poderíamos surpreender entre a experiência do autor e a narrativa do passado uma relação estabelecida sem mediação. Ou seja, a relação de Freyre com o outro (o passado) se dá por uma prática de presença, produção de presença, nos termos de H. U. Gumbrecht, na medida em que se o sobrado (os sobrados reconstituídos em São Paulo) se torna um objeto tangível para o intérprete, esse mesmo objeto, ao mesmo tempo, provoca-lhe impacto, do qual o narrador nos presta conta naquela passagem.

Entretanto, se identificamos a existência de produção de presença entre as experiências estabelecidas no prefácio de *Sobrados e Mucambos*, também, em tal paratexto, há indícios de que a relação entre presente e passado pressupõe práticas de sentido. Na seção “O lugar do livro ou o lugar do autor”, levantamos alguns pontos que nos parecem próprios a essa prática. Um deles se relaciona ao julgamento que o autor faz da sua condição, circunscrita pela maneira como se insere e particulariza sua escrita acerca do passado nacional. Embora aponte a relevância de alguns estudiosos para o estudo das tendências urbanas no Brasil, como Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, João Ribeiro, entre outros, Freyre quer se notabilizar por um novo projeto de história do Brasil. Empreendimento à custa de um sentido novo de interpretação: “o quasi proustiano da casa”. Aliás, em seus termos, tudo, em Freyre, transpira originalidade: as fontes usadas na pesquisa; foi ele quem primeiro viu nelas mais que o pitoresco e

¹⁶⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy, *op. cit.*, p. 158.

quem primeiro as utilizou sob critério científico; seu trabalho é revolucionário porque pouco ortodoxo, contrário ao estabelecido.

Como vimos, o autor se insere a partir de um corte no qual assume um dos lados pelo véu da inovação. Se o tema da história do Brasil não é novo, a recorrência ao mote da novidade pode pressupor uma identidade por diferenciação tão cara, como assegura Michel de Certeau, à história moderna que procura vê o que lhe antecede por um gesto de dividir, de separar; uma decisão de não ser mais o que havia sido. O “eu não sou isto”, aludido por Certeau¹⁶⁸, ecoa em Freyre, quando afirma que seu centro de interesse em *Sobrados e Mucambos* “não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita [...] continua a ser a *casa*”.¹⁶⁹

Signo dessa concepção da história é a atribuída primazia do sujeito na produção do conhecimento, proeminência cujas marcas podem ser vistas na relevância concedida à interpretação nos prefácios de *Sobrados e Mucambos*. Em vários momentos ao longo dos prefácios (como apontaremos no terceiro capítulo), o autor apresenta várias fontes usadas na pesquisa, porém pouco adentra nelas, dando a impressão de que são requisitadas menos para análise do que para dar uma sanção de verdade ao texto. Outra sanção ao livro, o autor foi buscar na aprovação de seu texto por Afonso de Taunay, um intelectual consagrado, ligado a um lugar de produção de conhecimento, ou seja, buscou autoridade para o que produzira aproximando-se de um lugar institucionalizado representado na figura de Taunay, valendo-se de um instrumento de construção de sentido. O lugar institucional atua como construtor de sentido por mediar a relação entre presente e passado estabelecida no prefácio.

Temos, então, no espaço do prefácio, ao mesmo tempo, o exercício da prática de presença e da prática de sentido, condição que nos autoriza a vê-lo como sintoma de um tempo cujas lacunas abertas pelo corte moderno demandaram tanto sua existência emancipada quanto fizeram dele espaço para produções entre as experiências do presente e do passado, sejam mediadas ou não.

¹⁶⁸ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 56.

¹⁶⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 15.

2.3 – A segunda edição: o movimento do livro em direção ao Brasil

2.3.1 – A projeção sobre o nacional

No mesmo ano em que publicava a primeira edição de *Sobrados e Mucambos* pela Nacional, Freyre assumia a direção de um projeto equivalente ao projeto Brasileira daquela editora, a Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio Editora, empreendimento que pode ser traduzido por suas palavras, ao abrir *Raízes do Brasil*, primeiro livro da coleção:

(...) a serie que hoje se inicia com o trabalho de Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intellectual que agita o nosso paiz, á ansia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nossa intellectuallidade brasileira e uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário á biografia; desde documento em estado quasi bruto á interpretação sociológica em forma de ensaio (...).¹⁷⁰

Outro depoimento relativo à coleção encontra-se em *À sombra das Palmeiras*. Em sua tese, Fábio Franzini propõe reconstituir os caminhos que difundiram e viabilizaram novas interpretações historiográficas sobre o Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. Partindo das “condições materiais de produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil”, o autor deseja trazer à tona o aspecto de um sistema intelectual histórico formado entre nós. Para tanto, elege a Coleção Documentos Brasileiros e a ela assim se refere: “ponto de convergência dos diferentes sujeitos que constituíram tal sistema intelectual”, essa coleção se distinguiria de outros projetos equivalentes por duas posições, quais sejam: o caráter nacional que contemplava não somente intelectuais do eixo Rio-São Paulo, mas também do nordeste, e o prestígio que adquiriu junto aos círculos letrados fazendo dela o lugar de consagração dos autores.¹⁷¹ Outro depoimento a respeito do clima de euforia que cercava a coleção pode ser medido pela palavras de Almir de Andrade, endereçadas a José Olympio:

¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. “Introdução a Documentos Brasileiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. V.

¹⁷¹ FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. 13-14.

(...) disposto a trabalhar menos para si do que para a cultura nacional, dedicado a afrontar todos os riscos e prejuízos imediatos da aventura difícil (...) em José Olympio se reuniam as qualidades do trabalhador infatigável, do organizador, o tino comercial, a decisão desinteressada de afrontar todos os riscos para o amparo econômico e editorial da cultura brasileira (...).¹⁷²

Subjacente às palavras direcionadas a José Olympio e à sua coleção, está algo bastante recorrente, que é configurado como o “nacional”. Seja nas palavras de Freyre, ao se referir ao movimento intelectual que agita o país ou ao editor como jovem “que se revela bem de sua geração e de seu tempo”, somando “ao interesse de divulgação do novo romance brasileiro” o prestígio “pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado, que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação, ou da nossa atualidade”,¹⁷³ seja nos quadros da editora que abrigava intelectuais de grande parte do país, emerge um “nacional” que parece se constituir de forma distinta daquela que antecede à primeira edição de *Sobrados e Mucambos*. Se naquele primeiro momento o nacional poderia ser visto como o que respeitava e prestigiava as singularidades, os conteúdos regionais, nesse segundo momento, sem eliminar isso, o nacional apresentar-se-ia com uma nova arquitetura, sob uma forma nacional aqui pensada como a existência de algo comum à nossa formação social. É isso que parece nos apresentar os prefácios que abrem esse novo momento do livro.

Passados quinze anos da primeira edição, Freyre reedita a obra, que vem a público como o volume 66 da Coleção Documentos Brasileiros, naquele momento dirigida por Octávio Tarquínio de Souza. Publicado em três volumes, o texto aparece bastante reformulado, primeiro no que diz respeito à inserção de cinco novos capítulos, que são: “Ainda o Sobrado e o Mucambo”; “Raça, Classe e Região”; “O Oriente e o Ocidente”; “Escravo, Animal e Máquina” e “Em torno de Uma Sistemática da Miscigenação no Brasil Patriarcal e Semi-patriarcal”. Segundo, no que tange às notas: se no momento inicial, não havia notas, agora existem centenas; para ser mais preciso aproximadamente 800 notas de cunho

¹⁷² ANDRADE, Almir. *Três de Julho, uma data do livro brasileiro*, 1942, apud HALEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil* (sua história). São Paulo: Edusp, 1985.

¹⁷³ FREYRE, Gilberto. “Introdução a Documentos Brasileiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, p. V.

explicativo ou bibliográfico, distribuídas ao final de cada um dos doze capítulos que a obra passa a conter. Além disso, o autor reedita o prefácio da edição anterior e elabora mais um prefácio e uma introdução endereçados à nova publicação. Um ponto interessante relativo a esses paratextos é que são datados do ano de 1949, ou seja, dois anos antes da reedição de *Sobrados e Mucambos*, datação, como a dos outros paratextos, que merecerá maior atenção da parte desta pesquisa para explicitarmos o quanto é paratextual a datação e a localização que Freyre dá às edições do livro. Antes disso, é preciso dizer que o texto reeditado não é somente uma republicação do anterior.

2.3.2 - O prefácio reeditado ou a performance atualizada

Esse paratexto aparece com alterações, acréscimos, alguns bem substanciais, anunciados ou não. Endereçado à primeira publicação, deve ser visto de forma distinta do prefácio original. Enquanto este fora concebido em função de um porvir (futuro próximo), ou seja, em função, entre outras possibilidades, da expectativa do autor em relação ao modo como queria que seu texto fosse lido, o de agora (o reeditado), levando em conta que a partir desse momento passa para existência do livro como o texto original, assume uma relação de futuro distinta daquele. Passa para a continuidade do livro, ao longo das reedições, como o paratexto à primeira edição, o que essencialmente não é. Ele permite ao autor, através de acréscimos e mudanças, apresentar-se com uma performance que necessariamente não era a do momento inaugural. Antes de continuar o raciocínio, é conveniente distinguir mudança de acréscimo e, ao mesmo tempo, indicar as transformações entre as duas edições que estão relacionadas com essa distinção.

Consideramos acréscimo trecho utilizado para complementar um pressuposto do texto original, seja inserindo referência bibliográfica para o argumento, seja desenvolvendo-o. Há pouco, apresentamos um trecho do primeiro prefácio acerca do qual nossa hipótese era a de que Freyre realizara uma censura, na medida em que propunha um “sentido mais humano e menos doutrinário das coisas”, arrogando a si o papel de um dos “novos franciscanos que procuram salvar as verdades da história, tanto das duras estratificações em dogmas, como

das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento”.¹⁷⁴ Como afirmado anteriormente, o intelectual, naquele momento, tanto ocultara o sentido dogmático, quanto quem o professava. Propusemos que talvez não estivesse preparado para se posicionar ou não tivesse tanta certeza da sua posição em relação ao alvo da crítica subjacente àquele argumento. Reeditado o prefácio, acrescenta algumas linhas àquele argumento, dessa vez dando voz a quem silenciara naquele primeiro momento:

(...) o humano só pode ser compreendido pelo humano – **até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se do passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição, quando feita ou tentada sob critério sociológico que se alongue em psicológico está sempre nos levando a zonas de mistério, onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais** (...) a humildade diante dos fatos (...) ao lado do sentido mais humano e menos doutrinário das coisas, cada vez se impõe com maior força aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da história, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento (...).¹⁷⁵

Em sua análise dos prefácios de *Casa-Grande & Senzala*, Fernando Nicolazzi salienta que, embora alguns críticos propusessem a esse texto a insígnia materialista, Freyre divergia dela sem, no entanto, promover uma ruptura, haja vista que tanto o pernambucano quanto o materialismo histórico privilegiavam os “aspectos técnicos da reprodução social e também a distinção entre Estado e Sociedade”. Também viam o Estado como resultado empírico das relações sociais, sendo que Freyre prestigiava essas relações em prejuízo da instituição estatal.¹⁷⁶ Sem romper com o marxismo, é possível sugerir uma posição distinta, em relação a essa perspectiva histórica, de um livro para outro. No primeiro, o intelectual pernambucano considerava-se pouco inclinado ao materialismo histórico “tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em

¹⁷⁴ FREYRE, Gilberto. “Prefácio”, *op. cit.*, 1936, p. 27.

¹⁷⁵ O que está em negrito refere-se aos acréscimos feitos pelo autor. FREYRE, Gilberto. “Prefácio à primeira edição”, 1936-1949, *op. cit.*, 1951, p. 29.

¹⁷⁶ NICOLAZZI, Fernando. “O prelúdio da obra: um livro em seus prefácios”. In: NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 87-88.

trabalhos de sectários e fanaticos”, o que justifica aceitar em parte a “influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura da sociedade”.¹⁷⁷ No segundo, o critério sociológico do autor considera ridículo satisfazer-se com “interpretações marxistas”. Entre pouco inclinado e não satisfeito com o marxismo, o que parece haver é a tentativa de limitar o alcance dessa interpretação histórica. Foi a conclusão a qual o autor chegou acerca do caso do “Preto Manoel”, analisado em um dos novos capítulos inseridos na segunda edição de *Sobrados e Mucambos*.¹⁷⁸

De sua análise acerca do prestígio, no século XIX, do uso distinto do cavalo frente a outros animais, Freyre alcança a análise do culto de São Jorge no Brasil, o qual mobilizou a população num caso da prisão de um tal Preto Manoel. Seguindo seus argumentos, aponta que o uso do cavalo implicava distinção social, seja de classe, de gênero ou de autoridade, distinguindo pobre de rico, o sexo forte do nobre (a mulher), ou os chefes militares dos subalternos. Os bois, as mulas, os jumentos e os escravos eram utilizados para o transporte de cargas. Distintamente, o uso do cavalo era sinônimo de nobreza ou de aspiração a tal, o que poderia ser visto no grande uso de cavalos nas procissões, momentos por excelência de exibição de distinção, principalmente pelas irmandades como a de São Jorge.

De periódicos da década de 1820, Freyre colheu demonstrações da importância desse culto religioso. A Irmandade de São Jorge aparece sendo censurada pelo Senado da Câmara, num periódico carioca, por ocasião da Semana Santa, por não ter levado a imagem do santo na procissão do corpo de Cristo: “tem esta irmandade por obrigação o compor anualmente a Imagem do Senhor S. Jorge [...] o que se executara com todo asseio possível, indo a mesma santa Imagem sobre um cavalo bem ajaezado e adiante huma figura de Alferes... e atraz huma figura de pajem [...] ambos a cavalo”. O Senado também censurou como ‘culposo descuido’ deixar de aprontar a ‘sella do Cavalo da Imagem’,¹⁷⁹ censura à falta de cuidados, para Freyre, não só com o “Santo cavaleiro”, mas também com

¹⁷⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. XII.

¹⁷⁸ FREYRE, Gilberto. “Escravo, Animal e Máquina”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 831-928.

¹⁷⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, de 11 de Junho de 1822, *apud* FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 852-853.

o “Cavalo, animal capaz de assegurar ao homem situação de superioridade sobre os demais homens e sobre os próprios dragões”.¹⁸⁰

O culto de São Jorge assumiu nos negros a devoção a Ogum, os quais, na análise de Freyre, viam no orixá equivalente ao ‘Deus da Guerra’ inspiração para suas revoltas de classe dominada, sem, também como os brancos, deixarem de aparecer nas procissões como

(...) homens que se não apareciam senhorilmente – como pajens de brancos (...) – no alto de cavalos de carne, dominando com a vista os homens de pé, dominavam nos dias comuns forças ou energias equivalentes às de cavalos e capazes de comprometer a ordem estabelecida. Forças que estavam nos seus músculos de homens vigorosos, de moços, de adolescentes capazes de se revoltarem contra os brancos, de os assassinar, de os fazerem definhar com mandingas (...).¹⁸¹

Segundo nosso autor, a devoção a São Jorge reuniu dois cultos contraditórios que refletiam vários antagonismos, não somente o que “um marxista chamaria luta de classes” e a outros se configuraria “lutas de raças”, mas “a interpenetração de vários antagonismos e nunca um só”. Em suas palavras, os conflitos entre brancos, quase brancos e negros, entre dominantes e dominados assumia conflitos de cultura, como o evidenciado no caso do Preto Manoel, entre a cultura médica europeia e a de curandeiros de formação africana ou indígena. Freyre percorre vários documentos de meados do século XIX, que relatam uma epidemia de cólera que atingiu a cidade de Recife. Havia um notório Preto Manoel que foi levado do interior a essa cidade para tratar de doentes, cuidando de muitos no Hospital da Marinha, na capital pernambucana. Embora tenha cuidado de muitos, vários enfermos acabaram morrendo sob seus cuidados, condição que levou a polícia a adverti-lo ‘de que não devia empregar mais o seu remédio’, recolhendo-o à ‘Casa de Detenção’, por descumprir a advertência. A prisão do Preto Manoel tomou proporções dramáticas, situação que a Comissão de Higiene Pública não conseguira sustentar. A notoriedade sob a qual aparece o curandeiro, como sob a proteção de “pessoas que ocupam posição elevada na sociedade”, levou à formação de “grupos que percorriam as ruas como foram vistos durante duas noites, e de todas as bocas só saíam imprecações contra os

¹⁸⁰ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 853.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 854.

medicos que se viam expostos a ditos insultuosos; e por fim um sacerdote pregava no púlpito a favor desse preto e contra os medicos e boticários, pretendo que estes o queriam matar por que elle curava os pardos e pretos”. Em outros testemunhos do imbróglio em torno da prisão do curandeiro, a população aparece quase se insurgindo (‘para quebrar as boticas e maltratarem os medicos’) por creditar a prisão dele aos médicos, os quais assim o fizeram para matarem “a gente de cor que era a mais perseguida pela epidemia”. Libertado o Preto Manoel, pretos, pardos e gente fina corriam das senzalas, dos mucambos, dos sobrados para recebê-lo como “se fosse um São Jorge escuro: não lhe faltava cavalo. Ofereciam-lhe carro para ‘conducção rápida’[...] carro de cavalo que naqueles dias era privilégio ou regalo só de brancos, de fidalgos, de senhores”.¹⁸²

Ao concluir acerca do que explicaria o conflito narrado, Freyre se posiciona frente a seus contemporâneos, sem dizer quem são esses estudiosos, caracterizando o conflito como “choque entre culturas (...) hoje simplesmente interpretado[s] por estudiosos de nossa formação, filiados a sistemas rígidos de interpretação da história humana, como puras expressões de lutas de classes e, por outros, de lutas entre raças”.¹⁸³ Ao propor a explicação pelo choque de culturas, Freyre não só dá ao marxismo um caráter interpretativo limitado, quanto assume a aspiração de totalidade desejada por tal explicação materialista, na medida em que o conflito de culturas, não prescindindo do conflito de classes e de raças, engloba-os tornando-se mais efetivo como explicação histórica. Como o autor não informa sobre o desenvolvimento de um argumento de uma edição para outra, as alterações da primeira para a segunda edição de *Sobrados e Mucambos* permitem-lhe, por meio da posição assumida na última, em relação ao marxismo, que seja visto como um intelectual que sempre teve uma posição clara frente a tal pensamento, uma posição desde sempre a mesma e não uma reelaboração de sua trajetória intelectual, um olhar retrospectivo, organizado.

¹⁸² FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 854-859. As fontes usadas pelo autor nessa análise são: Édson Carneiro, *Candomblé*, 1948, sobre o culto de Ogum na Bahia; sobre a Cólera: *Novo Manual Prático de Agricultura Intertropical*, Rio de Janeiro, 1860, de Vignerón Jousselandière; *Relatório do Estado Sanitário da Província de Pernambuco do Anno de 1856*, Comissão de Hygiene Publica, Pernambuco, 1857; Resposta ao Ministro do Imperio do Conselheiro Bento José da Cunha e Figueiredo acerca de ter sido denunciado por ter autorizado o exercício medico a pessoas não autorizadas, Documentos n. 7 e 8, *Relatório do Estado Sanitário da Província de Pernambuco*, 1857, p. 225.

¹⁸³ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 859-860.

Dito de outro modo, ao ampliar o argumento de que o humano deve ser explicado pelo humano, considerando ridículo satisfazer-se com descrições da história da humanidade equivalentes às da história natural, Freyre não somente organiza e singulariza seu pensamento em relação ao evolucionismo e ao marxismo – correntes de pensamento geralmente vistas como complementares, a lei do mais apto (o evolucionismo)¹⁸⁴ encontraria seu equivalente na classe operária; aquela, numa história da humanidade marcada por luta de classes, que nasce no mesmo instante da sua algóz burguesia e que passará por diferentes fases de desenvolvimento até o momento em que será, entre as classes que se opõem à burguesia, a única capaz de superá-la¹⁸⁵ – mas também, por implicação, institui uma posição cultural frente à racial posta como evidente. O que, na verdade, não é tão evidente assim e que devemos pôr em suspensão: a originalidade defendida desde o livro anterior, assentada na pretensa diferenciação entre raça e cultura, e a ambicionada pouco ortodoxia que percorria as páginas de *Sobrados e Mucambos*, contrária, como propõe o autor, “ao estabelecido, ao aceito, ao consagrado” devem ser vistas por um processo de rearranjo das ideias defendidas em seus textos.

As alterações no prefácio ajudam-nos a entender os movimentos do livro e daí não ver como evidente algo que se deu por um processo. De certo modo, foi o que fez Luiz Costa Lima. Partindo da manifestação de Freyre de que foi Boas quem o permitiu diferenciar raça de cultura, Costa Lima traça uma comparação entre a reflexão do antropólogo alemão nas três primeiras décadas do século XX e o que propõe o pernambucano em sua obra inaugural, alcançando as primeiras obras subsequentes a essa, concluindo para a não efetividade das ideias do primeiro no segundo, embora Costa Lima não negue a ênfase que a cultura encontra em *Casa-Grande & Senzala*, nem suspeitando que esse livro tenha deixado de romper com o esquema interpretativo até então dominante. Desde os primeiros momentos desse texto, o crítico aponta postulados que contrariam tal “influência”. O primeiro ponto destoante é que o pernambucano é mais cauteloso ao simplesmente diferenciar raça de cultura, ou seja, enquanto em Boas o conceito

¹⁸⁴ DARWIN, Charles. “Seleção natural ou A sobrevivência do mais apto”. In: DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 75-94.

¹⁸⁵ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editora, 1999, p. 40-49.

de raça perde progressivamente sua posição central, em proveito do de cultura, em Freyre há uma discriminação entre o que é efeito de raça e o que é de cultura, isto é, os efeitos estão em pé de igualdade.

Outro descompasso, entre os dois intelectuais, que acreditamos ser uma implicação do primeiro, refere-se à construção da explicação para suas perspectivas culturais.¹⁸⁶ Em Freyre, a explicação cultural decorria e prendia-se a análises étnico-ambientais, como nas passagens citadas pelo crítico: “a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado ethnico, ou antes cultural, de povo indefinido entre Europa e a África”.¹⁸⁷ Diferentemente, em Boas, a ênfase na cultura é resultante de um processo de questionamento da capacidade científico-operacional do determinismo ambiental e da capacidade desigual das raças humanas, levando-o a negar “que a raça seja biologicamente definível e que, como tal, se impusesse às condições ambientais”, ou seja, nesse antropólogo, “o meio há de ser entendido em função da cultura e da variedade de respostas que ele enseja”; enfim, conclui Costa Lima, mais uma vez citando Boas:

(...) é tão grande a variedade de respostas de grupos da mesma raça mas culturalmente diversos que parece provável que quaisquer diferenças biológicas existentes são de menor importância (...) A evidência etnológica é toda em favor da suposição de que os traços raciais hereditários são irrelevantes em comparação com as condições culturais (...).¹⁸⁸

Costa Lima prossegue sua contundente análise da obra de Freyre diante das hesitações do autor entre o que caberia à raça e à cultura e o que derivaria das relações entre raça e meio. O crítico conclui que *Casa-Grande & Senzala* contribuiu para romper com o dominante esquema interpretativo do racionalismo iluminista, embora de forma incoerente e confusa. Sem negar a profícua análise desse crítico, as hesitações de Freyre podem ser vistas de outro ângulo. E as transformações no prefácio nos ajudam nesse sentido.

Um primeiro ponto é compreender *Sobrados e Mucambos* como parte de um projeto que deveria explicar a nação brasileira em termos distintos dos que

¹⁸⁶ LIMA, Luiz COSTA, *op. cit.*, p. 194-198.

¹⁸⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. 2.

¹⁸⁸ BOAS, Franz. Race and Culture, 1931, p. 7-13, *apud* LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, p. 196-199.

até então a explicavam. Escrito em um tempo de crise, o livro parte de um contexto em que a concepção da história do Brasil se não devia mais se amparar no velho paradigma evolutivo-racial, um novo ainda estaria por ser instaurado. O tom imperativo da passagem do prefácio, até já aludido aqui: “É tempo de procurarmos ver na formação brasileira a série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios, e de vê-los em conjunto”¹⁸⁹, e a condição de que não foi alterada quando da segunda publicação do livro, nos permite inferir o quanto o autor estava convicto da condição na qual se encontrava o tempo da nação, sendo o seu depoimento a respeito mais um entre muitos que se empenharam em refletir sobre a posição do país na marcha da civilização ocidental. A propósito, quando nos referimos a um tempo de crise, isso não implica que propomos que seja algo novo, melhor dizendo, as primeiras décadas do século XX são mais um momento em que o país será visto pela condição de que sempre estamos por um triz; mais uma experiência na qual aparecemos deslocados, aquém da civilização, como bem aponta Fernando Nicolazzi a respeito da tônica de um Brasil visto pelo enfoque do atraso nacional:

(...) essa posição que indica um profundo sentimento de deslocamento não é de todo exclusiva de uns poucos autores, mas marca, com linhas fortes, toda uma perspectiva de pensamento que atravessou os tempos. Desde a difícil tarefa dos românticos (...) tentando conciliar as muitas vezes antagônicas esferas da cultura, isto é, o dado que singulariza a nação, sua história particular, e da civilização, ou seja, a inserção daquela singularidade em um todo abrangente, moderno e universal (...).¹⁹⁰

Nos ensaios das primeiras décadas do século passado, o discurso do atraso da nação é evidenciado em *Os sertões*, no qual a desordem no tempo aparece para Euclides da Cunha numa oposição entre o litoral, com lampejos de civilização, e o sertão cujo encontro parece ter-lhe permitido retornar no tempo, defrontando-se com “o estranho território” que, a despeito de se encontrar “a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, (...) predestinava-se a atravessar

¹⁸⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 29.

¹⁹⁰ NICOLAZZI, Fernando. “Escrever história, representar o passado: a ordem do tempo”. In: NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 1-7.

absolutamente esquecido os quatrocentos anos de nossa história”.¹⁹¹ O tema do atraso reaparece em *Retratos do Brasil*, o qual Paulo Prado trata sob a insígnia da tristeza brasileira.¹⁹² Desde o início do texto, quando cita, em epígrafe, trecho de carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, em que a ave Jaburu aparece como símbolo de uma terra, como tal, de “estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas” e que “passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela ‘austera e vil tristeza”¹⁹³, passando pelos capítulos cujos temas da luxúria e da cobiça estariam na base do nosso caráter, somos frutos de um povo distinto do colonizador anglo-saxão, que não teve outro apetite senão o ouro e a luxúria. Apetites que ao longo dos séculos criaram “uma raça triste”, a qual, sob o signo da “melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento”, desenvolveu patogenia marcada “pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior”. Foi nessa atmosfera que “nasceu, viveu e proliferou o habitante da colônia”, um povo sob “um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, tristeza”.¹⁹⁴ Esse era o cenário de interpretações que se apresentava ao autor de *Sobrados e Mucambos* e é sob tal panorama que suas ideias devem ser vistas.

Thomas Kuhn, embora trate de um cenário intelectual diverso do nosso, ajuda-nos a pensar, de forma distinta da de Costa Lima, as hesitações de Freyre como próprias à linguagem de seu tempo, antes de uma incoerência e confusão de seu pensamento. Para Kuhn, “tal como os artistas, os cientistas criadores precisam, em determinadas ocasiões, ser capazes de viver em um mundo desordenado”. Em momentos de crise, o velho paradigma, embora desacreditado, não é em todo renunciado. Para sua rejeição completa é preciso que haja outra alternativa, ou seja, “decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro”.¹⁹⁵

O que nos parece é que as hesitações são sintomáticas de um homem de seu tempo, um presente preso na interseção de dois outros tempos, entre um

¹⁹¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a terra e o homem*. 1º vol. 26. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963, p. 10.

¹⁹² PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

¹⁹³ PRADO, Paulo, *op. cit.*, [s. p.].

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 89-103.

¹⁹⁵ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Viana Boeira e Néilson Boeira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 107-109.

passado que ele não quer ser mais e um futuro que ele ainda não é. Há vários pontos, e para isso é preciso ver a obra de Freyre num plano maior – sair um pouco dos prefácios – que autorizam a hipótese de que o autor conviveu com o velho e o novo paradigma ainda por mais algum tempo até se desvencilhar do antigo. Um deles é não aceitar como natural sua própria informação sobre o que motivara sua mudança de perspectiva, do modelo racial para o cultural. Referimo-nos à passagem, no prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, onde Freyre opera essa transformação de uma concepção racista (“caricatura de homens (...) a miscigenação resultava naquilo”), ao cruzar com um bando de marinheiros brasileiros mulatos e cafuzos em Nova Iorque, para uma percepção cultural possibilitada pelo aprendizado com Franz Boas, na Universidade de Colúmbia, e efetivada por Roquette-Pinto (faltou-me quem me dissesse então como, em 1929, Roquette-Pinto aos arianistas (...) que não eram simplesmente mulatos ou cafusos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafusos e mulatos doentes) no Congresso Brasileiro de Eugenia.¹⁹⁶

O autor deu publicidade a essa transformação em um prefácio e, nesse ponto, o paratexto torna-se, como propõe Genette, um “lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia, de uma ação sobre o público”.¹⁹⁷ Diante de uma provável incompletude do texto e da dificuldade de se expressar em termos claros e definidos em relação ao pensamento racial, é no prefácio que o autor tentará controlar a recepção de suas ideias relacionadas a esse tema. Retomando aquela operação, era como se Freyre dissesse ao leitor: eu não penso em termos evolutivo-racistas, mas sim culturais. E o altruísmo que quer demonstrar passa pela descrição da sua conversão ao cultural. Em parte, esse nosso argumento é tributário do que James Clifford diz ser um princípio metodológico dele: o de nunca tomar como ponto de partida “a definição que um próprio membro da disciplina oferece sobre ela”, como no caso da antropologia, quando antropólogos dizem o que “não são”. Por trás dos “nós não somos missionários (...) nós não somos funcionários coloniais” ou “nós não somos viajantes ou escritores de

¹⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 1933, *op. cit.*, p. XII.

¹⁹⁷ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 10.

viagem”, para Clifford, há todo um policiamento, um “processo disciplinar que ocorre nas margens ou nas fronteiras da disciplina”.¹⁹⁸

Isso permitiu que confrontássemos aquilo que Freyre diz naquele momento inaugural de *Casa-Grande & Senzala*, com trechos alterados entre as publicações de *Sobrados e Mucambos*. Alterações em uma mesma frase de um momento para outro possibilitaram que pensássemos a mudança de perspectiva desse autor menos em termos de conversão, de originalidade, do que de uma construção da orientação cultural, embora um cultural ainda refém de determinismos, como o que leva Costa Lima a desvinculá-lo de Boas. A passagem original, onde se lê “uma contemporização mais verdadeiramente brasileira de estylos de vida”¹⁹⁹ é reeditada como “uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida”.²⁰⁰ O que sobressai dessa leve, porém, representativa mudança de algo puro para algo híbrido, misto, é o que dissemos anteriormente sobre aquele ainda não desvencilhamento de Freyre do conteúdo de análise evolutivo-racial. Falar em uma natureza “verdadeiramente brasileira” é não conseguir expressar-se por outra linguagem que não fosse aquela do seu momento. Ao expressar-se não em termos de pureza de raça, mas de povo, o que transparece, subjacente à tentativa de convencer o leitor, é um conflito do tempo do autor. As mudanças que se apresentavam nas linguagens ainda não eram suficientes para um rompimento com a linguagem anterior. Pensar a obra do pernambucano por esse foco é historicizá-la, é não dar a ele o que ele não dispunha; não dar o que alguns estudiosos, volta e meia, dão à produção dele, como no caso de Alba Zaluar em “A *desordem urbana e os antagonismos e as acomodações entre Sobrados e Mucambos*”.²⁰¹

Nesse artigo apresentado no *Seminário Novo Mundo nos Trópicos*, evento comemorativo dos cem anos de nascimento de Gilberto Freyre, realizado na cidade de Recife, em 2000, a autora se presta em grande parte a elogiar as antecipações, as inovações e a atualidade do pensamento de Gilberto Freyre que,

¹⁹⁸ CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 260.

¹⁹⁹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 21.

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 1ª edição” (1936-1949). FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 23.

²⁰¹ ZALUAR, Alba. “A desordem urbana e os antagonismos e as acomodações entre *Sobrados e Mucambos*”. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 243-247.

“há sessenta e quatro anos”, antecipava o que “hoje se apresenta como hegemônico na sociologia e na história social contemporâneas: o estudo do cotidiano, com os materiais que nem sempre foram considerados os mais adequados para deslindar as estruturas e as tramas das cidades estudadas”.²⁰²

No início do artigo, Zaluar menciona as muitas leituras possíveis de *Sobrados e Mucambos*, dentre as quais a sua, em que procurou “manter uma lealdade ao texto”, que lhe pareceu “imprescindível”. O texto ao qual se refere ser leal é o da 5ª edição, publicada em 1977. Em sua análise, Zaluar coloca o autor ao lado de Franz Boas, como antropólogos “anti-racistas que afirmaram sempre não existir raça pura, nem cultura que não seja híbrida de alguma forma”. Sugerindo que o intelectual surgiu versando numa linguagem nova, que se distinguia do pensamento racial presente desde meados do século XIX, ou mais difícil ainda, indicando que fosse uma voz solitária que destoava das análises que davam um caráter depreciativo à mistura de raças.²⁰³ O intelectual que emerge de seu artigo apresenta um caráter unívoco, essencialista. Aparece como sendo desde sempre o mesmo, que não passou por fases distintas, por recuos ou por deslocamentos de ideias.

Antes do que a autora propõe, poderíamos indicar o que sugere Valdeci Araújo para a história dos conceitos como uma releitura da modernidade, transformações nas formas de abordar o problema racial, nas linguagens possivelmente abertas por uma nova experiência do real²⁰⁴ que, no caso de Freyre, eram anteriores a ele, cuja posição é a de estar inserido neste mundo em transformação, não a de uma posição solar, como produtor de uma nova realidade da história das relações raciais no Brasil. Agir assim é não aceitar, como lembra J. G. A. Pocock, que um autor tenha concebido uma ideia ou a levado a efeito se ainda não dispunha de linguagem suficiente em que a ideia pudesse ser expressa.²⁰⁵ Aquela proposta de Alba Zaluar resolve rapidamente o que, na prática, demandou muito esforço do intelectual na reelaboração de seus argumentos e textos para dar um aspecto anti-racista e híbrido da sociedade brasileira à sua obra.

²⁰² ZALUAR, Alba, *op. cit.*, p. 243.

²⁰³ *Ibid.*, p. 243-244.

²⁰⁴ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. In: *Almanack Braziliense*, v. 07, maio 2008, maio 2008, p. 50.

²⁰⁵ POCOCK, J. G. A. “O estado da arte”. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 23-62.

Enfim, quando dissemos que Freyre era um homem de seu tempo, isto é, que sua tentativa de diferenciar raça de cultura está ainda presa a determinismos, antes de ser vista como confusa, incoerente e ambígua, deve ser compreendida como um esforço, entre outros, que tenta romper com o determinismo reinante, mas ainda refém e participando da linguagem deste. Isso também ocorre em Manoel Bomfim. O autor de “*América Latina. males de origem*” é lembrado por Luiz Costa Lima como quem se insurge contra a sociologia biológica, cuja crítica moralista, entretanto, reproduz o mesmo biologismo que pretendia negar.²⁰⁶ Assim, Freyre e Bomfim, ao tentarem romper com o determinismo seja biológico ou ambiental, participaram da linguagem desse porque não havia, no tempo dos dois, linguagens disponíveis, sobretudo suficientes, de outra natureza, ou seja, o acervo do conhecimento ainda não dispunha de linguagens que não fossem aquelas.

Retomando a distinção entre acréscimos e mudanças, consideramos essas como as alterações que o autor imprime ao texto, seja suprimindo termos ou trechos, seja acrescentando-os ao livro, em conjunto, alterando o sentido da proposição original para a reeditada. A mudança se distinguiria dos acréscimos, tratados há pouco, pela alteração de sentido de um momento para outro, diferentemente dos acréscimos como desenvolvimento de argumentos de uma edição do texto para a sua reedição.

Há supressões que assumem mudanças relacionadas a questões individuais, relativas em parte, acreditamos, a certo amadurecimento intelectual do autor, ou seja, revisão de uma atitude anterior, como por exemplo, expressões que davam um caráter imperativo aos argumentos foram suprimidas. Tratando dos documentos usados na pesquisa, Freyre refere-se aos tais como “ainda virgem, ou quasi esquecido”, ou seja, fontes como os anúncios de jornais, que até aquele momento ainda não haviam sido utilizadas, creditando a si o pioneirismo da sua utilização “pela primeira vez dentro da technica sociologica para interpretações sociológicas e anthropologicas”.²⁰⁷ Em outro momento, em diálogo com um crítico que sentira ausência de conclusão em seu texto anterior, vai dizer que o novo livro também

²⁰⁶ LIMA, Luiz Costa, *op. cit.*, p. 193-194.

²⁰⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 24-25.

(...) não conclue (...) sugere mais do que afirma (...) A ausência de conclusões, a pobreza de afirmações, não significa, porém, repúdio de responsabilidade intelectual, pelo que possa haver de pouco orthodoxo nestas paginas (...) Porque essa qualidade revolucionaria vem da própria evidencia do material reunido e aqui revelado, e interpretado, dentro da maior objectividade possível, de methodo e de technica (...).²⁰⁸

Antes de passarmos às transformações, convêm fixarmos o olhar em como o autor perspicazmente se singulariza. A primeira assertiva parece ser própria aos iniciantes, tal como Freyre sedento de notoriedade e originalidade. Além disso, transforma o que para os críticos seria um defeito, em algo revolucionário e de tal forma que não significa irresponsabilidade intelectual por respeitar a exigência da objectividade. Ou seja, a heterodoxia que singulariza o incipiente intelectual vai até onde a objectividade parece encerrar algo intocável.

Na reedição do prefácio, o autor suprime a expressão “ainda virgem”, acrescenta o termo “quase” às expressões “não conclue” e “ausencia de conclusões”, mudando o sentido das expressões originais, respectivamente, para “quase não conclui” e “a quase ausência de conclusões”, eliminando o carácter imperativo da afirmação original e diminuindo a singularidade que impôs ao texto à época da primeira edição. Isso também pode ser observado por uma mudança sucinta no trecho a respeito do uso dos anúncios de jornais como fonte: “parece-nos ter sido utilizado larga e sistematicamente, neste trabalho, pela primeira vez, dentro da técnica antropossociológica, para interpretações sociológicas e antropológicas”. Notemos que na versão original, Freyre considera-se o primeiro a analisar os jornais dentro da técnica sociológica, originalidade que se desloca, na segunda edição, dele para o livro, ou seja, se no primeiro momento a originalidade devia-se ao intelectual, na reedição é transferida para *Sobrados e Mucambos*, reiterando: “utilizado larga e sistematicamente, neste trabalho”.²⁰⁹

Outra mudança substancial diz respeito à presença do autor entre as duas edições. Na primeira, ele aparece sob verbos na primeira pessoa do singular:

(...) devo também agradecer as gentilezas e facilidades que me dispensaram o Dr. Alcides Bezerra, director do Archivo Nacional (...) não devo esquecer a excursão á Minas Geraes (...)

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 26.

²⁰⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 27-29.

agradeço a Affonso d’E. Taunay as boas palavras de animação (...) também fui obrigado a insistir em certos assumptos (...).²¹⁰

Na segunda, nessas mesmas passagens, aparece na primeira pessoa do plural:

(...) devemos também agradecer as gentilezas e facilidades que me dispensaram o Dr. Alcides Bezerra, antigo diretor do Arquivo Nacional (...) não devemos nos esquecer da excursão a Minas Gerais (...) agradecemos ao Sr. Affonso d’E. Taunay as boas palavras de animação (...) também fomos obrigados a insistir em certos assuntos”.²¹¹

Embora os verbos que se referem ao autor permaneçam na primeira pessoa, a mudança do singular para o plural subentende mudanças na linguagem, que podem ser relacionadas com a crescente exigência da impessoalidade, da imparcialidade inerentes à constituição do saber, sentidas desde o IHGB às primeiras universidades brasileiras das primeiras décadas do século XX. Luciana Boeira, por exemplo, encontrou nos textos de Varnhagen supressões de trechos indicando transformações na linguagem através de “um constante exercício de limpeza de todas as marcas de subjetividade presentes nos textos”,²¹² como o trecho suprimido de *História Geral do Brazil*: “dia virá em que a seu turno os seus trabalhos serão devidamente contemplados na Historia Geral, e desejaremos ser os primeiros a tributar-lhes justiça; pois que os nossos proprios tormentos nos ensinaram a ver as miserias das injustiças, que inclusivamente obrigam o autor a parecer menos modesto do que deve, quando faz ouvir os gritos da consciência desaffrontando-se”.²¹³ Segundo Boeira, essa supressão atendia à exigência de eliminar da escrita histórica “considerações pessoais ou traços de parcialidade que pudessem comprometer a impressão de cientificidade que os textos queriam passar”.²¹⁴

Na constituição de um desses saberes, Simone Meucci indica que a narrativa foi o ponto de embate entre o incipiente saber sociológico e o ensaísmo das primeiras décadas do século XX. Freyre imprimiu transformações na sua

²¹⁰ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 24-26.

²¹¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 26-28.

²¹² BOEIRA, Luciana. *O discurso do método em Varnhagen*. Texto não publicado, [s. d.], p. 18.

²¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brazil*, 1857, p. V, *apud* BOEIRA, Luciana. *O discurso do método em Varnhagen*. Texto não publicado, [s. d.], 36 p.

²¹⁴ BOEIRA, Luciana, *op. cit.*, p. 18.

escrita, porque ele próprio foi alvo da crítica dos primeiros sociólogos, abrigados nos dois primeiros centros universitários de São Paulo – a USP e a ELSP – empenhados em distanciar a linguagem sociológica da literária. Nas primeiras críticas, as quais retomaremos na análise do prefácio seguinte, a narrativa nos livros de Freyre é até louvada em textos como *Sociologia*, no qual a capacidade literária tornara atraente à síntese sociológica, embora, para Roger Bastide, o autor pernambucano se perdesse em discussões secundárias.²¹⁵ Segundo Meucci, a partir dos anos 1940, o que era difuso tornou-se uma crítica sistemática. O que antes era visto como uma narrativa sociológica atraente aos leitores passou a ser visto como algo oposto à sociologia científica, como explicitado nas palavras de Donald Pierson: “suas análises (as de Freyre) eram dispersivas, normativas e de caráter um tanto mais literário que científico”.²¹⁶ As críticas dos sociólogos fazem parte de um processo caracterizado por Simone Meucci como uma purificação da linguagem sociológica. Era preciso, na perspectiva daqueles, limpar o que havia de literário em seus enunciados e apontar onde ele se fazia presente; algo como Donald Pierson fez ao reeditar *Teoria e pesquisa em sociologia*, no qual tanto “procurou substituir expressões literárias por termos mais objetivos”, como em “*aurora da inteligência humana por quando o homem começou a refletir*”, quanto apontou, em nota de rodapé, numa alusão a Freyre, em alguns escritores a dificuldade em distinguir conceitos científicos como ‘discriminação’ e ‘preconceito’.²¹⁷

Diante dessas tentativas de purificação da linguagem sociológica, como pensar as transformações de *Sobrados e Mucambos* relacionadas com essa exigência de purificação? Como pensar a tentativa de Freyre de fazer parte dessa comunidade “científica”, se ele constrói de si mesmo uma trajetória anti-acadêmica? Aludimos, aqui, que essa trajetória não academicista do autor foi de certo modo construída, contingencial. Por outro lado, o uso da primeira pessoa assume na forma do plural um uso formal, sobretudo impessoal, motivado por um desejo, nem que seja oportuno, retórico, de pertencer a uma comunidade de ciência, aqui ajuizada, à maneira como Benedict Anderson caracteriza

²¹⁵ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 253-255.

²¹⁶ PIERSON, Donald. *Manual Bibliográfico de estudos brasileiros*, 1949, p. 793, *apud* MEUCCI, Simone, *op. cit.*, 255.

²¹⁷ PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*, 1948, p. 35 e 411, *apud* MEUCCI, SIMONE, *op. cit.*, p. 255-256.

“comunidades imaginadas”, na medida em que se sentir pertencendo a certa comunidade não implica que eu conheça os outros participantes dessa mesma comunidade; antes seria que eu comungasse das suas normas, valores, significados, regras e por elas me sentisse ligado aos outros participantes, ou seja, “as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas (...) imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”.²¹⁸

Por outro ângulo, como pensar essa convenção que assume, conforme Michel de Certeau, a “encenação de um contrato social entre nós”, esse “sujeito plural que sustenta o discurso”,²¹⁹ se essa mediação eliminaria o próprio autor do texto, justamente em um Freyre que sempre defendeu a relevância do “eu” na investigação histórica, como na afirmação contrária a Ranke que queria apagar seu próprio *eu* para mostrar os fatos históricos em sua pura realidade? Ao contrário, nos termos do pernambucano, em antropologia, sociologia, psicologia, como em história, “grande parte do ‘não-eu’ só se deixa esclarecer pelo ‘eu’ do indagador: pelo seu poder de compreensão, de empatia, digamos mesmo de imaginação – imaginação científica e mesmo poética”.²²⁰ A resposta, em parte, passa pela própria indagação de Certeau acerca do que vem a ser uma “obra de valor. Aquela que é reconhecida como tal pelos pares”.²²¹ No caso de Freyre, a busca de reconhecimento de alguns autores, como Taunay e do público estrangeiro, como apontaremos a respeito desse último no prefácio à terceira edição, que sempre aparecerão nesses paratextos de seus livros dando audiência a seus textos, autorizando-os, valorizando sua produção.

Nesses dois pontos, o prefácio apresenta sua face protocolar, aquele momento por meio do qual aparecem pessoas que tenham contribuído para a execução da pesquisa da qual resulta o livro e que se estão lá para conferir legitimidade ao texto, esta se completa, sobretudo porque a presença daquelas

²¹⁸ ANDERSON, Benedict R. O’Gorman. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14-15.

²¹⁹ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 71.

²²⁰ FREYRE, Gilberto. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967, p. 69.

²²¹ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 71-72.

peças nos informa outra coisa mais determinante, ou seja, sob elas subjaz o itinerário de uma pesquisa, um autor percorrendo arquivos, bibliotecas, visitando cidades e pessoas patriarcais. Nesse ponto, legitimidade quer dizer a prática de algo “elaborado”, acordado e tido como verdadeiro em uma determinada sociedade. Ao agradecer aquelas pessoas e sob tais descrever o itinerário da pesquisa, Freyre se compreende inserido, comungando normas, valores e regras de certa comunidade imaginada, aquela para a qual o tema da viagem é prescrito como legítimo na construção do conhecimento. E é tal tema que discutiremos a seguir.

2.3.3 – A viagem e o pensamento social

A descrição de viagens é um tema bastante recorrente nos prefácios escritos a *Sobrados e Mucambos*; para sermos mais precisos está presente nos quatro paratextos iniciais entre os cinco que se constituem objeto de nossa análise, não aparecendo somente no prefácio à sexta edição. Deixamos para analisar esse tema neste momento, isto é, não o discutimos no contexto da edição anterior porque sua natureza extrapola a característica circunstancial de um prefácio. Sua presença assume feição mais sistemática, ligada a algo que dera os primeiros passos na primeira publicação e que na segunda ganhará contornos não só de uma tese sociológica acerca do patriarcado brasileiro, mas de tese sob a qual Freyre distinguirá sua perspectiva em meio a outras perspectivas, sobretudo contribuindo para darmos os limites do que estava em jogo nessa fase do livro: o ensaio sociológico com pretensão nacional. Antes disso, porém, é preciso apontar, mesmo que ligeiramente, um quadro geral do papel da viagem sobre o pensamento, que se pode dizer, social brasileiro e, em seguida, dar a medida de seu emprego em *Sobrados e Mucambos*.

No que diz respeito ao papel das viagens na elaboração do pensamento social, aqui incluído o conhecimento histórico, a obra de Freyre parece se encontrar no extremo último que remonta a Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Varnhagen ou até mesmo aos nossos romances de formação e aos relatos naturalistas. A viagem foi importante para Varnhagen na medida em que a escrita de seu texto passava, antes, pela apreciação das leituras, verificando

as informações contidas nos livros, ou seja, a viagem compunha os elos entre o evento e o relato. O autor percorreu “todos os pontos (...) todos os caminhos por onde, por seus patrióticos feitos, se imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias”.²²²

Para Capistrano de Abreu, ainda em Maranguape, as leituras de Bucide, Stuart Mill, Spencer e Taine, “para quem queria ser um João Capistrano de Abreu”, deveriam ser completadas por viagens pelo Brasil, que

(...) sabia não era longe dali, e que para descobri-lo tornava-se necessário não tanto dele sair, ir para o exterior, para repensá-lo à distância, como preconizariam os modernistas mais tarde, e sim desbravar o seu interior, revelar sua natureza mais íntima, por meio de muitas viagens, reais ou imaginárias, que constituiriam em repositório de um conjunto de elementos que suscitavam a um só tempo admiração e temor (...).²²³

A viagem em Euclides da Cunha é como um visão que o ajuda a conhecer, contrapor, preencher uma lacuna deixada em aberto pela viagem nos livros, como a que se completou ao entrar no sertão, no porquê deste “território” aparecer como “Terra ignota nas nossas melhores cartas”. Percorrendo-o “compreende-se que até hoje escasseiam sobre tão grande tracto de território, que quase abarcaria a Holanda (9° 11’ – 10° 20’ de lat. e 4° – 3° de long. O. R. J.), notícias exatas ou pormenorizadas”.²²⁴

Em *O Brasil não é longe daqui*, Flora Süssekind, no seu intento de localizar a constituição de um narrador de ficção na prosa brasileira, aponta semelhanças e distinções entre os relatos de protagonistas dos romances de formação e dos relatos naturalistas do século XIX. A viagem para os dois protagonistas é a instância do aprendizado, “via experiência, via contato com as coisas do mundo”. No entanto, no romance de formação, num Gonçalves de Magalhães, por exemplo, durante a viagem “o sentimento do mundo sintoniza-se ao autoconhecimento; o aprendizado é sempre também de si mesmo. Assim como

²²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, p. 11, *apud* BOEIRA, Luciana. *O discurso do método em Varnhagen*. Texto não publicado, p. 23.

²²³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Capítulos de Capistrano*. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/frame.htm>> Acesso em Julho de 2010.

²²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a terra e o homem*. 1º vol. 26. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963, p. 9-10.

os deslocamentos no espaço, as paisagens por quais passa estão impregnadas de tempo, história”. Ao contrário, nos relatos naturalistas, o protagonista não exerce um autoconhecimento, porque preconcebe “sólidos conhecimentos de ciências naturais apenas testados e ampliados “diante de novos espécimes e terras desconhecidas”. Pouco se sabe sobre o narrador, não se define, no máximo se sabe o seu papel nas comitivas, catalogar e classificar. Isso pode ser percebido, como salienta Sússekind, na forma como se dá a narrativa nesses relatos, como a de Maximiliano de Wied Neuwied no seu *Viagem ao Brasil*: “o ‘eu’ que narra e quase se apaga e o narrador passa a se figurar, ora num plural impessoal – ‘Nós, os estrangeiros’ – ora numa imagem genérica, atemporal, a que chama apenas de ‘o viajante’”.²²⁵

2. 3.4 – As viagens nos prefácios de *Sobrados e Mucambos*

A constância das viagens como fator de conhecimento naqueles autores e a recorrência a elas nos prefácios de *Sobrados e Mucambos* permitem que vejamos esses textos, como bem notou François Hartog, como lugares de “observação a partir dos quais, numa longa ou mesmo lonquíssima duração, se pode apreender um projeto historiográfico singular, configurações do saber, conjunturas intelectuais e políticas”.²²⁶ O que configura o saber naquela perspectiva historiográfica, que percorreu o século XIX alcançando a primeira metade do século XX, da qual Freyre é constituinte, é a legitimidade assentada na prática da viagem. Ao indicarmos como se dá a especificidade da viagem no texto, é preciso apresentar essas viagens que aparecem nos prefácios testemunhando a história do livro e, somado a isso, como o autor arquiteta tal legitimidade.

No prefácio à primeira edição, a viagem aparece de forma indireta ou direta na “seção” do prefácio na qual o autor descreve a trajetória da pesquisa, seja informando os procedimentos realizados, como na “tradução e na cópia de alguns desses documentos ou livros, foi valiosíssimo o auxílio de José Antonio Gonsalves de Mello Neto, que se vem especializando no estudo da língua holandesa, para melhor conhecimento da história do domínio holandês no

²²⁵ SÜSSEKIND, Flora. “A ciência da viagem”. In: SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 110-111.

²²⁶ HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001, p. 10.

Brasil”; ou ainda, a ajuda que recebera de “D. Vera de Mello Franco de Andrade, que traduziu do sueco, especialmente para este trabalho, as paginas que Johan Brelín dedica á architectura da cidade do Rio de Janeiro, no seu livro de viagens do século XVIII”; seja indicando pessoas que lhe confiaram arquivos e bibliotecas públicos ou privados, como

(...) Manoel Diegues Junior, José Valadares, Diogo de Mello Menezes, nos arquivos do Recife e de Alagôas e o do jovem escriptor Francisco de Assis Barbosa, na copia de annuncios das gazetas coloniaes, da excellente colleção da Bibliotheca Nacional, que tão gentilmente me franqueou o seu director, o velho sábio e mestre Rodolpho Garcia. Devo também agradecer as gentilezas e facilidades que me dispensaram, o Dr. Alcides Bezerra, director do Archivo Nacional e o Dr. José Maria C. de Albuquerque, director da Bibliotheca Publica de Pernambuco (...).²²⁷

Indicadas de forma direta, as viagens aparecem, na lembrança, como em:

(...) E não devo esquecer à excursão a Minas Geraes – a visita a uma de suas casas-grandes mais typicas, a alguns de seus sobrados mais característicos, o contacto, embora rápido, com alguns de seus archivos, na boa e intelligente companhia de Affonso Arinos de Mello Franco e de Luis Camillo de Oliveira Penna. Nem as horas passadas no Museu Paulista, entre as reconstituições de velhos sobrados da cidade de São Paulo e até do burgo inteiro, no fim da primeira metade do século XIX, trabalho de intelligencia e de pachorra, realizado por Affonso d’E. Taunay (...).²²⁸

Na estratégia de argumentação do prefácio, o autor, nessa ordem, apresenta um painel acerca das transformações sociais no Brasil, aquele que, pela semelhança, aproximamos de Aluísio de Azevedo, cujas mudanças interpreta por sua tese histórico-sociológica da acomodação. Segue-se ao painel a indicação das fontes prestigiadas em prejuízo de outras e de outros autores, dos quais diz ser “impossível esquecer, num estudo que se ocupe do desenvolvimento das tendencias urbanas no Brasil do século XVIII e principalmente do seculo XIX, em contraste com as tendências ruraes”, autores como João Ribeiro, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Tobias Monteiro, Felisbello Freire,

²²⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 24.

²²⁸ *Ibid.*, p. 24-25.

Noronha Santos, Affonso d'E. Taunay, entre outros; mas o seu ponto de vista proustiano da casa

(...) obrigou-o a socorrer-se menos desses illustres historiadores (...) do que de material ainda virgem, ou quasi esquecido: arquivos de família, livros de assento, actas de camaras, livros de ordens regias e de correspondência da corte, theses medicas, relatórios, colleções de jornal, de figurinos, de revistas. Sem desprezar, é claro, diarios e livros de viajantes estrangeiros (...).²²⁹

Assim, anterior às viagens por arquivos, bibliotecas e lugares há aquela primeira viagem pelo olhar indireto, ora dos viajantes, ora pelo do autor que é acionado pelo ponto de vista intimista e que se encontra entre este e aqueles arquivos; é a viagem iniciática mencionada por Michel de Certeau na qual “ler é estar alhures, onde não se está, em outro mundo [...] os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”.²³⁰ Dito de outro modo, na equação epistemológica de Freyre (o ponto de vista proustiano e a indicação das fontes), que precede o relato das transformações sociais, esse tipo de viagem preenche de sentido a operação interpretativa, como ao descrever a importância simbólica do sino, objeto que regulava o cotidiano das cidades do século XIX, e as transformações no uso do espaço público. A cadência desses relatos, acompanhados das fontes utilizadas para análise, nos causa a impressão de que o narrador ocupa a mesma dimensão espacial quanto temporal daquele cenário do século XIX, para não dizer que, pelo emprego dos dois pontos e do ponto e vírgula – trecho em negrito – ele parece interferir, senão ditar o ritmo daquele cotidiano:

(...) as camaras foram também proibindo ás negras dos mucambos lavar roupas nas bicas: **que fossem para os riachos fóra-de-portas** (...) vieram também outras restricções á liberdade dos particulares: a dos senhores dos sobrados surrarem seus escravos depois que o sino da igreja – de tão grande influencia sobre a vida domestica e até pública, das cidades brasileiras, antes da vulgarização dos relógios – batesse solemnemente nove horas da noite. **O sino da igreja batia nove horas da noite; acordava o burguês para o banho de rio; batia meio dia; batia Ave Maria; annunciava incêndio –**

²²⁹ *Ibid.*, p. 23-24.

²³⁰ CERTEAU, Michel de. “Ler: uma operação de caça”. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 269-270.

algun sobrado grande se queimando; anunciava missa; enterro; casamento. Outras posturas foram aparecendo no sentido de se fazer respeitar a rua, pelo matuto que descia da serra, dos sertões ou dos engenhos e entrava pela cidade muito descansado do seu: no alto de seu cavallo de cangalha ou dentro do seu carro de boi chiando. Que descesse e puxasse o animal pela arreada ou pelo cabresto sob pena de vinte e quatro horas de prisão; os negros escravos de duas dúzias de palmatoadas. E ninguém tivesse mais a sem-cerimônia de entrar pela cidade de camisa e ceroula; nem esquipando ou galopando a cavallo pelas ruas, por onde desde fins do século XVIII começaram a rodar carruagens: a principio coches, seges, traquitanas; depois cabriolets, cabs, tilburys, balances, todos aos solavancos pelas pedras e pelos buracos (...).²³¹

Enquanto a viagem iniciática faz as vezes de uma máquina do tempo, como um trem que leva o autor do presente ao passado, no decorrer do itinerário o intérprete vai se transformando em participante do passado narrado; presente e passado homogeneizando-se, imiscuindo-se. Num segundo tipo de viagem, a que subjaz ao itinerário da pesquisa, Freyre parece buscar as marcas do passado no presente. O que acontece, por exemplo, quando após descrever a arquitetura dos sobrados que “se desenvolvera fazendo da rua uma serva: “as biqueiras descarregando com toda força sobre a rua as águas da chuva; as portas e os postigos abrindo para rua; as janellas servindo para os homens escarrarem na rua, onde também se derramava as quartinhas”, o autor lembra as viagens a Minas Gerais e a São Paulo, respectivamente: “a visita a uma de suas casas-grandes mais típicas, a alguns de seus sobrados mais característicos, o contacto, embora rápido, com alguns de seus arquivos, na boa e inteligente companhia de Affonso Arinos de Mello Franco e de Luis Camillo de Oliveira Penna” e “as horas passadas no Museu Paulista, entre as reconstituições de velhos sobrados da cidade de São Paulo e até do burgo inteiro, no fim da primeira metade do século XIX”.²³²

Esse andarilho que aparece em Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro (Biblioteca e Arquivo Nacional), Minas Gerias e São Paulo percorrendo arquivos, bibliotecas, lugares,²³³ nos faz lembrar o narrador dos nossos romances de

²³¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 20.

²³² *Ibid.*, p.18-25.

²³³ Freyre escreveu livros onde dá dicas de como conhecer lugares, tais como *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*; e *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*, publicados respectivamente em 1934 e 1939, de cujos títulos se têm uma medida de como deve ser um viajante para o autor. As edições mais recentes desses livros são: FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 6. ed. São Paulo: Editora

formação, cujos deslocamentos, conforme Flora Süssekind, por espaços e paisagens estão impregnados de tempo e história. No caso específico do nosso autor, era como se ele buscasse encontrar, reconhecer, e a partir daí validar a sua descrição do passado, esse tempo seja na arquitetura patriarcal, seja no contato com os arquivos, seja conversando com aquelas pessoas que estão ali por causa da ligação delas com aqueles locais. Nesse ponto, além de ser a instância do aprendizado, a viagem presta-se ao auto-conhecimento, antes de um preconcebido conhecimento de si mesmo, o que não deixa de ser oportuno lembrar uma passagem, embora escrita noutro texto de Freyre, na qual expressa a experiência que teve seu amigo de viagens, o arquiteto Lúcio Costa, ao se defrontar com aquela arquitetura patriarcal em Minas Gerais: “diante das casas velhas de Sabará, São João d’el Rei, Ouro Preto, Marianna, das velhas casas-grandes de Minas, foi a impressão que teve: ‘a gente como que se encontra... e se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei – Proust deveria explicar isso direito’”.²³⁴

Por outro lado, tendo em vista esse conhecimento de si mesmo, não devemos nos esquecer que tal conhecimento não deixa de ser uma busca de algo coletivo, que vem a ser o povo brasileiro, aquele, relembrando as palavras do autor, cuja casa patriarcal acusa traços de maior significação. Essa busca do coletivo pode ser inferida, quando da segunda edição do texto. Na reedição do prefácio, somado àquelas viagens que se concentraram na zona litoral-açucareira do nordeste e Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo e de Minas Gerais, o autor acrescenta ao texto a descrição de novas viagens que fizera, como “as excursões pelo interior do Estado do Rio, pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul”. Esse acréscimo implica o uso recorrente da viagem como fator de conhecimento, na medida em que tal procedimento oportunizaria mais uma vez a Freyre imprimir seu procedimento interpretativo e permitido por outras pessoas que encontrara nessas novas viagens, nas quais

(...) pudemos entrevistar sobreviventes ilustres dos últimos dias de opulência patriarcal e escravocrata em nosso país, cujos depoimentos e reminiscências de antigos residentes de sobrados

Global, 2007. FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 6. ed. São Paulo: Editora Global, 2007.

²³⁴ COSTA, Lúcio. “O Aleijadinho a architectura tradicional”, *O Jornal*, edição especial Minas Geraes, Rio de Janeiro, [s. d.], apud FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. XXX.

ou casas patriarcais de cidades foram elementos valiosos de esclarecimento do material de arquivo. Recordaremos entre outros, o Sr. Raul Fernandes, a baronesa de Bonfim, a Viuva Joaquim Nabuco, a baronesa de Estrela, o General Moreira Guimarães, a Viuva Oliveira Lima (...).²³⁵

Por outro, qual o porquê desse acréscimo de novas viagens no prefácio reeditado, se o autor poderia fazê-lo no prefácio elaborado à segunda edição? A resposta passa pela natureza do acréscimo. Não é um simples incremento de viagens, indicando mais uma vez “eu estive lá”. Mais do que isso, são viagens de expansão da validade interpretativa do livro. O Brasil que subjaz ao acréscimo tem fronteiras muito mais amplas que o país descrito no momento original, ou seja, no prefácio original. Daí a ideia de movimento que a viagem subentende. Ao inserir a descrição de novas áreas visitadas, o autor tanto atualiza quanto redimensiona a interpretação do livro. Dá a ele nova vitalidade e o prepara para um novo patamar explicativo: a fase sociológica de interpretação nacional. Incumbência que ficará a cargo do prefácio à segunda edição e da grande introdução escrita à essa nova fase da obra, cujos contornos descreveremos, a seguir, e, por meio dos quais, no terceiro capítulo, a demarcaremos como a fase sociológica da obra, vista na perspectiva do autor e, como tal, apresentada no prefácio.²³⁶

2. 4 – Prefácio à segunda edição: do regional ao nacional

O autor inicia o prefácio à segunda edição indicando revisões e transformações às quais foi submetido o texto, como a inserção de cinco novos capítulos e o acréscimo “considerável” de notas. Também informa que *Sobrados e Mucambos* aparece como o segundo ensaio sob o título de Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil, que será completada por *Ordem e Progresso e Jazigos e Covas Rasas* que se dedicarão, o primeiro, à “transição do trabalho escravo para o livre” e ao processo final “de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal”; o segundo, não publicado, ao estudo “não só dos

²³⁵ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 1ª edição (1936-1949)”. *Sobrados e Mucambos*, op. cit., 1951, p. 27.

²³⁶ Como os prefácios constituem-se nossos objetos de análise, o uso de passagens da introdução à segunda edição do texto serão apenas eventuais, complementares, sobretudo em respeito à distinta relação que tal paratexto exerce frente ao livro.

métodos como da mística de sepultamento em nossa sociedade patriarcal, considerados [...] como extensão do complexo patriarcal de segregação e de sobrevivência de família e de expressão do espírito patriarcal de casta, em contraste com o descaso pelos mortos quando escravos pagãos ou extradomésticos, ou indivíduos pobres, ou sem eira nem beira”.²³⁷

Ainda que seja um texto breve, usado, em linhas gerais, para apresentar aos leitores as mudanças no livro, nesses acréscimos de capítulos e notas há algumas mudanças que, desde já, embora o autor não entre no mérito delas, merecem um pouco de acuidade para entendermos o que estaria por trás da decisão, por exemplo, de retirar os documentos publicados nos apensos da primeira publicação, informando que serão aproveitados em “volume dedicado exclusivamente de Mss. [manuscritos] e documentos ilustrativos da história e da interpretação da sociedade patriarcal no Brasil”.²³⁸ Esses documentos aos quais se refere são manuscritos de câmaras municipais do século XIX, colhidos do Arquivo Público do estado de Pernambuco, listas nominativas de alunos que cursavam primeiras letras, com suas respectivas filiação, idade, moradia, qualidades [cor] e desenvolvimento escolar. Haveria alguma relação entre essa retirada e o incremento de novas ilustrações, como as de Luís (Lula) Cardoso Ayres feitas a partir de arquivos públicos, eclesiásticos, particulares? Tal qual “a planta da casa nobre, do barão de Itambi, no Rio de Janeiro, reconstituída de acordo com indicações minuciosas de sua neta, a exma. Viúva Joaquim Nabuco, Dona Evelina, há pouco falecida”, cujo trabalho é caracterizado

(...) pelo esmero artístico e preocupação em ser exato com que se dedicou ao difícil trabalho de ilustrar um ensaio não só de reconstituição histórica como de interpretação sociológica, acompanhando o autor numa e noutra atitude e procurando dar vida ao material já pálido recolhido dos arquivos. Mas vida sem sacrifício de sua configuração exata (...).²³⁹

A resposta parece se encontrar nas mudanças ocorridas de uma edição para outra, relativas ao emprego de imagens e às palavras usadas pelo autor para caracterizar o uso dessas mesmas imagens. Na primeira edição, aparecem várias

²³⁷ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à segunda edição”, 1949. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951, p. 33-34.

²³⁸ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 35.

²³⁹ *Ibid.*, p. 35-36.

imagens dos assuntos tratados, fotografias e desenhos (ilustrações) da arquitetura patriarcal, seja da casa-grande, de sobrados ou de mucambos, de mulheres com trajes de época, de estilos de barbas usados pelos homens, entre outras. Quando da segunda publicação, as fotografias parecem perder espaço no texto. Enquanto as ilustrações tanto são preservadas quanto ganham maior espaço, algumas fotografias, como as dos mucambos, são retiradas, restando principalmente aquelas que reproduzem notícias, publicações de periódicos do século XIX.

Quando se publica a segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, a centenária fotografia havia surgido, em meados de um século XIX sedento de razão e de progresso, como mais uma forma de expressão de uma burguesia esclarecida, como aponta Étienne Samian: “exibição de um triunfo burguês”, ao mesmo tempo, um “cartão de visita ou retrato-carta” que tanto estabeleceu essa nova identidade social quanto a fizera circular.²⁴⁰ Com o objetivo de repensar as representações figurativas de um incipiente saber, Samian investe nas motivações que cercaram o prestígio da fotografia para a antropologia. Pertencendo à cátedra de Anatomia e História Natural do Museu de História Natural de Paris, essa condição refletia a posição de um saber que se constituiu no rastro de “um projeto de apreensão e compreensão da espécie humana”, que remontava a Georges Louis Buffon.

Na esteira desse naturalista, o incipiente saber, a partir do empreendimento de Buffon de levantar um inventário da condição humana nos seus diversos estágios evolutivos, elabora dois pressupostos: identificar as características físicas que definiam a espécie humana, cujas raças se apresentavam como variações de uma mesma espécie, e definir a questão de como seriam observadas munindo-se “de instrumentos tecnológicos capazes de oferecer o registro o mais objetivo e preciso possível dos tipos de todas as raças humanas e dos caracteres fisionômicos distintivos de cada uma delas”.²⁴¹ É nesse ponto que a fotografia passa a acompanhar os escritos dos naturalistas franceses e aparece como algo capaz de reproduzir fielmente os caracteres físicos, o que a torna mais eficaz do que o registro em forma de desenho ou gravura, como pode ser visto no jornal *La Lumière*, periódico analisado por Samian:

²⁴⁰ SAMIAN, Étienne. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860). In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2001, p. 89-126.

²⁴¹ SAMIAN, Étienne, *op. cit.*, p. 98-99.

(...) quando um zoologista faz um desenho, ele representa apenas o que ele observa no seu modelo, e, conseqüentemente, a imagem traçada pelo seu lápis traduz a ideia mais ou menos completa que ele concebeu da coisa a ser reproduzida, de tal modo que é pouco provável que a figura assim obtida mostre com clareza os caracteres que o autor não terá levado em conta (...). Mas com a fotografia a situação poderia ser outra. Pois a imagem fotográfica bem feita oferece não somente o que o autor pessoalmente viu e quis representar, mas também tudo aquilo que está realmente visível no objeto assim reproduzido. Um outro naturalista poderá desta maneira capturar dados que o outro não teria percebido e, graças à imagem, fazer verdadeiras descobertas, como teria feito observando o objeto ao natural (...).²⁴²

Nesse contexto, a fotografia aparece como objeto que poderia registrar imparcialmente as imagens com as quais os naturalistas se defrontavam nas expedições pelo novo mundo, o que não acontecia, na visão daqueles, por exemplo, com o desenho que carregava a subjetividade do desenhista como ao reproduzir tipos americanos, ou seja, “quase sempre as figuras que se encontram em suas obras são tipos europeus vestidos à americana. A arte brilha, sem dúvida, mas à custa da realidade”.²⁴³ Embora os antropólogos dissessem o contrário, Samian aponta que negligenciavam as deformações da fotografia e que a despeito de um potencial pouco explorado, permaneceu multiplicando o papel dela em registrar tipos de raças humanas, a ponto de ser usada na identificação de tipos criminosos, assassinos, loucos, enfim, tornando-se um instrumento de denúncia e acusação a serviço da prática judiciária. Essa subutilização ou utilização “superficial” da fotografia pela antropologia física, nos termos do estudioso, ao invés de redirecionar sua utilização pelas novas antropologias social e cultural, imprimia-lhe um processo que a substituiria. De Malinowski, passando por Evans E. Pritchard e Lévi-Strauss perderá um progressivo espaço cedido ao processo de “textualização dos fenômenos sócio-culturais observados”, o que essa pesquisa indicou da obra de Lévi-Strauss, restando à fotografia um espaço apenas ilustrativo, para dizer de outro modo que o antropólogo “esteve lá”.²⁴⁴

Essa trajetória da fotografia nos permite inferir que o autor de *Sobrados e Mucambos* cerrou fileira nesse desinteresse pelo objeto. Se ela foi

²⁴² LA LUMIÈRE, 1853, n. 24, p. 94-95, *apud* SAMIAN, Étienne, *op. cit.*, p. 104.

²⁴³ SERRES, Étienne. LA LUMIÈRE, 1853, [s. p.], *apud* SAMIAN, Étienne, *op. cit.*, p. 108.

²⁴⁴ SAMIAN, Étienne, *op. cit.*, p. 109-118.

usada para explorar os ideais de raça nos seus aspectos evolutivos e se o autor se predispôs a pensar nossa formação mais em termos de cultura e menos em termos de raça; antes em termos de hibridismo e acomodação do que de progresso e evolução, nada mais congruente com seu pensamento do que apagar as marcas de uma prática que foi usada para difundir concepções racistas, as quais o intelectual, aos poucos, foi suprimindo de seu texto. Por outro lado, o desprestígio da fotografia pode ser vinculado às querelas intelectuais pessoais que se misturam às contendas acadêmicas na configuração de saberes. Exemplo disso foi o imbróglio entre Freyre e Artur Ramos que, embora seja um caso restrito, ilustra o processo de constituição, no Brasil, das ciências sociais.

Segundo Simone Meucci, uma das primeiras manifestações das ciências sociais no Brasil conviveu com a existência institucional instável da UDF, ou melhor, a instabilidade da universidade produzia reflexos na constituição dessas ciências. Inicialmente abrigadas na Escola de Filosofia e Letras, possivelmente, se acreditarmos em suas palavras apontadas em *Sociologia*, teria sido Freyre quem sugeriu ao então reitor Anísio Teixeira que deslocasse as ciências sociais para a Escola de Economia e Direito. Constituídas das menções História, Geografia e Sociologia, também se devia ao autor a recomendação de que esta última disciplina agregasse dois cursos inseparáveis, os de sociologia e de antropologia, além da subdivisão da última destas em antropologia cultural e antropologia física. Meucci aponta que a menção sociologia sofreu constantes transformações em sua estrutura, ora devidas à rotatividade de reitores, e seus novos decretos, que passaram pelos instáveis quatro anos da UDF; ora a “disputas intelectuais próprias de uma área científica recentemente incorporada ao meio acadêmico brasileiro, em busca de definições”.²⁴⁵ Uma dessas disputas ocorrera entre Freyre e Artur Ramos, dois dos primeiros professores do curso de ciências sociais dessa universidade. A autora sugere que o primeiro, repetidamente afirmava sua censura a Ramos, por suas excessivas interpretações psicanalíticas e, se levarmos em conta a possível interferência do intelectual pernambucano, sugerindo mudanças a Anísio Teixeira, somada à perda de espaço da antropologia física, evidenciada na diminuição do número de aulas do primeiro para o segundo ano de existência daquela universidade, é possível inferir que esse conflito,

²⁴⁵ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, 124.

próprio à constituição das disciplinas, estaria na base dos confrontos e deslocamentos da perspectiva física para a cultural.²⁴⁶ Por exemplo, a presença e a proeminência do cultural, nas aulas de antropologia, ministradas por Freyre, dão conta do prestígio que conferia a tal perspectiva, como nestes vários temas abordados: diferenciação entre o processo cultural e o social; distinção entre traço de cultura e complexo de cultura; definição de áreas de cultura e vocabulário como forma de percepção de fatos culturais.²⁴⁷

Por outro lado, em provas de alunos que cursaram, no ano de 1940, a disciplina Etnografia, com Ramos, na Universidade Nacional de Filosofia, Meucci encontra divergências que estão na origem do conflito entre o cultural e o físico, e, por conseguinte, nas origens das ciências sociais no Brasil. O aluno Eroaldo de Araújo Góes, avaliado com nota 10, apontou em sua prova o pioneirismo de Nina Rodrigues, seguido por Ramos, no estudo do negro no país. Além disso, somado ao fato de não citar *Casa-Grande & Senzala*, esse aluno credita o caráter político e normativo ao Congresso Afro-brasileiro organizado por Freyre em 1934. De outro modo, Hélio de Alcântara Avelar foi avaliado com nota 9, após discutir algumas teses de Boas, concluindo que o pai da antropologia cultural não havia ferido de morte a validade explicativa do biótipo. Diante disso, a autora conclui que o que Ramos fez, ao legitimar o pioneirismo de Nina Rodrigues e reduzir o culturalismo de Boas, foi singularizar sua posição, prestigiando a antropologia física.²⁴⁸

Se levarmos em conta que esse debate intelectual encontra-se entre as duas primeiras edições de *Sobrados e Mucambos*, ou seja, antecede à reedição, não seria absurdo acreditar que a supressão das fotografias esteja relacionada, em meio ao debate, à singularização cultural que Freyre defendia e buscava para sua obra; em outros termos, significaria um exercício, desde já retrospectivo, intelectual, de busca de ordenamento, de organização e coerência do seu pensamento.

²⁴⁶ Simone Meucci elabora um quadro, a partir das portarias de 18\08\1936 e de 03\02\1938, respectivamente, dos reitores Afonso Pena e Alceu Amoroso Lima, no qual é possível identificar a perda de espaço da antropologia física, que passa a dividir seu espaço com a antropologia social, psicologia social e economia social, entre outras disciplinas. Na segunda portaria, é superada em número de aulas não só pela antropologia cultural, mas também pelas outras antropologias. MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 125-127.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 141.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 126.

De outro modo, esse esforço pode ser pensado em função do patamar explicativo pretendido para o livro naquele momento. As fotografias não foram todas suprimidas. Dentre as eliminadas encontravam-se as que reproduziam imagens nordeste-açucareiras, como os mucambos de palha de palmeiras, que abriam o 5º capítulo da primeira edição.²⁴⁹ A segunda publicação do texto é antecedida por uma incipiente crítica acadêmica à obra de Freyre, vinda de parte de setores da também embrionária USP, como a de Antonio Candido, o qual se refere à obra do pernambucano (*Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Nordeste*) como “o ensaio histórico-sociológico” que expressava as mesmas tendências do Modernismo “ao dar coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária (...). Outras obras completam a sua, sobretudo válida para o nordeste canavieiro”.²⁵⁰ Seria bastante compreensível, da parte de Freyre, o esforço em eliminar imagens que limitavam o alcance das explicações pretendidas, limite sentenciado por Candido.

Em seu afã de uma explicação nacional para o livro, era bem oportuno o emprego de ilustrações em prejuízo da fotografia. Diferentemente da fotografia que seria mais dispendiosa ao exigir do autor custos para reproduzir as imagens desejadas, o desenho estaria mais sujeito aos controles do autor. E isso pode ser percebido nas entrelinhas de sua afirmação a respeito do emprego das ilustrações, quando agradece a Luís (Lula) Cardoso Ayres “pelo esmero artístico e preocupação em ser exato”, o qual o acompanhou “numa e noutra atitude procurando dar vida ao material já pálido recolhido dos arquivos”, vida sem sacrificar a “configuração exata” dos documentos, finaliza Freyre. A necessidade de dizer que a reconstituição ilustrativa do material de arquivo esmerou-se na preservação da configuração exata é própria de um autor “receoso” da sua interferência. Nesse sentido, interferir significava inserir imagens mais universais do ponto de vista nacional, como cenários da arquitetura urbana menos refém de

²⁴⁹ Na primeira edição, essas fotografias aparecem logo no início do 5º capítulo, entre as páginas 160 e 161. FREYRE, Gilberto. “O Sobrado e o Mucambo”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 159-256. Essas imagens não permanecem na segunda edição. FREYRE, Gilberto. “O Sobrado e o Mucambo”. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural no Brasil*. 2. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951, p. 343-498.

²⁵⁰ CANDIDO, Antonio, *op. cit.*, p. 130.

caracteres regionais. Em “Ainda o Sobrado e o Mucambo”, um dos novos capítulos inseridos na segunda edição, aparecem imagens que retratam a arquitetura de cidades do século XIX, como o desenho de Lula Cardoso Ayres retratando sobrados patriarcais de um centro comercial.²⁵¹ Vale ressaltar a impessoalidade subjacente à indicação de sobrado patriarcal de um centro comercial, sem dizer qual é a cidade retratada na imagem, ou seja, a imagem cidadina uniformiza o cenário brasileiro do século XIX, dando-lhe uma feição nacional. E, por conseguinte, o livro incorpora a validade interpretativa com alcance nacional. Para tanto, é essa a aspiração que permeia a afirmação do autor acerca de *Sobrados e Mucambos*:

(...) vê-se pelo desdobramento desse plano de estudo ou de tentativa de estudo (...) que não está, nem nunca esteve, no nosso propósito, fazer do açúcar ou da comunidade ou da área açucareira no Brasil (...) a base única de estudo histórico-sociológico, a que nos arriscamos, do patriarcado escravocrata do Brasil. As críticas que nos tem sido feitas nesse sentido pecam pela precipitação, considerando, como consideram, um estudo ainda em começo como se fosse já a obra inteira; como se uma obra de caráter principalmente sociológico devesse ou pudesse ser julgada ou considerada do ponto de vista convencionalmente cronológico ou sistematicamente geográfico ou corográfico (...).²⁵²

Desdobramento é o termo bem apropriado para o movimento do livro. A defesa de um texto que se desdobra pode ser medida por duas ações retóricas; por um lado, alongamento do seu poder explicativo e, por outro, rebeldia aos enquadramentos. Ou seja, é de tal forma seu desenvolvimento, que inibe tentativas convencionais de julgamento. Portanto, se os movimentos, as transformações no livro não devem ser vistos, única e exclusivamente, em função dos desígnios do autor – vale lembrar o projeto nacional da editora José Olympio; ostensivamente está a serviço de um diálogo com a crítica vinda dos incipientes centros universitários paulistas e atende, ao fim e ao cabo, a uma necessidade ontológica, intrínseca ao desejo de atualidade, de permanência, enfim, de dar perenidade à obra. Neste momento da segunda edição, sua perenidade atende pela forma

²⁵¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 518-519. Nesse prefácio, Freyre indica, por meio de agradecimentos, os autores que o ajudaram na confecção de ilustrações ao livro, como o já citado Luís Cardoso Ayres e o pintor Manuel Bandeira. No entanto, no texto, há ilustrações do próprio autor, o que, de certo modo, entre outras possibilidades, nos leva a acreditar na sua intenção de ter maior controle sobre os elementos paratextuais do livro.

²⁵² *Ibid.*, p. 34.

sociológica com a qual os fenômenos sociais se apresentam. O que na primeira edição aparece timidamente como o interesse de estudo em *Sobrados e Mucambos*: “não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita [...] continua a ser a casa”, agora emerge com contornos mais definidos:

(...) O nosso intuito tem sido sempre o de retirar da história e da ecologia o bastante para o estudo sociológico (...) para a revelação e a tentativa de interpretação de situações, formas e processos patriarcais (...) de convivência ou de associação humana, no Brasil, menos afetados pelo seu conteúdo ou pela substância particular – açúcar ou café, escravo indígena ou africano, colono de origem nórdica ou moura – ou pelas circunstâncias particulares, de situação apenas físicas, ou especiais, de época ou de tempo, dos senhores, dos escravos e dos intermediários e de suas respectivas habitações e das relações deles entre si (...).²⁵³

Com essas palavras, Freyre tanto apresenta o que é caro à sua sociologia quanto aponta o que não lhe é pertinente. Um primeiro ponto a dizer, é que essa singularização reflete uma disputa de espaço, uma batalha pelo poder de dizer a melhor explicação do Brasil, talvez; diria Pierre Bourdieu, uma disputa num campo de forças pela melhor definição da realidade brasileira.²⁵⁴ Assim, os termos do autor, na citação acima, acenam para mais um debate com os críticos que cerraram fileira num esforço de deslocamento do ensaio sociológico do pernambucano. Há esforços em descaracterizar a sociologia freyreana, como Antonio Candido, ao apontar que o primeiro livro propriamente sociológico só apareceu no Brasil em 1939 com “*Assimilação e populações marginais do Brasil* de Emílio Willems”.²⁵⁵ Antes disso, de “Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia aparecia mais como ponto de vista do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica dando origem àquele gênero misto de ensaio [...]”.²⁵⁶ Esse depoimento é parte de uma iniciativa que dava os primeiros passos na década de 1940 e que na

²⁵³ *Ibid.*, p. 34.

²⁵⁴ BORDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 7-16.

²⁵⁵ Ao eger o ano de 1939 como o ano no qual apareceu, no Brasil, o primeiro livro propriamente sociológico, Candido desconsidera como tal, de uma só vez, as três primeiras obras de Freyre: *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937).

²⁵⁶ CANDIDO, Antonio, *op. cit.*, p. 136.

década seguinte refletirá, conforme Gustavo Sorá, as normas do conjunto de um campo intelectual em firme processo de autonomização e que passava a julgar os ensaios como modalidade para pensar o Brasil e as atividades não centradas na universidade e nas disciplinas especializadas como algo do passado”. Desse campo surgiram os primeiros sociólogos profissionais e brasileiros, os quais defenderiam, ao longo dos anos de 1950, que somente por meio de um conhecimento sociológico, controlado por teses, revistas especializadas, trabalhos de campo, bancas examinadoras, seria possível uma rígida Sociologia científica. E isso, conforme esses novos sociólogos, só poderia acontecer em São Paulo, conclui Sorá.²⁵⁷ Nos quadros desse campo intelectual, ao qual Sorá se refere, encontra-se Donald Pierson, professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e um dos vários “missionários” das várias missões intelectuais que desembarcaram no Brasil a partir da década de 1930. Elegemos esse intelectual porque é principalmente a ele a quem Freyre dirige respostas ao longo de *Sobrados e Mucambos*.

Entre as duas primeiras edições há mudanças no texto cuja aparência desprezível parece apagar as marcas do diálogo de Freyre com a crítica de seus pressupostos, por exemplo, as passagens a seguir: “nem mesmo as ruas como a da Praia, que chegaram a dar nome a algumas de nossas revoltas de povo da cidade contra os restos de feudalismo das casas-grandes de engenho”, ou em: “a sombra do feudalismo da casa-grande cahia em cheio sobre as cidades”,²⁵⁸ passam à segunda edição como “nem mesmo as ruas como a da Praia, que chegaram a dar nome a algumas de nossas revoltas de povo da cidade contra os restos de feudalidade das casas-grandes de engenho” e “a sombra feudal da casa-grande [...] caia em cheio sobre as cidades”.²⁵⁹ A inexpressividade semântica da supressão do termo feudalismo, realizada entre os prefácios elaborados à primeira edição, não esconde uma disputa pelo poder da melhor interpretação do Brasil. Se a supressão do termo inibe a imperatividade da afirmação da existência do feudalismo no Brasil, a substituição por termos equivalentes leva à discussão para outro patamar. É isso que o autor parece dizer, na passagem citada, acerca do que seu estudo sociológico prestigia: “revelação e a tentativa de interpretação de situações,

²⁵⁷ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p.].

²⁵⁸ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 15-19.

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 17-21.

formas e processos patriarcais”. Sua perspectiva privilegia os fenômenos nas formas e processos em que são manifestados. Os conteúdos diversos que assumem no espaço ou no tempo – “açúcar ou café, escravo indígena ou africano, são objetos que cabem a outros interpretarem, como conclui essa parte do prefácio: “circunstâncias cuja determinação incumbe antes ao ecologista ou ao historiador puro que ao sociólogo, mesmo misto ou múltiplo, isto é, alongado em historiador, antropologista ou ecologista social e não apenas em psicólogo”.²⁶⁰

Essa querela levada para a instância metodológica parece ter exigido do intelectual a elaboração de uma longa introdução ao livro, localizada logo após os dois prefácios da segunda edição. Sem querer esmiuçar os propósitos dessa introdução, o que nos importa nela é o desenrolar dessa disputa entre forma e conteúdo que percorre as quase cem páginas desse texto. É nessas páginas que Freyre dá nome aos críticos da sua defesa da existência feudal no Brasil. O autor inicia o texto lembrando que *Sobrados e Mucambos* é continuação de *Casa-Grande & Senzala*, mas um desenvolvimento antes lógico que cronológico, se é, afirma Freyre, que devemos “falar numa lógica que regule no tempo ou no espaço as ocorrências ou os processos sociais, condicionando, ao mesmo tempo, os estudos sobre essas ocorrências e esses processos”. Em nenhum de seus ensaios, afirma, os fatos são estudados a prazo fixo, a datas inflexíveis. Por exemplo, acerca do início da sociedade patriarcal no Brasil, “quem ousaria atribuir data certa e única, sem qualificar deste ou daquele modo tal começo – começo econômico ou começo político ou começo civil?” Na sua perspectiva, a sociedade patriarcal teve vários começos em espaços e datas diversas. Desenvolvimentos desiguais e contraditórios de substância do extremo norte ao extremo sul do país,

(...) a ponto dos estudiosos que, em sociologia, se orientam mais pelo conteúdo do que pela forma dos acontecimentos ou dos fatos perderem, diante dessa diversidade antes etnográfica, geográfica ou econômica que sociológica – o pastoreio, aqui, a extração de borracha, ali, o café, em São Paulo, o ouro e os diamantes, nas Minas Gerais, o açúcar, o tabaco, o algodão ou o cacau, no norte – o sentido de unicidade sociológica de forma ou de processo (...).²⁶¹

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 34.

²⁶¹ FREYRE, Gilberto. “Introdução à segunda edição (1949)”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 41-42.

É essa não observância da unicidade da forma patriarcal que mobilizaria seus críticos, preocupados com o conteúdo, em limitar a capacidade ou validade interpretativa de seus livros, restringindo-a à área Recife-Olinda ou, no máximo, entendendo-a ao Nordeste. Foi o que fez Donald Pierson, entre outros, “os bons aristarcos” que, segundo Freyre, se dessem ao trabalho de o acompanhar desde os seus primeiros trabalhos em suas viagens pelo Brasil moderariam suas críticas pelas quais “nos acusam de conhecer apenas o nordeste agrário”.²⁶²

Enfim, Freyre parece não ter medido forças para enfrentar a regionalização da sua obra. E isso pode estar por trás da elaboração de um compêndio sociológico: o livro *Sociologia*, publicado em 1945, escrito entre as duas primeiras edições de *Sobrados e Mucambos*. No compêndio, estabelece distinções entre a sociologia que pratica e várias outras áreas do saber, dentre as quais a história, a economia, a psicologia e o direito. Enquanto estas “procuram isolar aspectos ou conteúdos especiais como o econômico, o legal ou o cultural”, o que interessa à Sociologia e ao sociólogo são “os aspectos funcionais, dinâmicos, recorrentes: o processo, os processos, as formas sociais, a organização e a desorganização social”. Mais uma vez aparece a distinção entre conteúdo e forma e a opção analítica do autor pela forma: “o conteúdo – numa imagem imprecisa – seria antes a carne e as vísceras que os ossos, ou a estrutura óssea do conjunto social. A parte mais plástica e precívél”, ao passo que “as formas sociais, meios de expressão dos processos e das funções sociais se exprimiria menos individualmente, menos plasticamente e menos precívelmente”.²⁶³

Há nessa distinção, mais do que um contorno da sociologia que Freyre diz praticar. Por trás do sentido “imperecível”, da “estrutura óssea” da perspectiva sociológica, parece existir a tentativa de dar à sua obra um caráter permanente, perene, uma busca do universal, a partir do qual a validade interpretativa de seu texto estará acima de qualquer questionamento. É esse universal que delimitaremos a seguir, na nova fase que o autor assumirá para o livro.

²⁶² *Ibid.*, p. 68-73.

²⁶³ FREYRE, Gilberto. *Sociologia*: introdução ao estudo dos seus princípios. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967, p. 207-208.

2.5 – Prefácio à terceira edição: ainda o movimento do livro ou os primeiros passos em direção ao universal

Passados dez anos da última edição, a terceira publicação de *Sobrados e Mucambos* aparece no ano de 1961 em dois tomos. Nela o autor insere, como na anterior, um breve prefácio. Doravante, o que será característico é a inserção do texto em uma discussão distinta das anteriores, movimentando-o em direção a questões universais, sem prescindir do nacional. Para sermos mais precisos, naquele momento Freyre dava os primeiros passos em busca de universalidade para a obra. O primeiro ponto nessa direção é a referência ao livro como “de leitura difícil”, mas que “continua a ser honrado por brasileiros e estrangeiros”, cuja publicação em língua inglesa “aparecerá em breve”.²⁶⁴ Há nos dois pontos dessa afirmação, o caráter e a performance internacional, uma atitude profética do autor em relação à obra; aliás, as projeções sobre o texto são acompanhadas pelas profecias acerca de novas formas de relações entre os homens. A partir desse momento, o livro é impulsionado por duas ações cujo fim converge para um novo perfil da obra. A primeira delas é investir na publicidade da forma de sua escrita, daí aludir à leitura difícil, investimento precoce e incipiente, nesse prefácio à terceira edição, o qual polarizará todo o prefácio escrito à sexta edição – o próximo e último escrito em vida pelo pernambucano. Por outro lado, a segunda das ações, ao anunciar a primeira publicação estrangeira do livro – a qual será editada em 1963, pela Alfred Knopf de Nova Iorque, Freyre antecipa em dois anos a fase internacional dessa obra e a insere em um novo patamar de discussão, atualizando e associando-a a questões humanas universais. Mas, antes disso, é preciso apontar como o autor imprime esse movimento.

Sobrados e Mucambos é apresentado como “empenho de evocar-se do passado de um povo – o brasileiro – através dos seus estilos de residência, constantes de existência e normas de coexistência que ainda hoje parecem agir sobre a vida e o caráter do mesmo povo”.²⁶⁵ Se entendermos por *evocar* que o termo quer dizer, como aponta o Houaiss, “tornar (algo) presente pelo exercício

²⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado e desenvolvimento do Urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961, p. XIII.

²⁶⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1961, p. XIII.

da memória e\ ou da imaginação”²⁶⁶, o emprego do verbo é bem apropriado à pretensão de fazer do livro um monumento em defesa da preservação de valores tradicionais da nossa sociedade patriarcal. Se por *monumento* entendermos que o termo do latim quer dizer “trazer à memória, à lembrança”²⁶⁷ e se associarmos a essa etimologia o que Walter Benjamin propõe para *aura* como “uma figura singular composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”, algo como o que respiramos ao observarmos em repouso, “numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós”,²⁶⁸ logo compreenderemos o que Freyre quer para seu livro: ao lermos reconheceremos nele o “ar” que dá vida à essência do povo brasileiro. Ou seja, se o texto evoca de um povo seus estilos, constantes e normas de existência que persistem sobre o brasileiro, os quais ainda fazem frente, como indica o autor, a “imposições modernas de economia e de técnica” pelos apegos “a tradições peculiares a sua formação, patriarcal, é certo, mas também democrática”, podemos inferir a monumentalidade da obra. Isso se deve ao fato de, logo em seguida, o autor lembrar que aqueles apegos “não podem ser de todo esquecidos pelos reformadores sociais e estéticos de hoje, sem o risco de realizarem reformas de todo precárias ou apenas de superfície”.²⁶⁹

Enquanto essa primeira parte do prefácio presta-se ao louvor de uma espécie de função social do livro, a segunda assume uma atitude mais técnica ao inseri-lo em uma discussão nacional acerca de como se deu a colonização do Brasil e, por implicação, qual organização social teve papel determinante na formação da sociedade brasileira. Nesse ponto, para Freyre, a família patriarcal foi a base de nossa “unidade civilizadora; o principal fator econômico; a base de uma expansão que o Estado só fez sancionar ou confirmar”. Ao eleger a “família sociologicamente cristocêntrica” como centro dinamizador de algo que caracteriza como “civilização brasileira”, o autor se localiza como ponto antípoda de autores como Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira, Nélon Werneck Sodré, conforme suas palavras, “os mais destacados intérpretes marxistas da formação brasileira”

²⁶⁶ HOUAISS, Antônio, *op. cit.*, p. 1278.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 1957.

²⁶⁸ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 170.

²⁶⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1961, p. XIII.

que produziram “ensaios valiosos sobre o assunto” e de “historiadores-sociólogos” como Raimundo Faoro, cuja divergência, medida pelo ângulo “ideológico”, diz respeito à eleição do Estado como fator decisivo na nossa formação social e à negação de “qualidades feudais” à família patriarcal brasileira.²⁷⁰

Nessa parte do prefácio, quando o autor apresenta esse painel acerca da colonização do Brasil, embora ausências sejam sentidas,²⁷¹ resume em dois parágrafos o que a historiografia a respeito do assunto colocará como uma reflexão ensaística, cuja busca do sentido da colonização demorou encontrar equivalentes monográficos a respeito de tal tema, presença e ausência marcados pelo peso da herança colonial.²⁷² Conforme Laura de Mello e Souza, a reflexão em torno da administração portuguesa no Brasil reproduziu a dificuldade de “separar uma produção historiográfica do tempo no qual ocorreu”. Tanto a presença de ensaios quanto a ausência de trabalhos com cortes e limites mais específicos foi marcada pela sombra, numa alusão ao título do livro da autora, de

²⁷⁰ *Ibid.*, p. XIII.

²⁷¹ Nessa busca de atualizar o livro, o autor “deixa para trás” intelectuais com os quais sua obra já discutira, como Sérgio Buarque de Holanda. O que nos parece é que esse esforço de permanência exigia novos diálogos, sem nos esquecermos, é claro, de que os autores promovem apagamentos de outros em seus livros, em função de motivos vários. Referimos-nos ao processo de ofuscamento que S. B. de Holanda imprimiu a Freyre em *Raízes do Brasil*, seu mais lembrado livro. Fernando Nicolazzi nos informa acerca de uma proximidade entre os dois intelectuais, que pode ser vista por uma amizade que remontava à década de 1920. Foram colegas de docência na UDF, momento em que Freyre apresentava *Raízes do Brasil* como primeiro volume da Coleção Documentos Brasileiros, em 1936. Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre agradece a Holanda pela tradução de textos do alemão. No entanto, acompanhando a história das edições *Raízes do Brasil*, Fernando Nicolazzi identifica um processo de apagamento do autor pernambucano dessa obra. Se na primeira edição são notáveis aproximações entre as teses dos autores, como a plasticidade social dos portugueses indicada em *Casa-Grande & Senzala* encontra correspondência no livro de Holanda, inclusive citando Freyre na sugestão da ausência de orgulho de raça neles. Na edição definitiva, a passagem permanece, sendo retirada a referência ao livro do pernambucano. Também desaparece da edição original a menção a esse texto como o estudo mais sério e mais completo sobre a formação do Brasil. Em contrapartida, como indica Nicolazzi, S. B. de Holanda é uma das ausências mais sentidas em *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Ensaios sobre o autor de Casa-Grande & senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil*, embora o intelectual paulista já gozasse, naquele momento, de grande reputação como historiador. Logo Holanda, a quem Freyre se referia, em meados da década de 1930, como “uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só por desejo como a capacidade de analisar, o gesto de interpretar a alegria intelectual de esclarecer”. Para a recepção da obra de Freyre, ver: NICOLAZZI, Fernando. “Recepção de *Casa-grande & senzala* nos trópicos”. In: NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 35-75. Quanto à indicação de agradecimento a S. B. Holanda, por ajuda na tradução de texto em alemão, ver: FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1933, p. XLI. Quanto ao elogio de Freyre a S. B. de Holanda, ver: FREYRE, Gilberto. “Introdução a Documentos Brasileiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936, p. V.

²⁷² SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 27-77.

uma metrópole, na maioria das vezes vista como opressora, iníqua, incompetente e responsabilizada por nossos vícios e equívocos, cujo ranço colonial ainda se fazia sentir “em discussões intermináveis sobre a dor e o azar de ter feito parte do império português”.²⁷³ No que diz respeito aos ensaios, sem, contudo, entrar no mérito da teoria da centralização do poder, em Faoro; do caos da administração portuguesa em Prado Júnior; da análise comparativa entre a metrópole espanhola e a portuguesa e concluindo Sérgio Buarque de Holanda para a imprevidência desta; ou, mais ainda, da visão otimista e única não ressentida da colonização portuguesa, em Freyre, o que nos importa apontar, primeiramente, é a oxigenação, um novo fôlego que dá a *Sobrados e Mucambos* em âmbito nacional e daí dar-lhe condições para que ultrapasse esse limite.²⁷⁴

O primeiro passo nesse sentido pode ser percebido no tratamento respeitoso visto na avaliação dos ensaios daqueles autores marxistas, na medida em que a divergência aparece subjacente a distintos pontos de vista (ideológico, para Freyre) acerca do assunto, cuja proposta do autor é dar proeminência à família no que ela apresenta em sua forma patriarcal (perspectiva que discutimos na análise do prefácio anterior), sem negar os conteúdos “regionais diversos” assumidos, como faz questão de ressaltar, que tal organização social foi

(...) açucareira em certas áreas (...) foi mineira, em outras (...) Expandiu-se com o bandeirante (...) tornou-se pastoril no Rio Grande do Sul. Entregou-se à indústria extrativa na área amazônica. Mas, quase sempre – até na selva amazônica – dentro da constante familialista. Quase sempre dentro de um afã de estabilidade familiar que, afirmando-se em casas-grandes rurais, culminou em sobrados entre rurais e urbanos, mas sempre patriarcais (...).²⁷⁵

Assim, ao levar a discussão para o plano da divergência ideológica, ele tanto autoriza as perspectivas divergentes da sua quanto se atualiza se levarmos em conta que dialoga com as outras. Mas, não nos apressemos em dizer

²⁷³ SOUZA, Laura de Mello e, *op. cit.*, p. 28-40.

²⁷⁴ Quanto aos três primeiros autores e suas perspectivas em relação à colonização portuguesa, faço referências direta a seus textos, respectivamente, *Os donos do Poder* (1959); *Formação do Brasil contemporâneo* (1942); *Raízes do Brasil* (1936). No que cabe a Freyre, refiro-me a interpretações de sua obra, como por exemplo, em SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (Orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 101-117.

²⁷⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1961, p. XIII-XIV.

que se satisfaz apenas com a atualidade nacional do livro. Ao eleger a família como o fator dinamizador da nossa formação social, seja ela canavieira, mineira, bandeirante, pastoril ou amazônica, e ao apontar o seu “afã de estabilidade”, subtrai dela um elemento com um “senso mais ou menos ‘grave’ de ordem”: o brasileiro, nos termos do autor,

(...) um ser ideal para sôbre a constante familialista de seu comportamento desenvolver-se uma civilização que ao sentido telúrico e ao afã progressivo, tanto no espaço como no tempo, junte a tendência para a transferência dos espaços civilizados para os agrestes, de valores inseparáveis de organização da família como unidade civilizada e civilizadora (...) civilizadora, mas estabilizadora (...).²⁷⁶

Quando assina esse prefácio, Freyre traz consigo preocupações relativas ao destino da humanidade em um século de experiências revolucionárias que, de um modo ou de outro, seja pela revolução industrial e seu imperialismo, seja pelo Iluminismo em sua crença na razão e no progresso, seja pela contra-revolução russa e sua ditadura do proletariado, alertaram para a mobilização de esforços no sentido de uma busca de novos valores sociais que redirecionassem o caminho da humanidade. Em outros termos e pensando o prefácio como uma resposta aos acontecimentos contemporâneos à escrita, como instrumento de contínua atualização dos conteúdos do livro, Sandra G. T. Vasconcelos afirma que as preocupações de Freyre aludem a um diálogo que passa pela convicção que atravessou os anos 1950 de que os ventos da história sopravam em direção à esquerda, pela vitória da Revolução Cubana, em 1959, e pelos acontecimentos em curso no país que, em outubro de 1960, havia elegido Jânio e Jango, uma esdrúxula combinação de populismo e o que se acreditava ser a encarnação da república sindicalista.²⁷⁷

Atento aos “ventos da história”, como veremos, a seguir, na sua posição frente à revolução marxista, e receoso do rumo desses ventos, Freyre oportunizaria suas ideias apresentando ao mundo seu projeto de civilização: rurbanidade. Sob tal projeto estava o brasileiro, ninguém melhor para um mundo

²⁷⁶ *Ibid.*, p. XIV.

²⁷⁷ VASCONCELOS, Sandra G. T. “O que se diz no princípio”: uma leitura dos prefácios”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 182-183.

aterrorizado com revoluções, do que um ser com senso de ordem, afeito à estabilidade, diria o autor. Sobre esse ser vai dizer que “animado por essa constante de comportamento é um predisposto à rurbanidade, isto é, um misto de urbano e rural, de desenvolvimento e de estabilização, de ordem e de progresso, em sua existência ideal”.²⁷⁸

De seu ponto de vista não seria ambiciosa tal pretensão, afinal de contas quando publica a terceira edição de *Sobrados e Mucambos* traz a experiência de quase duas décadas em eventos internacionais, sejam políticos ou acadêmicos. Como indica Marcos Chor Maio,²⁷⁹ o autor fora um dos oito intelectuais, entre os quais estavam Max Horkheimer, George Gurvitch, Gordon Allport, conferencistas que participaram do fórum *Tensions that cause wars* (...) patrocinado pela UNESCO em 1948, em cujo evento destacou “a importância da América Latina como uma região que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais”.²⁸⁰ Conforme Maio, logo após esse encontro internacional foi aventada a possibilidade do intelectual brasileiro assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, convite feito pelo coordenador do evento, Hadley Cantril, com a anuência do staff da organização internacional, o qual via Freyre como o mais conhecido sociólogo brasileiro.²⁸¹ O autor recusara o convite, segundo Maio, por causa do seu envolvimento, enquanto deputado federal pela UDN, em projeto de sua autoria que visava a criação do Instituto Joaquim Nabuco, mas voltaria a participar de outro evento organizado em Florença (Itália) por aquela organização internacional no ano de 1950. Nessa conferência, deu publicidade ao interesse político-científico da UNESCO pelo Brasil, assim como asseverou que a nossa ‘rara cordialidade’ nas relações raciais

²⁷⁸ *Ibid.*, p. XIV.

²⁷⁹ Nesse artigo, em linhas gerais, Maio aponta o papel de Freyre na escolha do Brasil e na incorporação tardia da cidade de Recife no projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. No início dos de 1950, a UNESCO incentivou pesquisas sobre relações sociais no Brasil que explorassem a sociabilidade positiva do país, focalizando experiências sociais que destoassem dos exemplos racistas que a humanidade havia há pouco passado, como a do nazismo. MAIO, Marcos Chor. “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 11(1), maio de 1999, p. 111-136.

²⁸⁰ Internationalising social science. In: Cantril H. (ed.). *Tensions that cause wars*. Urbana, University of Illinois Press, *apud* MAIO, Marcos Chor, *op. cit.*, p. 114.

²⁸¹ Sobre o convite a Freyre: Carta de Hadley Cantril a Gilberto Freyre, 13/08/1948, arquivo do Instituto Gilberto Freyre (atual Fundação Gilberto Freyre). Sobre o reconhecimento acerca do autor: METRAUX, Alfred & COELHO, Ruy. “Suggestions for research on races relations in Brazil”, p. 10. In: *Race Questions & Protection of Minorities*, UNESCO Archives, *apud* MAIO, Marcos Chor, *op. cit.* p. 113-114 e notas 1 e 2, p. 129-130.

remontava à herança lusitana. Antes mesmo dessa notoriedade política, a performance sociológica do intelectual pernambucano tornava-se manifesta por outros meios, ora diretamente, pelas palestras que realizara em instituições acadêmicas e publicações estrangeiras de seus livros; ora indiretamente, por leituras que autores estrangeiros faziam de seus textos. Por exemplo, a série de conferências que realizara na Universidade de Indiana, nos EUA, no ano de 1945, resultara no livro *Brazil: an interpretation*, obra, conforme Maio, que teria “influenciado” o trabalho *Slave and citizen: the negro in the Americas* de Frank Tannenbaum, cujo estudo comparativo entre a experiência escravocrata ibérica e a norte-americana identificaria traços positivos na variante europeia.²⁸²

No mesmo ano de 1945, Freyre escreveria o prefácio à primeira edição norte-americana de *Casa-Grande & Senzala*, no qual interpreta o Brasil como uma espécie de anti-Alemanha nazista, na medida em que “ao aceitarmos tal interpretação da história do Brasil como uma marcha em direção à democracia social, (...) somos incapazes de conceber uma sociedade com tendências mais opostas às da visão de mundo germânica”.²⁸³

²⁸² *Ibid.*, p.114.

²⁸³ FREYRE, Gilberto. *The masters and slaves*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1946, p. XIV, *apud* MAIO, Marcos Chor, *op. cit.*, p. 113-114. Esse prefácio à primeira edição americana de *Casa-Grande & Senzala* foi reproduzido, em inglês, pela Biblioteca Virtual Gilberto Freyre. Nesse prefácio, em linhas gerais, Freyre retoma suas ideias centrais da primeira edição brasileira, tais como a diferença entre caracteres de raça e de cultura sob a qual está assenta sua perspectiva, influenciada por seus estudos com Franz Boas. Além disso, no que diz respeito às relações sociais, o autor aponta como foram condicionadas pelo sistema de produção econômica baseado no latifúndio-monocultura e pela escassez de mulheres brancas entre os conquistadores, o que teria permitido a grande miscigenação, a qual segundo Freyre, diminuiria as distâncias sociais entre senhores e escravos. Na verdade, em conjunto, o prefácio é uma reedição quase literal do prefácio da edição brasileira de *Casa-Grande & Senzala*, salvo alguns acréscimos bem oportunos. No entanto, nesse texto, não foi identificada a passagem citada por Maio. De todo modo, há evidências que corroboram a passagem citada e que, de certo modo, validam a citação de Maio, como na passagem na qual Freyre se refere ao patriarcalismo português, instituído no Brasil e representado pela casa-grande, como um sistema plástico cuja expressão faz frente à imposição imperialista de raça. Outra evidência da repercussão da obra do autor como um emblema nas mobilizações anti-racistas pode ser vista na introdução de David H.P. Maybury-Lewis escrita à reedição de *Casa-Grande & Senzala* nos Estados Unidos da América, em 1986. Maybury-Lewis refere-se a uma ironia da história ocorrida em 1933. No mesmo ano em que Hitler assumia o poder na Alemanha, num momento em que “as teorias racistas e certamente a prática racista pareciam estar em ascensão na Europa”, publicava-se no Brasil um livro não unanimemente aclamado, mas com algumas teses rapidamente aceitas como a de que “nenhum dano social poderia advir da mistura de raças”. Assim, “o Brasil não precisava mais se envergonhar de seu passado colonial e o livro de Freyre fez com que os brasileiros começassem a pensar que poderiam ter algo de que se orgulhar e não de se envergonhar com relação à sua história”. MAYBURY-LEWIS. David H.P. “Introdução”. In: FREYRE, Gilberto. *The masters and the slaves: a study in the development of brazilian civilization*. Trad. Samuel Putnam. New York: Alfred A. Knopf, 1986, [s. p.]; texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre (bvgf.fgf.org.br/obra/livros/prefacios). Quanto ao prefácio em que Freyre se refere ao sistema plástico dos portugueses, ver: FREYRE,

É com a autoridade de quem teria revelado o exemplo do Brasil para o mundo que Freyre assina essa edição de *Sobrados e Mucambos*.²⁸⁴ É ela que parece permitir a forja de um povo cuja forma de existência social é o modelo ideal para o enfrentamento das transformações sociais com as quais os homens se defrontam em meados do século XX. Viajando pelo mundo ocidental (Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Inglaterra) e pelo Brasil (Brasília e Goiânia), o autor depara-se com problemas resultantes da crescente automatização das cidades, cujos reflexos podem ser sentidos por uma sociologia da arquitetura, na qual alerta que a automatização estimulou habitações coletivas segregacionistas que já não fazem mais sentido. Para Freyre, a automatização é a revolução do século XX, cuja importância faz das congêneres revolução industrial e a revolução social proposta por Marx “brinquedo[s] sociológico[s]”.²⁸⁵ Em sua concepção, “pela automatização, o homem se libertará tanto do que na civilização é burguesismo como do que nela pretende ser trabalhismo estreitamente antiburguês no sentido da glorificação de um elemento de civilização – o trabalhador”.

As palavras de Freyre parecem denunciar que a automatização era um processo inevitável, para sermos mais precisos, irreversível. Diante dessa irreversibilidade, coube a ele inserir-se na discussão. Nesse ponto, a primeira ação é desmerecer as revoluções que de forma oposta nos deram exemplos do emprego da automatização do homem. Para o autor, a humanidade estaria a caminho de uma revolução, mas não era a de “um mundo socialmente novo à moda marxista – solução já sem sentido”.

Assim, profeticamente aponta que dentro de uma civilização automatizada desaparecerá, “segundo os melhores indícios sociológicos, o atual antagonismo capitalista-trabalhador para se estabelecerem novas formas de

Gilberto. *The masters and slaves*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1946, [s. p.], texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre (bvfgf.fgf.org.br\obra\livros\prefácios).

²⁸⁴ Nessa história do livro nos prefácios, cabe lembrar que no esforço do autor de apresentar seus livros como uma interpretação da história de um povo cujas formas de existência com tendências a uma “democracia social” encontravam-se no extremo oposto à Alemanha nazista, Freyre preocupava-se em eliminar de seus textos qualquer indício que pudesse contradizer tal manifestação. Até mesmo na supressão de termos que lembravam tal país, como ao suprimir, da primeira para a segunda edição, o termo “alemão” da referência a Gustav Schmoller, substituindo-o pelo termo “europeu”. No prefácio à primeira consta: “E não é sem razão, segundo o sociólogo alemão, que em história econômica se faz da “economia da casa” o fim da barbaria e o começo de uma cultura mais alta”(FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 22). No entanto, na reedição do prefácio aparece: “E não é sem razão, segundo o sociólogo europeu, que em história econômica se faz da economia da casa o fim da barbárie e o começo de uma cultura mais alta” (FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 23).

²⁸⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1961, p. XV-XVI.

relações entre os homens”. É à falta de observância dessas novas possibilidades que o autor credita a persistência da proeminência da construção de habitações coletivas, cuja natureza segregacionista ainda está voltada para o trabalho e não para o lazer, para o qual, segundo Freyre, deveriam ser direcionados os esforços dessa nova humanidade. Em seus termos, com a crescente automatização, a tendência seria o quase desaparecimento do proletariado, restando apenas um trabalho leve para um número insignificante de proletários e ainda leve comparado ao antigo trabalho. Daí ser equivocada, para ele, a construção de habitações coletivas para abrigar um tipo de trabalhador que quase não mais existirá.

O problema central para o homem das sociedades em crescente automatização, “o maior desafio à sua inteligência, ao seu gênio, à sua ciência, à sua arte, à sua técnica, não será o da organização do trabalho, mas o da organização do lazer”. Um lazer, como receita Freyre, que respeite “uma variedade de aptidões, de inclinações, de preferências, combinando-se o gosto pessoal de cada um com as conveniências do todo social no sentido de uma música, de uma arte, de uma devoção religiosa, de estudos, de experimentos, de especulações, dos quais participe cada um conforme sua capacidade”.²⁸⁶

Em suas viagens pelas modernas capitais brasileiras, como Goiânia e Brasília, o autor identificou os arranha-céus dessas cidades como habitações, “nem sempre boas ampliações ecológicas de sobrados já funcionalmente brasileiros”, que foram construídas atendendo a um “social que se volta ainda para um coletivismo ou para um trabalhismo já em processo de ser superado por novas formas de solidarismo e por novas formas de relações do homem não só com o meio físico, porém com o meio social”. Para o pernambucano, o problema daquele tipo de arquitetura é o seu caráter “indistintamente moderno” inapropriado para o sertão brasileiro. Naquele momento de transição, da organização do trabalho para a do lazer, precisaríamos levar para o sertão habitações mais apropriadas como os sobrados que são habitações “especificamente brasileiras”. Nesse ponto, em mais um momento freyreano de modelos ideais, o que nos parece é que o sobrado se constitui em mais um daqueles elementos mestiços de sua obra, acomodáticos, que guardam um pouco

²⁸⁶ *Ibid.*, p. XVI.

de um movimento do Brasil no tempo e no espaço, do passado ao presente, do rural ao urbano. É a característica da transição, um pé no passado e outro no presente, um pouco do Brasil rural e do Brasil urbano, que habilita o sobrado à condição de modelo ideal para as habitações da “paisagem brasileira do interior”. Tais habitações devem se constituir em sobrados de “moderno tipo que seja a aliança técnica e artística, sociológica e psicológica, da tradição com a modernidade, e, no caso de cidades como Brasília com Goiânia, da modernidade com o sertão brasileiro”.²⁸⁷

Ao final de todas essas questões do prefácio à terceira edição, observamos que a performance do livro é revigorada por sua inserção, bem à maneira do autor, numa relação entre passado e presente exemplificada entre dois pólos, ou seja, entre o texto enquanto monumento e o discurso do texto por uma linguagem atual, moderna. Além disso, no que diz respeito à linguagem, em que pese manifestar sua divergência com os autores marxistas brasileiros e sua descrença numa revolução social à moda marxista, participa da discussão utilizando vocabulário que nos parece próprio ao linguajar do materialismo histórico. Capitalista, trabalhador, trabalho, operário, operariado, revolução, ditadura do proletariado são os termos mais recorrentes no prefácio. Nada tão oportuno às pretensões do autor em atualizar o livro do que dialogar com a crítica a partir dos pressupostos dela. Por último, vale ressaltar que o movimento do livro tanto passa pelos autores brasileiros bem rapidamente – são pontes para uma discussão maior, como se a obra encarnasse algo mais complexo – quanto não há menção ao texto similar às anteriores. É um ensaio de natureza nova. Assume uma leitura difícil, eleva-se a monumento de um povo, evoca valores, assume, nos termos de Gumbrecht, uma relação de presença ao “trazer para diante” constantes, valores de um povo, ou seja, o texto estabelece uma produção de presença entre duas experiências sem mediação, um processo por meio do qual um objeto distante no tempo e no espaço se tornava presente.²⁸⁸

²⁸⁷ *Ibid.*, p. XVI-XVII.

²⁸⁸ GUMBRECHT, Hans Ulrich, *op. cit.* p. 13-52.

2. 6 – Prefácio à sexta edição: o livro e a deferência universal

Ao assinar esse prefácio em 1980, Freyre retorna a seu livro depois de duas décadas. Sua ausência na quarta e quinta edições, publicadas respectivamente em 1968 e 1977, parece suprida pela publicidade, nas capas e orelhas dessas edições, dos vários prêmios e títulos honoríficos recebidos pelo intelectual em universidades nacionais, sobretudo em instituições estrangeiras renomadas. Segundo Lawrence Hallewell, a prática de incorporar às orelhas e às capas do texto apreciações críticas foi uma inovação de José Olympio, embora seja disputada pela Editora Civilização Brasileira.²⁸⁹ Nesse ponto, sem entrar no mérito da estratégia comercial da editora, o que nos cabe assinalar rapidamente acerca da quarta e quinta edições é a coincidência entre a ausência do autor por meio de prefácios e a presença a qual remonta a publicidade dos títulos recebidos pelo intelectual.²⁹⁰

Freyre inicia o paratexto à sexta edição discutindo o porquê das muitas edições de *Casa-Grande & Senzala* comparadas às edições de *Sobrados e Mucambos*, associando isso ao carisma do primeiro livro, embora o perceba somente como texto germinal e como tal pode ser sentido no restante de sua obra.²⁹¹ Após dar publicidade ao prestígio que editores estrangeiros dão à publicação em conjunto de sua trilogia, o autor retoma o porquê da linguagem difícil em *Sobrados e Mucambos* (“não me falta à consciência que escrevo num português mais aparentemente do que realmente simples”), apenas aludido no prefácio à terceira e nesse momento podendo ser visto como o substrato em que está ancorado o patamar explicativo, querendo dizer definitivo, ao qual o livro é alçado. “Os muitos africanismos, amerindianismos, plebeísmos” de sua linguagem mista devem-se ao passado do autor filho de pai “versadíssimo na língua

²⁸⁹ HALLEWELL, Laurence, *op. cit.*, p. 363.

²⁹⁰ Quanto à publicidade dos títulos recebidos por Freyre, na quarta edição são lembrados: o prêmio Aspen do Instituto Aspen dos Estados Unidos, concedido ao autor em 30 de Junho de 1967, por comissão presidida por Lord Franks da Universidade Oxford e os títulos de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Paris I (Sorbonne) e pela Universidade de Sussex na Inglaterra, respectivamente concedidos em 1965 e 1966. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado e desenvolvimento do Urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968. Essas informações podem ser confirmadas na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, no site da Fundação Gilberto Freyre.

²⁹¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados; Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981, p. XXX.

portuguesa, como na latina: latinista. Leitor de Horácio e de Virgílio por prazer. Capaz de redigir e de conversar em latim. E que ao português e ao latim estudado pelos filhos em colégios (...) acrescentou o aperfeiçoado com ele, à mesa do café ou do almoço ou do jantar”.²⁹²

Somada a esse conteúdo aristocrático de sua formação, o autor apresenta a outra parte que o completa, que equilibra sua essência de intelectual, diria ele, ou seja, a de uma “meninice de neto de gente, além de patriarcal, rural, com sobreviventes, na convivência doméstica ou familiar, de escravos ou de servos nascidos nos dias da escravidão: o último deles, o velho Manuel Santana, que meus filhos cresceram considerando-o avô”. Também, ainda na meninice, cresceu “ouvindo histórias da negrinha Isabel e aprendendo palavões com o malungo Severino e ouvindo da velha negra Felicidade, outrora escrava de minha avó materna e por nós, meninos, como por minha mãe, chamada Dadade, suas experiências dos dias antigos”. Experiências de afronegros que, embora “católicos devotos, de ouvirem missas ajoelhados e de se confessarem, sabiam restos de falas africanas, e, quando a sós, com os iôiozinhos, gostavam de lhes falar de Iemanjás e Exus, por eles, afronegros, assimilados às crenças católicas, tanto quanto de Carlos Magno, de princesas louras e de mouras encantadas”.²⁹³

Como vimos, está estabelecida a equação por meio da qual Freyre elevará *Sobrados e Mucambos* a *status* de literatura universal, posição que o texto adquire tornando-se uma espécie de propriedade comum da humanidade, no sentido da *Weltliteratur* de Johann Wolfgang von Goethe, como uma manifestação do que há de comum entre as diferentes culturas.²⁹⁴ Nesse ponto, vale lembrar que o livro de Freyre, na perspectiva do autor, manifesta uma linguagem para a qual convergem diferentes culturas. Indo mais além, nesse momento não separando criador da criatura, sua própria constituição intelectual é contornada pela interseção daqueles elementos que foram se encontrar em sua casa. O ambiente sócio-afetivo da casa patriarcal do pernambucano parece compor um tanto da humanidade. Nesse sentido, o autor encarnaria a própria humanidade na sua quase totalidade, na medida em que é portador de amerindianismos, africanismos e plebeísmos.

²⁹² FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1981, p. XXX.

²⁹³ *Ibid.*, p. XXX.

²⁹⁴ KESTLER, Izabel Maria Furtado. “O conceito de Literatura Universal em Goethe”. São Paulo: *Cult*, v. 130, p. 46-49, 2008.

É nessa perspectiva que está envolvida a essência de *Sobrados e Mucambos*, como em suas palavras a respeito da recepção da obra no exterior e no Brasil: “o impacto de *Sobrados e Mucambos* (...) tem sido considerável sobre a crítica mais idônea da Europa e dos Estados Unidos”, como a de Frank Tannenbaum, na época professor de Colúmbia, o qual percebia o livro “como ciência alongada em filosofia social” e não só “sociologia, história social, antropologia, psicologia social”. Ainda “intuição bergsoniana, poesia, arte, quer por uma expressão literária, na qual o mestre de Colúmbia encontra semelhanças com a de Proust, porém mais vigorosa e mais vívida”, quer como “linguagem de uma fluência de água após tempestade”. Além disso, a condição de propriedade comum de várias instâncias do saber (“servindo-se dele, os mestres universitários, em cursos de pós-graduação de ciência social ou de antropologia; ou de história, ou de literatura ou recomenda-o a seus alunos”) soma-se à apropriação que vários povos vêm fazendo do livro, por meio de “outros Tannenbauns, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Espanha, na Itália”, além da “Polônia onde aparecerá após anunciada edição de *Casa-grande & senzala*”.²⁹⁵

Em território brasileiro, Freyre, bem à sua maneira, escolheu com cuidado e coerente com o novo patamar eleito para a obra, os depoimentos a respeito dela. Primeiro, quem aparece avaliando-a é Otto Maria Carpeaux, colocado pelo autor como “crítico literário e de ideias”, perfil intelectual e competência condizentes com as pretensões freyreanas para seu texto, as quais encontram correspondência nas palavras de Carpeaux que colheu das páginas de *Sobrados e Mucambos* acerca de jovens ingleses sepultados em cemitérios brasileiros “exemplos de prosa literária em língua portuguesa”.²⁹⁶ O segundo depoimento apresentado é de Roberto Mota, na época pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, para quem o livro “está entre o que de mais esclarecedor se tem escrito sobre o que foi toda uma larga mudança de ritmo nos estilos de cultura e nas formas de convivência entre os brasileiros”.²⁹⁷ Esse pesquisador é filho de

²⁹⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1981, p. XXXI.

²⁹⁶ Em vários depoimentos, Otto Maria Carpeaux, austríaco de nascimento, aparece como um dos principais críticos literários brasileiros, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Alceu Amoroso Lima, entre outros. Em outros depoimentos, Carpeaux aparece como historiador das ideias, intelectual versado em filosofia, política, história, literatura, estética. Sobre os depoimentos, ver: MACIEL, Pedro. “O Historiador das Idéias”. São Paulo: *Digestivo Cultural*, 11\11\2002, [s. p.]. Ver também: AUGUSTO, Sérgio. “O melhor presente que a Áustria nos deu”. São Paulo: *Digestivo Cultural*, 23\09\2002, [s. p.].

²⁹⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1981, p. XXXI.

Mauro Mota, presidente dessa fundação entre 1956-1970, cuja administração dera novos rumos aos destinos da incipiente instituição, aliando conhecimento técnico, burocrático, amizades no governo federal e principalmente realizando algo que seus antecessores não vinham realizando, que era a total subordinação do instituto aos desejos de Gilberto Freyre.²⁹⁸

Diferentemente dos textos anteriores, nos quais era permitida a presença de críticos que divergiam do autor, agora o que acabamos de ver nesse prefácio é uma aclamação geral do livro. Por meio daqueles pareceres, em grande parte certamente técnicos, embora o depoimento do pesquisador Roberto Mota não seja insuspeito, a obra por um lado extrapola enquadramentos disciplinares, transpõe fronteiras, e, por conseguinte, se torna patrimônio das ideias universais. Ao retornar de um silêncio de duas décadas haveria pouco o que falar e pouco do que defender sua obra. Não precisaria. Os vários prêmios e títulos recebidos pelo autor, nesse ínterim, referendavam o valor dela, expresso nas palavras de Alvim Eurich presidente do Instituto Aspen na entrega do prêmio Aspen, em 1967, concedido “a indivíduos notáveis por contribuições excepcionalmente valiosas para a cultura humana nos setores humanísticos (filosofia, literatura, história, artes plásticas, musical)”. Também expresso nas palavras de Asa Briggs, em 1968, então vice-reitor de Sussex, na ocasião da concessão do título de Doutor Honoris a Gilberto Freyre por essa universidade: “trata-se de um triunfo universal, e não apenas nacional, de saber. Notável na Literatura da História Social, é obra de literatura pelas suas próprias virtudes literárias (“on its own rights”) e demonstração brilhante de que a Antropologia e a Sociologia podem recriar, para o homem, um sentido de passado como vida: vida na sua totalidade. Gilberto Freyre não concebe o estudo do passado, senão como estudo, assim total, de vida: ‘uma aventura de sensibilidade em que nos completamos a nós mesmos’”.²⁹⁹

Ao longo deste capítulo, a partir da descrição dos prefácios foram levantadas várias questões que atendiam à historicidade de cada uma das edições, ou seja, relativas a condicionantes externos, mas, sobretudo aos desejos do autor em apresentar, singularizar, dar atualidade, enfim, dar perenidade à sua obra. Visto em conjunto, esse movimento do livro, atendendo a um sentido de

²⁹⁸ FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 316-355.

²⁹⁹ FREYRE, Gilberto. “Capas”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1968, [s. p.].

permanência, foi possível graças à ideia de um texto como ensaio; mais precisamente ensaio como experimentação, cujo emprego permitiu a Freyre emprestar à sua existência intelectual um discurso que está disponível, ou seja, transformando um discurso possível em uma prática de vida, naturalizando algo contingencial.

Diante disso, o objetivo do próximo capítulo é seguir os passos, dar os possíveis contornos dessa experimentação. Assim, nossa tarefa será recuperar vários pontos relativos a cada um dos conteúdos apresentados ao longo das descrições dos prefácios, empreendidas no segundo capítulo e, a partir daí, tendo em vista as funções do prefácio apresentadas no primeiro capítulo, identificar o que estava em jogo no momento em que cada um desses textos foi escrito.

Capítulo 3

ENSAIO: A ESCRITA DA EXPERIMENTAÇÃO

3.1 – Montaigne e Freyre: o ensaio como experimentação

Não posso fixar o objeto que quero representar: move-se e titubeia como sob o efeito de uma embriaguez natural. Pinto-o como aparece em dado instante, apreendo-o em suas transformações sucessivas (...) observo e anoto os diversos acidentes que ocorrem dentro de mim e as concepções mais ou menos fugidias que minha imaginação engendra, as quais são por vezes contraditórias, ou porque tenha mudado eu, ou porque o objeto da observação apareça dentro de um quadro e de uma luz diferentes.

Michel de Montaigne

Essa passagem dos *Ensaio*s de Michel de Montaigne remete a algo mais complexo do que à definição do “eu”. Embora seja constituinte de um esforço do autor de ensaiar-se a si mesmo na apresentação de seus *Ensaio*s, reflete, conforme François Hartog, uma grande preocupação com o tempo, um contexto no qual o emprego da história *Magistra Vitae* conviveu com o questionamento desse *topos*.³⁰⁰ Por outro lado, a epígrafe acima é emblemática para a história de *Sobrados e Mucambos*, do modo como vem sendo discutido nesta dissertação, ou seja, a partir de seus prefácios. Se fixarmos o olhar no primeiro prefácio, identificaremos um jovem autor negociando um ensaio original, seja pelos contornos de uma tese sociológica ainda esparsa, seja pela perspectiva das fontes empregadas na pesquisa ou na ênfase de um sentido introspectivo de interpretação. No outro extremo dessa mesma perspectiva, encontramos um intelectual que retorna de um silêncio de vinte anos para ouvir da varanda do solar dos Apipucos os aplausos que reverenciavam a universalidade de sua obra. Não tendo o que dizer, ou mais precisamente, dada a audiência da obra, não haveria mais nada a dizer: a deferência internacional falaria por ele.³⁰¹

³⁰⁰ HARTOG, François. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. São Paulo. *História*, n. 148, jul. de 2003, p. 9-34.

³⁰¹ Nesse retorno do silêncio, faço alusão ao livro *A retórica do silêncio*, de Gilberto Mendonça Telles, mais detidamente ao texto introdutório “Um Discurso paralelo”, no qual o autor traça elos entre prefácio e a teoria do discurso no que diz respeito “ao problema do início, de começar a falar, da saída da zona do silêncio”. Algo inerente aos rituais de iniciação e que se relaciona a “uma série de sutilezas retóricas para a apreensão do que, num poema, denominamos de “os subúrbios da fala”, ou seja, a situação de expectativa diante da possibilidade de se lançar no ato da fala”.

Do ponto de vista da recepção dessa história, aparece um livro sob um olhar irônico que, a pretexto de um trabalho sociológico, apresentava a “luta de classes entre as cozinheiras e donas de casa no Nordeste brasileiro” reunida em “cerca de 10.000 fichas sobre dolorosas querelas domésticas pegadas em flagrante no fundo de obscuras cozinhas”.³⁰² No extremo derradeiro dessa recepção, podemos ver um autor, um escritor dividindo análises do século XIX com Joaquim Manoel de Macedo, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha, como propõe E. Bradford Burns na introdução à edição de *Sobrados e Mucambos*, na qual as contribuições originais ao estudo do passado brasileiro do prolífico escritor recifense “influenciaram gerações de intelectuais não só no Brasil como internacionalmente”.³⁰³

Assim, entre as concepções da obra – a do autor e a da crítica – não é possível pintar, fixar *Sobrados e Mucambos* em função dos vários sentidos atribuídos ao livro. Portanto, porque se move, devemos pintar a passagem, seu movimento. Se em cada um daqueles prefácios há uma motivação distinta, que deve ser historicizada, por outro lado, em sua história, acompanhamos os movimentos apreendendo o texto em suas transformações sucessivas, como aquelas mencionadas por Montaigne sobre seus ensaios. Conforme o raciocínio do grande ensaísta, porque aparecem dentro de um quadro e luz diferentes, as concepções fugidias de uma obra, em nosso caso *Sobrados e Mucambos*, podem ser vistas em função das transformações nos quadros de apreciação da produção dos saberes. É mais uma vez Montaigne quem nos ajuda a pensar nosso objeto: “é, pois, no momento mesmo em que o contemplo que devo terminar a descrição; um instante mais tarde não somente poderia encontrar-me diante de uma fisionomia mudada, como também minhas próprias idéias já não seriam as mesmas”.³⁰⁴ Se no primeiro prefácio de *Sobrados e Mucambos* é possível identificar o prestígio de uma produção de saber, o qual se diz sociológico sem comprometer seus contornos entre história e memória; na segunda edição há uma reorganização

TELES, Gilberto Mendonça. “Um discurso paralelo”. In: TELES, Gilberto Mendonça. *A retórica do silêncio: teoria e prática do texto literário*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1979, p. 1-12.

³⁰² Revista *Fronteiras*, dezembro de 1935, *apud* GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez, *op. cit.*, p. 570.

³⁰³ BURS, E. Bradford. “Introdução”. In: FREYRE, Gilberto. *The mansions and Shanties*. Los Angeles: Press Berkeley, 1986, [s. p.]. Texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre, no site da Fundação Gilberto Freyre (bvgf.fgf.org.br/livros/publicados/no exterior).

³⁰⁴ MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaíos*. Trad. Sérgio Milliet. Brasília: Ed. UNB/Hucitec, Livro III, 1987, p.152-153.

desse limite sociológico assumido pelo autor nas distinções entre as formas e os conteúdos em que se apresentam os fenômenos.

Sem querer dizer que há no livro um discurso do método volátil, o que nos importa apontar são as experimentações que rondam sua escrita. Experimento parece ser o termo apropriado para qualificar a natureza ensaística de *Sobrados e Mucambos*. Pensá-lo como um ensaio é imperativo, antes de tudo, traçar mínimos paralelos que filiem Freyre não só ao fundador do gênero, mas também, quiçá, ao maior dos ensaístas: Michel de Montaigne.³⁰⁵ Ao dedicar o capítulo “Da afeição dos pais pelos filhos” a uma tal Madame d’ Estissac, Montaigne parecia ter noção do que há pouco acabara de iniciar:

(...) Senhora, se a originalidade e a novidade que em geral valorizam as coisas não me salvarem, nunca sairei com honra desta tola empresa. Mas ela é tão fantástica e se apresenta sob uma forma tão diferente da comum, que talvez por isso mesmo seja aceita. Uma melancólica disposição de espírito, inimiga de meu temperamento natural, mas provocada pelas tristezas da solidão em que vivo sumido há alguns anos, engendrou em mim a idéia de escrever. Achando-me inteiramente desprovido de qualquer assunto específico, tomei a mim mesmo como objeto de análise e discussão. Concebido nessa ordem de idéias, extravagante e fora de todas as regras convencionais, meu livro tornou-se o único no mundo no gênero (...).³⁰⁶

Na apresentação do livro II dos *Ensaio*s de Montaigne, Pierre Villey informa que antes de março de 1580, data da aparição do título, não se tinha

³⁰⁵ Nesse ponto, seguimos as indicações de Marielle Macé, para quem “definir um ensaísta consiste seguidamente hoje em lhe filiar, estabelecer a lista dos elementos que lhe aproximam do grande ancestral, e o valor de um texto se vale de bom grado por este ar de família”. MACÉ, Marielle, “Mémoire du genre”. In: *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre em France au XX siècle*. Tours, Belin, 2006, p. 12, *apud* NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 307. Nessa tentativa de traçar paralelos entre Freyre e Montaigne, não podemos deixar de apontar autores que se dedicaram a analisar os impactos intelectuais de grandes ensaístas na formação de Freyre, como Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, que se dispôs a identificar nos anos de formação de Freyre as absorções de vários ensaístas britânicos do século XIX. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

³⁰⁶ MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaio*s, *op. cit.*, Livro II, 1987, p. 135. Conforme Pierre Villey, se Montaigne pode ter efetivado seu desígnio de originalidade e se ele se transformou no grande ancestral dos ensaístas, como afirmara Marielle Macé, isso se deve, nos termos de Villey, “a muitas complacências do destino (...). Se Montaigne não tivesse sido um grande senhor, rico, dono absoluto de seu tempo; se a natureza de sua educação não lhe tivesse dado um temperamento ativo e ambicioso; se sua meditação não houvesse disposto, para se nutrir, de uma cultura literária e filosófica excepcional em seu meio social, sua intenção não teria vingado e desabrochado”. VILLEY, Pierre. “Os ensaios de Montaigne”. In: MONTAIGNE, Michel Eyquem de, *op. cit.*, Livro II, p. 6.

conhecimento de algo caracterizado como ensaio: “busque-se em toda tradição literária antes de Montaigne, nenhum lugar, nem na Itália, nem na Espanha, nem na Antiguidade, se encontrarão *Ensaio*s. Não somente o nome era novo: era-o a própria coisa”. Até em Montaigne o termo aparecerá após muitos capítulos do Livro I. Emerge no texto no capítulo L (“Sobre Demócrito e Heráclito”) e, desde o primeiro instante, associado à ideia de experimentar:

(...) É o juízo instrumento útil em tudo. Estes ensaios me fornecem amiúde a oportunidade de empregá-lo (...) agindo como anjo, arriscando uma palavra aqui, outra acolá, amostras tiradas do todo, isoladas, sem intenção preestabelecida, e nada prometendo, não tenho por obrigação realizar uma obra de real valor, nem sequer me acho comprometido em relação a mim mesmo e conservo a liberdade de variar (...).³⁰⁷

A despeito de não haver em *Sobrados e Mucambos* qualquer menção a Montaigne, o que não é de se estranhar em um intelectual como Freyre, tão afeito à excepcionalidade, são vários os elos entre os dois ensaístas. Assim como os *Ensaio*s, o texto de Freyre passou por transformações seja de natureza material, como as supressões e acréscimos, a inserção de notas e de novos capítulos na segunda edição, aos quais aludimos no capítulo anterior, seja pelos significados transitórios defendidos pelo autor ao longo dos prefácios escritos ao livro.³⁰⁸ O não reconhecimento da paternidade pelo filho, não impede que a identifiquemos nos prefácios, onde o autor nos dá elementos para tal filiação. Para tanto, vamos recuperar a ideia de experimentação. Assim, vejamos o que Montaigne nos diz no ensaio intitulado “Da experiência”:

(...) o desejo de conhecimento é o mais natural. Experimentamos todos os meios suscetíveis de satisfazê-lo, e quando a razão não basta, apelamos para a experiência. Através de várias provas, a experiência cria a arte e o exemplo alheio mostra-nos o caminho (...) interpretar as interpretações dá mais trabalho do que interpretar a própria coisa, mas escrevemos mais livros sobre livros do que sobre os assuntos mesmos; comentamo-nos uns aos outros. Há excesso de comentadores, mas escassez de autores (...) a vida de César não nos oferece

³⁰⁷ MONTAIGNE, Michel Eyquem de, *op. cit.*, Livro I, p. 331-332.

³⁰⁸ Os volumes I e II dos *Ensaio*s foram publicados em 1580, enquanto o volume III foi publicado em 1588. Em 1595 há uma publicação póstuma na qual é acrescida de novos capítulos. Montaigne havia falecido em 1592. Os vários capítulos que compõem os três volumes são textos escritos ao longo de uma vida; daí, também, a concepção de um texto em constante escrita.

mais exemplos do que a nossa, porque tanto a de um imperador como a de um homem vulgar são vidas humanas e sujeitas a todos os acidentes humanos. Escutemos nossa experiência, e veremos que nos diz tudo aquilo de que temos necessidade especial (...).³⁰⁹

Embora esse longo trecho citado aluda a uma perspectiva temporal, que serve de substrato a uma concepção da história como mestra da vida, o que nos importa no excerto é a lição que, obviamente, se o tivesse lido, Freyre poderia ter subtraído da passagem. No prefácio inaugural de *Sobrados e Mucambos*, a tônica da novidade, da originalidade é que permite os experimentos. Como se estivesse seguindo o exemplo do ensaísta francês, Freyre não quer socorrer-se somente de interpretações do Brasil do século XIX. Embora postos como relevantes, autores como Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Afonso d’Taunay; cronistas como Vieira Fazenda, Pereira da Costa e, somado a esses, inserimos Euclides da Cunha, não citado mas presente de forma indireta, o autor deseja uma interpretação do passado brasileiro por outros caminhos. Quase sem intermediários ou mediadores de outra natureza entre o intérprete e o interpretado, entre a novidade do documento histórico – posto como “material ainda virgem, ou quasi esquecido: arquivos de família, livros de assento”, e a originalidade do método interpretativo do sentido “proustiano da casa”.³¹⁰

Antes de Proust, Montaigne projeta seu “eu” à primazia da interpretação. Quando diz que a vida de um homem vulgar comporta os mesmos acidentes aos quais a de um imperador está sujeita, sua experiência basta a si mesmo. Ninguém melhor para explicar a realidade a seu redor do que ele próprio. Ao buscar as respostas a partir de si mesmo, apresentando “uma vida das mais vulgares, que nada tem de especial”³¹¹, o ensaísta francês pinta uma vida comum, mais humana, na qual grandes feitos não existem, aquela na qual o erro não é sinônimo de ignorância, antes a “conclusão de que tudo está a exigir reforma”.³¹² Embora Freyre não seja tão retoricamente modesto, também oferece à sua interpretação um sentido mais humano, mais nevrálgico. Deseja encontrar um

³⁰⁹ MONTAIGNE, Michel Eyquem de, *op. cit.*, Livro III, p. 348-388. Em Montaigne, como indica Hartog, há uma relação com a história *magistra vitae* conflituosa, ambígua. Um período de transição que explicaria seu uso e seu questionamento, como o que as palavras de Montaigne expressam. HARTOG, François, *op. cit.*, 2003, p. 19-20.

³¹⁰ FREYRE Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 23-24.

³¹¹ MONTAIGNE, Michel Eyquem de, *op. cit.*, Livro III, p. 153.

³¹² *Ibid.*, p. 356.

Brasil por um sentido “menos doutrinário das coisas”. Não o encontrará em nenhum campo de Batalha, “Palmares, Canudos, Pedra Bonita”. Em uma de suas viagens, ao narrar as horas passadas em um museu “entre as reconstituições de velhos sobrados da Cidade de São Paulo” ficamos na expectativa de que vai nos dizer que encontrou esse Brasil. É como se nos dissesse que a proximidade dos sobrados antigos estimulasse os sentidos do “eu” do observador. Como se o sobrado unisse dois sentidos temporais: o da visão do presente ao da imaginação de um passado. Essa operação que realiza não é única, é extensiva a uma coletividade. Se o sobrado permitiu aquela experiência e se, para Freyre, “o brasileiro é um typo social em que a influencia da casa se accusa em traços de maior significação”, logo, como brasileiros, podemos participar daquela experiência vivida. Para os brasileiros, seus leitores, o autor cria um efeito de presença, o sobrado como objeto presente que produz impacto sobre corpos humanos, como na proposta de Gumbrecht.³¹³ Para um público mais restrito, como aponta Hartog, mas ainda inserido naquele, o autor queria dizer “eu vi” e, se ele viu, seus pares podem ver igualmente.³¹⁴ É esse público que de certo modo permite historicizarmos cada uma das fases do livro. E é ainda a ideia de ensaio como experimentação que nos conduzirá ao que estava em jogo no momento em que cada um dos prefácios foi escrito.

3. 2 – O ensaio acadêmico

Quando da escrita do primeiro prefácio a *Sobrados e Mucambos*, Freyre tem como pano de fundo, lembrando o que Certeau propõe de Lucien Febvre quando este escrevera *Lutero*, o exame da sua situação de historiador na série de estudos consagrados à interpretação do passado brasileiro.³¹⁵ Seguindo as indicações de Gérard Genette, de que a principal característica do prefácio original é o seu caráter monitório, ou seja, garantir ao texto uma boa leitura a partir de um porque e do como o autor deseja ser lido, é preciso dar os contornos

³¹³ GUMBRECHT, Hans Ulrich, *op. cit.*, p. 13.

³¹⁴ HARTOG, François, *op. cit.*, p. 279. Embora François Hartog proponha esse “eu vi” para uma história dita positivista, na qual se apagam e se condenam marcas de enunciação e, por isso, um “eu vi” sob a forma de vestígios, o empregamos em Freyre para se ter uma medida da forte presença da enunciação em seu texto.

³¹⁵ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 48.

do lugar a partir do qual Freyre se manifesta.³¹⁶ Há várias indicações nesse sentido. À primeira delas subjaz algo tão natural aos prefácios que na maioria das vezes não damos conta do valor paratextual ali inserido, isto é, o quanto a data e o lugar de onde assina o livro contribuem para sua leitura.

No caso das assinaturas dos prefácios às edições de *Sobrados e Mucambos*, elas dão a medida do movimento do livro paralelo ao deslocamento no perfil do autor. Freyre apresenta o texto como “ensaio resultante da mesma serie de pesquisas”, como continuação de *Casa-Grande & Senzala*.³¹⁷ Aqui, percebemos que não se refere ao livro como ensaio acadêmico, ou seja, não é um conceito que possa ser encontrado ao longo do prefácio; essa tipificação é uma atribuição nossa, uma categoria de que nos servimos para singularizar o lugar de onde o autor fala.³¹⁸ O prefácio é assinado do Rio de Janeiro, cuja data de assinatura é 1936. Essa data não é somente a da publicação do livro, mais do que isso: não só alude à sua experiência docente em um dos primeiros centros universitários do país, a UDF – instituição na qual, entre meados de 1935 e início de 1937, ministrara cursos e pesquisas, mas também faz referência à cidade para onde convergia grande parte dos intelectuais do país, como sugere a passagem a seguir:

(...) tudo parecia parado em São Paulo; os efeitos da Grande Depressão sobre a vida comercial e cultural haviam sido intensificados pela Revolução Constitucionalista de 1932. O Rio, por outro lado, começava a recuperar a posição de proeminência literária e intelectual que parecia ter perdido para a capital do café no início do movimento modernista, dez anos antes. Não apenas Zé Lins, mas quase todo o grupo nortista mudara-se para lá. O jovem e ambicioso editor sentiu-se obrigado a fazer o mesmo (...).³¹⁹

³¹⁶ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 176.

³¹⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 11.

³¹⁸ Faço aqui alusão à distinção que Reinhart Koselleck estabelece entre conceito e categoria. No estudo do passado, o historiador se defronta com vestígios conservados até seu presente. Ao transformar esses vestígios em fontes precisa se movimentar em dois planos: ou ele analisa os fatos que são articulados na linguagem dos textos, os conceitos que a permeiam e dos quais se serve para um “acesso heurístico para compreender a realidade passada”; ou então, por meio de hipóteses e de métodos, reconstrói fatos a partir de categorias externas e posteriores à linguagem dos textos, ou seja, serve-se de categorias “que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada”. KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 305-327.

³¹⁹ HALLEWELL, Lawrence, *op. cit.*, p. 356.

Endereçadas à mudança do proprietário da editora José Olympio para a capital do país, essas palavras dão o tom que animava a intelectualidade brasileira da década de 1930, a qual passaria a se reunir na nova sede da editora: Rua do Ouvidor, n. 10. Nesse novo endereço, José Olympio “reunira à sua volta os intelectuais mais preeminentes da cultura brasileira”³²⁰, ponto de encontro “de escritores e artistas de todos os matizes de opinião progressista, um verdadeiro clube onde as pessoas se encontravam, conversavam”, entre os quais encontramos Graciliano Ramos, prostado no banco preto do fundo da loja, de olhos entrefechados e um eterno cigarro pendendo dos lábios; também encontraremos um José Lins preocupado com suas doenças imaginárias; o socialista Osório Borba, eterno crítico de Vargas; Luís Jardim e seu companheiro Cândido Portinari; o sociólogo Gilberto Freyre e o gerente comunista de propaganda da editora capitalista, Jorge Amado.³²¹

É participando dessa comunidade intelectual que Freyre deseja ser visto. Participando de um novo perfil de intelectuais que ascenderam intelectualmente fora dos quadros de institutos tradicionais como o IHGB, construindo novos espaços para uma nova inteligibilidade do Brasil, em prejuízo de uma herança deixada por esse instituto, como o novo Brasil intelectual que transparece nas palavras de Costa Neves, ao se referir aos intelectuais com endereço na Rua do Ouvidor:

(...) mas o que talvez não se saiba, ou pelo menos pouco se saiba, é que o nosso país avança intelectualmente. Aí está, para quem quiser, a prova matemática dos números. Aumentam os escritores nacionais de valor. Aumentam os livros bons. Toma um caráter definitivo o nosso romance brasileiro. Percebe a gente que o Brasil vem adquirindo um estilo todo seu, personalíssimo, peculiaríssimo, inteiramente desembaraçado das velhas formas clássicas portuguesas (...) possuímos, escritos em linguagem brasileira, livros do valor de *A bagaceira* [José Américo de Almeida], *O Estrangeiro* [Plínio Salgado], *Banguê* [José Lins do Rego] e *Cacau* [Jorge Amado] (...).³²²

³²⁰ *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1937, [s. p.], apud HALLEWELL, Lawrence, *op. cit.*, p. 358.

³²¹ HALLEWELL, Lawrence, *op. cit.*, p. 364.

³²² COSTA NEVES, J. L. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1942, [s. p.], apud HALLEWELL, Lawrence, *op. cit.*, p. 358.

É esse novo Brasil que permite a emergência de uma nova prática de escrita da história. Conforme a hipótese de Fernando Nicolazzi, a emergência do ensaio no Brasil, contrária ao que acontecera no contexto francês do século XIX, no qual aparece atendendo a um esforço de reconquista da proeminência do literário diante de outros espaços de saber naquele território, deve-se à expansão do campo literário subjacente à reorganização das fronteiras disciplinares “diante da primazia da literatura como modalidade fundamental de representação da cultura nacional”.³²³ Nesse ponto, a expansão da literatura deve ser entendida como uma aproximação dos outros campos do saber; dito de outra forma, o nosso fenômeno central da vida e do espírito, como se referiu Antonio Candido ao papel da literatura no Brasil, parecia abrir concessões nessa nova etapa de interpretações da realidade brasileira. Pelo menos é o que identificamos nos prefácios de *Sobrados e Mucambos*.

Freyre parece levar para seus textos a experiência da formação acadêmica nos Estados Unidos, cuja graduação prestigiava disciplinas literárias, prestígio diminuído na pós-graduação, o qual pode ser creditado à especialização em História.³²⁴ Ainda que anuncie a sua originalidade em usar fontes ainda virgens, material esquecido pelas interpretações históricas preocupadas com estudos “grandiosos e servindo-se apenas de documentos illustres”³²⁵, na equação do conhecimento empregada na pesquisa, a análise das fontes ocupa um quinhão menor do que o ocupado pela interpretação. Mais precisamente, como propõe Ricardo Benzaquen de Araújo acerca das análises de Freyre de autos da Inquisição no Brasil, as fontes aparecem no livro antes para dar um sentido de autenticidade ao texto, aludindo ao trabalho de campo, concedendo uma sanção científica à sua ascendência literária, esta pensada, aqui, pelo predomínio da literatura em sua formação inicial nos Estados Unidos.³²⁶ Em *Sobrados e*

³²³ NICOLAZZI, Fernando, *op. cit.*, p. 314-315.

³²⁴ Pelos dados apresentados por Pallares-Burke, acerca das disciplinas cursadas por Freyre durante a graduação na Universidade de Baylor, das 22 disciplinas cursadas, nove apresentavam cunho literário, quais sejam: Composição e Retórica, Prosa e Composição, Dante e Literatura Épica, Desenvolvimento do Romance Inglês, Literatura Inglesa em Viagem, Literatura Americana, Literatura Inglesa da Restauração ao século XVIII, Shakespeare e Inglês Antigo. Na pós-graduação em Colúmbia, Freyre frequentou seis cursos de História, dois de Sociologia, dois de Antropologia, dois de Lei Pública, um de Inglês e outro de Belas-artes. PALLARES-BURKE, *op. cit.*, p. 61-71.

³²⁵ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 26.

³²⁶ Acerca das análises de Freyre dos autos da Inquisição, Araújo destaca dois pontos que convergem para a aceitação da fonte como autêntica. No primeiro deles o crítico aponta a

Mucambos, essa perspectiva do autor em prestigiar o lado autêntico das fontes pode ser vista na passagem a seguir, recuperada do segundo capítulo deste trabalho, mas aqui abordada em outra perspectiva:

(...) ora, nós vemos Padres Pardos e Pretos (o meo vigário na Bahia era preto), vemos hum Senador Pardo, hum Deputado Rebouças Pardo, Membros das Camaras Municipaes Pardos e o Senhor Canamerin de côr Preta em circunstancia de tomar assento na camara da Bahia: vemos na medecina e na cirurgia pardos, meos amigos e honrados companheiros; vemos Lentes de Academias medicas Pardos em grande numero, temos visto Ministros d’Estado Pardos; e nos tribunaes estão Pardos; nas Relaçoens também Pardos: e nos Cursos Jurídicos estudão Pardos; em todas as sociedades chamadas Secretas estão Pardos nossos Carissimos Irmãos (...) He pois necessario dispir prevençõens e chamar os animos á conciliação, evitando estímulos sem justo motivo; todos somos filhos da Patria; Ella pertence a todos; nos a devemos amar, socorrer, defender e por em socego, porque isso redunda em nosso benefício (...).³²⁷

Com o intuito de identificar experiências que expressavam o processo de acomodação em nossa formação social, Freyre não levou em conta outras possibilidades que a fonte descortinava. Por exemplo, esse argumento defendido por ele como “acomodatício”, antes de ser um louvor à igualdade de direitos e ascensão no Brasil, poderia apresentar algo mais urgente como a defesa da Pátria, alegação que nos parece, na passagem citada, estar acima de outras questões. De todo modo, essas carências, esses lapsos, não invalidam a reflexão do intelectual pernambucano.³²⁸ Ela nos remete à primazia do sujeito como fator mais determinante na produção do conhecimento histórico. Ao longo dos prefácios são

correspondência entre o conteúdo da fonte e as análises de Freyre sobre a atmosfera sexual no Brasil colônia. O outro ponto se relaciona à forma como Freyre aprecia os autos. Refere-se a esses documentos, como tais que compensaram a falta de diários que nos revelassem a intimidade da vida colonial, ou seja, o autor leva em conta antes a autenticidade do que, por exemplo, a sinceridade das fontes, isto é, lida com “... uma verdade que, quando se expressa, o faz com um fim em si mesmo, imediato e supostamente irrefreável (...)”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *op. cit.*, p. 190-192.

³²⁷ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 13. Na primeira edição, Freyre não cita o autor do artigo, nem no corpo do texto nem na bibliografia, o que se repetirá na segunda edição, embora nesta última, acrescentada na bibliografia, local e ano da publicação do periódico. *Sentinella da Liberdade na sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!!*, Recife, 1834, *apud* FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 1119.

³²⁸ Ricardo Benzaquen de Araújo aponta que, embora identificada a falta de manuseio crítico das fontes em Gilberto Freyre, esses lapsos não invalidam suas reflexões, sobretudo, no caso dos autos da Inquisição, porque acredita que “uma parcela da melhor pesquisa que se faz atualmente no país sobre o assunto vem confirmando, pelo menos em parte, alguns dos *insights* do nosso autor”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *op. cit.*, p. 191.

vários os momentos em que apresenta os documentos dos quais se serviu para pesquisa. Mas, se são referências que estão ali para dar aquela sanção científica mencionada por Benzaquen de Araújo, também estão a serviço da imaginação do autor, motivada por um sentido introspectivo. Ou seja, se apresenta as fontes empregadas, se experimenta métodos heterodoxos utilizados “pela primeira vez, dentro da *technica* sociológica para interpretação sociológicas e *anthropologicas* (...)” [*sic.*] somadas a “interpretações (...) médicas (...) Folk-loricas. Philologicas. Puramente históricas”, a passagem ao texto é feita pela técnica literária, sem deixar de ser uma narrativa histórica esta, aqui, pensada como o emprego de artefatos, com o intuito de criar, representar e contemplar uma realidade.³²⁹

A existência de um narrador em *Sobrados e Mucambos* constitui-se em um desses artefatos usados pelo autor para, ao mesmo tempo, criar, representar e contemplar o passado brasileiro. Para tanto, a criação, a representação e a contemplação desse passado atendem à organização da narrativa a partir de três elementos, quais sejam: a casa, a memória e a viagem. São esses elementos pelo trânsito livre, e nos dois sentidos, entre presente e passado, que permitem ao narrador compor a narrativa das mudanças urbano-sociais do século XIX no Brasil. A casa nos parece o mais importante desses elementos. Antes de prosseguirmos, vejamos uma das passagens do prefácio onde ela aparece:

(...) o sistema casa-grande-senzala, que procuramos estudar em trabalho anterior, chegara a ser – em alguns pontos pelo menos – uma quasi maravilha de *accommodação*: do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pae, da mulher ao marido. Também uma quasi maravilha de adaptação do homem, atravez da casa, ao meio phisico. Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanisarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quasi a quartos de creado, as moças namorando das janellas para a rua, as aldeias de mucambos, os “quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quasi sem se communicarem com elles, os xangôs se differenciando mais da religião catholica do que nos engenhos e nas fazendas, aquella *accommodação* quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distancias sociaes começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa-grande e a casa pequena (...) entre meninos creados em casa e meninos creados na rua (sem a velha zona de confraternisação entre as duas meninices que fôra a bagaceira nos engenhos). Entre a dona de casa e a mulher da rua (...) as

³²⁹ TELES, Gilberto Mendonça. “O discurso histórico-literário”. In: TELES, Gilberto Mendonça, *op. cit.*, p. 39-61.

casas-grandes com cacimba no fundo do sítio chegando a vender água à gente das casas mais pobres (...).³³⁰

O primeiro ponto significativo dessa longa passagem tirada do prefácio de 1936 relaciona-se à onipresença e à onisciência da natureza da casa diante das transformações que alcançam, conforme nos traduz o trecho acima, os quatro séculos de nossa formação social. A casa tanto presencia relações sociais mais duais como as entre senhor e escravo, mulher e marido, quanto eventos mais complexos, possibilitados pela entrada em cena de novos personagens na nova paisagem social advinda da urbanização, representados pela moça, pelo moleque, pela mulher da rua, pelo pobre. Por outro lado, ela parece tudo ver: o menino branco e o menino negro lambuzando-se com a garapa dos engenhos. É de sua janela que as moças descobrem a rua e, por conseguinte, os galanteios. É também pela janela que fogem do colégio religioso ou raptadas pela descoberta de um amor proibido. É também pela passagem de sua porta, fugindo do pai ou do marido, que a mulher ou a moça se torna mulher de rua, signo de um estigma privado que havia se tornado público.

Outro ponto expressivo relaciona-se ao emprego da primeira pessoa do plural nos termos “procuramos” e “entre nós”. Esse uso empresta uma proximidade entre o autor e o leitor que, de imediato, leva-os do presente ao passado. Mal apresenta os dualismos mais fixos que estudara em livro anterior e se projeta junto com seu leitor na nova paisagem social, inserindo-o na narrativa, convidando-o a assistir a passagem daqueles eventos sociais.

Onde está, nessa passagem, o emprego da técnica sociológica? O que nos parece é que o narrador a dispensara em proveito de um método mais “humano”, que tem os pés assentados em dois tempos. Entre as posturas municipais (fontes analisadas por Freyre) e o cenário do século XIX que essas descortinam, está o método introspectivo: a memória. Se enquanto brasileiros temos traços, como propõe Freyre, que acusam maior significação da casa e se a memória, como propõe Agostinho, é onde encontro a mim mesmo, logo essa memória guarda um pouco desses traços que remontam a um tempo anterior. O próximo passo nessa equação interpretativa cabe à viagem. Esse elemento também está conectado com os outros dois. Na viagem em busca do passado, o narrador

³³⁰ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1936, p. 14-15.

projetado pelo autor carrega consigo, lembrando Agostinho, conhecimentos que resultam de sua própria experiência e da crença no testemunho de outrem. É esse tempo que o narrador reconhece entre as reconstituições de velhos sobrados que encontrara no museu em São Paulo. Enfim, nada nos impede de arriscar que uma operação tal qual a descrita pode ter antecedido à construção daquele cenário urbano do século XIX brasileiro.

Além disso, quando dissemos que a passagem ao texto se dava em função do literário, pela presença de um narrador, sem deixar de ser uma narrativa histórica, é porque há subjacente à criação, à representação e à contemplação do passado um discurso histórico, se entendermos que ele organiza um processo de enunciação que abarca, ao mesmo tempo, esses três níveis.³³¹ Tendo o passado como o referente do seu discurso, Freyre o cria a partir do momento em que o seleciona, o recorta. Ele o contempla, o observa, não necessariamente, mas principalmente pela memória e pela viagem, dada a sanção legítima que o autor e a comunidade de ciência, da qual participa, conferem a esses pressupostos.³³² Por último, ele organiza o passado e o representa no texto pela casa. Diante de uma sociedade histórica em profundas transformações, elege a casa como o elemento conservador, estável, perene, que lhe permite organizar nossa experiência temporal de modo narrativo. Numa alusão a Paul Ricoeur, transformando o tempo em tempo humano, ao articulá-lo em uma narrativa, a casa contorna os traços daquela experiência temporal.³³³ Enfim, o que vemos é Freyre emprestando à sua narrativa da história um estilo em acepção literária, à maneira como propõe Peter Gay em seu estudo sobre o estilo dos historiadores³³⁴, um estilo no qual a casa é o

³³¹ Para Gilberto Mendonça Teles, no discurso histórico, histórico-literário para esse crítico, podem ser encontrados inter-relacionados elementos literários, filosóficos e científicos. É filosófico porque quer provar algo. É científico porque mostra um passado transparente, como o relógio que vemos sob um vidro transparente. É literário porque organiza o passado no texto por uma linguagem. TELES, Gilberto Mendonça, *op. cit.*, p. 39-45.

³³² Alguns números, embora não sejam suficientes, são indicativos da relevância que o pensamento social conferia à viagem como procedimento de interpretação da realidade brasileira. Por exemplo, entre as décadas de 1930 e 1940, os relatos de viagem, como os de Karl Martius, Johan Spix, Louis Agassiz e Louis Couty, saltam de 12, 2% para 24,3% dos títulos editados sob a coleção Brasileira da Editora Nacional. Além disso, informação também apresentada por Heloísa Pontes, ainda na década de 1940, a editora Martins cria a coleção Biblioteca Histórica Brasileira, cujo objetivo era reeditar relatos de viagem de vários viajantes que percorreram o interior do Brasil. PONTES, Heloísa, *op. cit.*, p. 392-393.

³³³ RICOEUR, Paul. "O círculo entre narrativa e temporalidade". In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, Tomo I, 1994, p. 15-17.

³³⁴ GAY, Peter. *O estilo na História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 21.

componente histórico em meio a uma maneira específica de manejar as frases, de dar ritmo à narração, tal como a cadência que o autor dá àquela narrativa das transformações sociais do século XIX no Brasil.

3.3 – O ensaio sociológico

Como dissemos na seção anterior, a caracterização do texto, agora como ensaio sociológico, não é uma designação defendida por Freyre; atende a nosso intuito de demarcar etapas no movimento do livro. A segunda edição de *Sobrados e Mucambos* é cercada de várias especificidades, sejam elas extratextuais ou intertextuais, que nos permitiram tratar essa fase, do ponto de vista do autor, como a do ensaio sociológico.

O período entre a primeira e a segunda edição do livro, entre 1936 e 1951, corresponde à fase de criação dos primeiros centros universitários do país e, por conseguinte, à formação dos primeiros sociólogos brasileiros. É desse novo lugar e dos profissionais ali instalados, seja pelos professores estrangeiros, seja por seus alunos, que a obra de Freyre passará a ser julgada como algo do passado. Em outros termos, lembrando as palavras de Gustavo Sorá acerca das demandas do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, nenhuma atividade que não estivesse centrada na universidade e controlada por meio de teses, trabalhos de campo, banca examinadora, entre outros, poderia ser considerada como sociologia científica.³³⁵ Esse tipo de sociologia, nos termos de Florestan Fernandes, um dos primeiros sociólogos formados na ELSP, somente poderia ser praticado em São Paulo, diferentemente do restante do país, como outras nações subdesenvolvidas, que não dispunha de recursos racionais de pensamento e ação. O estado adiantado de industrialização de São Paulo promovia um novo tipo de mentalidade, que concorria para exposição de técnicas racionais de intervenção científica nos problemas da cidade.³³⁶

Esse pensamento encontra correspondência nas palavras de Antonio Candido, ele próprio um dos primeiros proeminentes intelectuais da então

³³⁵ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p.].

³³⁶ FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. Ensaio sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo: Anhembi, 1958, p. 184, *apud* SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p.].

incipiente USP, ao apontar que o primeiro trabalho propriamente sociológico só apareceu no Brasil em 1939 com *Assimilação e populações marginais do Brasil* de Emílio Willems, então professor da embrionária Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e que, na década, fazia parte dos quadros da Universidade de São Paulo.³³⁷ O limite estabelecido por Candido de uma só vez desloca três das grandes obras de Freyre, na medida em que *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste* são de publicação anterior a 1939. Esse parece ser seu novo desafio: lutar contra os deslocamentos impostos às suas obras, ora negando-lhes o caráter puramente científico, ora restringindo seu caráter explicativo ao nordeste do Brasil. Como bem o fez Candido que, por um lado, conferiu uma explicação regional àquelas obras e, por outro, atribuiu a elas um misto de ensaio em que a força da literatura interferia com a tendência sociológica, combinando ciência com arte.³³⁸

Nos quinze anos que separam as duas primeiras edições de *Sobrados e Mucambos*, Freyre publicou quase vinte livros.³³⁹ Dentre esses, *Sociologia e Problemas Brasileiros de Antropologia*, publicados respectivamente em 1945 e 1943, diferem dos demais por serem resultantes das experiências docentes do autor e, sobretudo, como propõe Simone Meucci, porque são compêndios sociológicos que estão na raiz do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, na medida em que refletem um esforço de conversão de uma sociologia interpretativa para uma sociologia conceitual direcionada a

³³⁷ Segundo Simone Meucci, em 1945, Antonio Candido tornou-se assistente na cadeira de sociologia I da Universidade de São Paulo. Enquanto, nesse mesmo ano, Willems desenvolvia um trabalho de campo em uma comunidade de Cunha, no estado de São Paulo. MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 187.

³³⁸ CANDIDO, Antonio, *op. cit.*, p. 130-137.

³³⁹ Os livros publicados são: *Nordeste* (1937); *Conferências na Europa* (1938); *Assúcar* (1939); *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira* (1939); *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas* (1940); *Um engenheiro francês no Brasil* (1940); *Região e tradição* (1942); *Problemas brasileiros de antropologia* (1943); *Na Bahia em 1943* (1943); *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944); *Sociologia* (1945); *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas* (1947); *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil* (1948); *Quase política* (1950); *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (1953); *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953); *Assombrações do Recife velho* (1955); *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil* (1958); *Ordem e Progresso* (1959); *A propósito de frades: sugestões em torno da influência de religiosos de São Francisco e de outras ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs, especialmente das hispânicas nos trópicos* (1959); *O velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"* (1959); *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje* (1960).

especialistas e futuros especialistas – o novo público-leitor especializado que emergira dos novos centros universitários.³⁴⁰

Dentre esses dois livros, creditamos ao livro *Sociologia* um de seus vários esforços no intuito de enfrentar o desmerecimento científico de seus trabalhos. Entre as conceitualizações que o texto apresenta estão as distinções estabelecidas entre os objetos da sociologia e os de demais áreas do saber. Para o autor, como apontamos no capítulo anterior desta pesquisa, enquanto a história, o direito, a economia, a psicologia, entre outros ramos do saber, analisam aspectos ou conteúdos especiais, como o econômico, o cultural, o legal, a sociologia foca os aspectos funcionais, recorrentes, as formas sociais.³⁴¹ São essas distinções entre o que cabe ao conteúdo e o que cabe à forma que serão levadas para os prefácios de *Sobrados e Mucambos*, com a finalidade, primeiro, de singularizar a perspectiva analítica do autor e, principalmente, garantir a atualidade, a permanência do livro. Mas, antes de irmos aos dois prefácios da segunda edição, é preciso lançar uma questão. Envolvido nesse contexto de institucionalização das ciências sociais, a elaboração de um compêndio sociológico seria suficiente para que fosse visto como um cientista social? Sua figura de proeminente intelectual garantiria isso? Uma pesquisa exaustiva poderia responder com proveito a essas questões. O que nos resta é apenas apontar que o autor buscou um lugar que efetivasse a legitimidade de sua sociologia: o Instituto Joaquim Nabuco.

Segundo Paul Freston, a criação de um instituto de pesquisas em Recife deve ser ligada à figura de Ulysses Pernambucano de Mello, psiquiatra, reformador social que na década de 1930 havia organizado, junto com seu primo Gilberto Freyre, o congresso Afro-Brasileiro de 1934. A ideia de um instituto aparece subentendida em manifesto organizado pelos dois contra os usineiros, cujo objetivo apresentado por Freyre era sugerir um inquérito que revelasse as exatas condições de vida dos operários que trabalhavam nas usinas de açúcar³⁴², haja vista que essa sugestão é congruente como o primeiro dos objetivos do vindouro instituto de pesquisa: “estudar os problemas sociais relacionados direta e indiretamente com a melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro,

³⁴⁰ MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 186.

³⁴¹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, p. 207-208.

³⁴² FREYRE, Gilberto. *Quase política*, 1966, p. 17, *apud* FRESTON, Paul, *op. cit.*, p. 319.

especialmente do trabalhador rural”.³⁴³ Outra manifestação sobre esse intuito aparece em carta a Fernando de Azevedo, para o qual confessara a pretensão de organizar um Centro de Pesquisas Sociais em Pernambuco.³⁴⁴ À notoriedade intelectual de que já dispunha no início da década de 1940 agregaria a atividade política, com a participação em eventos oposicionistas, como um comício pela democratização do país ocorrido em março de 1945, no qual a repressão policial vitimara duas pessoas, prendendo outras, entre as quais, Gilberto Freyre. Conforme Freston, cresce a fama esquerdista do intelectual, exemplificada pela condição de um dos fundadores da esquerda democrática em Pernambuco e efetivada com o apoio decisivo dos estudantes da faculdade de direito de Recife, pela escolha de seu nome para candidato a deputado federal pela UDN. Eleito deputado, em 1948 apresentará à câmara federal projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco, que seria autorizado pela lei federal 770 de 21 de julho de 1949.³⁴⁵

Uma ideia do quanto representaria a criação desse instituto tanto para Pernambuco quanto para Freyre pode ser medida pela manchete do *Diário de Pernambuco* de 1º de janeiro de 1949: “com o Instituto Joaquim Nabuco volta o Recife ao antigo esplendor de Centro de Renovação Social e Intelectual do Brasil”.³⁴⁶ Publicada seis meses antes da criação do instituto, a manchete reflete o clima de otimismo e nostalgia – o que não é incomum a matérias jornalísticas de virada de ano, que rondavam a cidade de Recife. Se a criação do Instituto, como aspirava à manchete, reconduzia a cidade ao posto de centro intelectual, para o intelectual tal instituição lhe daria, entre outras possibilidades, legitimidade sociológica; o “lugar”, nos termos de Certeau, que atribuía uma dimensão institucional para o conhecimento que o autor produzia.

É como presidente do conselho diretor do Instituto, cargo ocupado durante vários anos, que Freyre assinará a segunda edição de *Sobrados e*

³⁴³ FRESTON, Paul, *op. cit.*, p. 319-320.

³⁴⁴ Carta de Gilberto Freyre a Fernando de Azevedo, 13\11\1935. Acervo da coleção “Fernando de Azevedo”, IEB, USP, *apud* MEUCCI, Simone, *op. cit.*, p. 105.

³⁴⁵ FRESTON, Paul, *op. cit.*, p. 317-321. Em sua trajetória, o instituto teve três designações, até 1963: Instituto Joaquim Nabuco. Desse ano a 1980: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Nesse ano, por ocasião do aniversário de 80 anos de Gilberto Freyre, transforma-se na Fundação Joaquim Nabuco, que funciona em três centros na cidade de Recife, sendo que o da rua Dois Irmãos no bairro de Apipucos localiza-se na vizinhança da antiga casa de Gilberto Freyre, onde atualmente funciona o complexo da Fundação Gilberto Freyre.

³⁴⁶ Diário de Pernambuco 01\01\1949, [s. p.]. Disponibilizado no site da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (www.fundaj.org.br/histórico).

Mucambos, publicada em 1951. Nessa edição, há vários indícios da presença da autoridade a qual esse lugar remontava, cujos tons podem ser vislumbrados a partir das transformações que a nova publicação trazia. O primeiro desses indícios refere-se às datas dos paratextos à edição. Embora a publicação seja de 1951, os dois prefácios e a introdução ao texto aparecem assinados e datados de março de 1949. O que sugere essa antecipação? Sem querer entrar no mérito da veracidade da data de escrita desses paratextos, o que nos interessa é a coincidência dela com o ano de criação do Instituto. Mais precisamente, a datação de março de 1949 permite-nos especular tanto a expectativa do autor diante do iminente instituto – quem conheceu o histórico da relação do intelectual com a instituição criada por ele diria que assumira uma cadeira de direção quatro meses antes de sua inauguração³⁴⁷ – quanto sugere uma nova autoridade para o livro assentada no Instituto e buscada até mesmo de forma retroativa.

Dissemos no capítulo anterior que o prefácio reeditado da primeira edição, aparece na segunda com alterações, dando uma performance ao texto que não era a da primeira edição, por exemplo, a posição crítica frente ao marxismo é estendida, tornando-se mais clara, mais direta, mais nominativa. O vínculo a uma instituição, somado às alterações, permite ao prefácio dar ao livro, posto como ensaio, uma feição sociológica. Chegamos a essa definição a partir do que propõe Certeau, segundo quem “um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem”.³⁴⁸ O primeiro passo de Freyre em direção a essa definição refere-se àquela vinculação institucional a um instituto de pesquisas. Esse atrelamento exige mudanças na escrita que lhe permitem participar de uma comunidade “científica”, a qual associamos à comunidade imaginada proposta por Benedict Anderson.

³⁴⁷ Paul Freston apresenta dois depoimentos que remetem à forma como se dava a relação de Gilberto Freyre com o Instituto Joaquim Nabuco. O primeiro é de Heraldo Souto Maior, que convivera com o intelectual nos primeiros anos da instituição: “Gilberto nunca criou discípulos à altura dele, sobretudo no Nabuco. Em parte, talvez, porque nunca foi professor de universidade. E também por causa de sua personalidade forte. As pessoas tinham temor de enfrentá-lo. Ele tinha uma perspectiva muito universalista de um lado, e muito provinciana do outro. De controle da vida intelectual da província”. O outro depoimento é de Roberto Mota, filho de Mauro Mota, presidente do instituto entre 1956-1970: “seus catorze anos de diretoria se caracterizavam por uma lealdade... [a] Gilberto Freyre. Nem um momento meu pai conspirou... contra o presidente do conselho diretor (...) durante catorze anos a “coabitação”... foi extremamente bem sucedida entre Presidente e Primeiro-Ministro, isto é, diretor executivo”. MOTA, Roberto, *Diário de Pernambuco*, 11/11/1987, p. A-11, *apud* FRESTON, Paul, *op. cit.*, p. 335-348.

³⁴⁸ CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 71-72.

Mudanças tais como a impressa à pessoa dos verbos, da primeira para segunda edição, são evidências disso. O deslocamento, nos verbos que se referem ao autor, da primeira pessoa do singular para a primeira pessoa do plural, do “eu” para o “nós”, atende a uma convenção, ao “verossímil enunciativo” mencionado por Certeau, no qual o “nós” se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor.³⁴⁹

Se o “nós” sustenta o discurso ainda será preciso remetê-lo a uma prática, aquela na qual a viagem é uma técnica que nos permite vê-la como um instrumento que é caro ao pensamento histórico em que Freyre está inserido. Daí a necessidade do autor de acrescentar, na reedição do prefácio, a indicação de novas viagens em direção ao sul do país e, por conseguinte, ampliar o valor explicativo de suas proposições.

Se a função do paratexto reeditado, por meio das alterações, foi dar atualidade institucional ao livro, ele também deixa a casa arrumada para que o prefácio à segunda edição se encarregue do estabelecimento da distinção sociológica de Freyre frente a perspectivas de seus contemporâneos. É o “estado da questão” do qual trata Certeau e que em nosso autor se refere ao prestígio que confere ao estudo dos fenômenos sociais por meio das formas em que se apresentam. No que diz respeito à distância temporal na qual esse prefácio se encontra em relação à primeira edição, Genette o caracterizaria como posterior, mas defende que possa também ser visto como original pelos novos leitores. Assim, a principal função dele é recuperar uma declaração de intenção como “resposta às primeiras reações do primeiro público, e da crítica”.³⁵⁰

Em *Sobrados e Mucambos*, a função desse paratexto não é tão defensiva como propõe o semiótico francês. A recuperação de uma intenção é mais performática. Por exemplo, o que aparece na primeira edição como a intenção de um estudo histórico-sociológico da relevância da casa em nossa formação social, em prejuízo de se estudar campos sensacionais de batalha, aparece na segunda publicação como estudo que, pelo seu “desdobramento”, não tem como propósito “fazer do açúcar ou da comunidade ou da área açucareira no Brasil (...) a base única de estudo histórico-sociológico, a que nos arriscamos, do patriarcado escravocrata do Brasil”. O desdobramento ao qual se refere é

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 71.

³⁵⁰ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 212-213.

sustentado pela indicação daquelas novas viagens no prefácio anterior e, sobretudo, apoiado pelo acréscimo de cinco novos capítulos e notas ao texto que a nova edição apresenta. Transformações que sugerem uma obra em movimento e um autor em contínua pesquisa, daí a resposta aos críticos que “pecam pela precipitação, considerando, como consideram, um estudo ainda em começo como se fosse já a obra inteira”. Mas o autor não se limita a essa defensiva; a performance de seu livro consiste em que o seu “carater principalmente sociológico” não deve ou pode “ser julgad[o]a ou considerad[o]a do ponto de vista convencionalmente cronológico ou sistematicamente geográfico ou corográfico”.³⁵¹ Em seus termos, o que define seu ensaio é uma heterodoxia; uma liberdade de experimentar. Um ensaio sociológico cujo único compromisso é permitir concessões, como deseja o autor:

(...) retirar da história e da ecologia o bastante para o estudo sociológico (...) para a revelação e a tentativa de interpretação de situações, formas e processos patriarcais (...) de convivência ou de associação humana, no Brasil, menos afetados pelo seu conteúdo ou pela substância particular (...).³⁵²

Na passagem, o prestígio da forma é o pressuposto que distingue a sociologia do autor de outros campos do saber; por exemplo, os conteúdos apresentam circunstâncias “cuja determinação incumbe antes ao ecologista ou ao historiador puro que ao sociólogo”.³⁵³ Ao prestigiar os fenômenos pela formas em que se apresentam, não somente singulariza o seu sociológico, mas também dá um caráter perene à sua perspectiva, na medida em que se os fenômenos têm conteúdos diferentes, como uma sociedade mineira aqui, uma sociedade açucareira ali e uma sociedade pastoril no sul, na forma elas são patriarcais. Assim, não há como invalidar sua tese do patriarcado do Brasileiro. Daí a metáfora, aludindo à presença do livro *Sociologia em Sobrados e Mucambos*, de uma imagem imprecisa na qual a carne e as vísceras são as partes perecíveis, os conteúdos, ao passo que a estrutura óssea é a forma, a parte menos perecível.³⁵⁴

³⁵¹ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à segunda edição (1949)”. In: FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1951, p. 34.

³⁵² *Ibid.*, p. 34.

³⁵³ *Ibid.*, p. 34-35.

³⁵⁴ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1967, p. 207-208.

Desse modo, Freyre não separa o que fez da maneira como fez, ou seja, faz da perenidade da tese sociológica a permanência do livro.

3.4 – O ensaio universal

Os dois últimos prefácios que Freyre escreve a *Sobrados e Mucambos* são elaborados a certa distância da primeira edição. Gérard Genette os caracterizaria de tardios. Conforme o autor francês, muitos prefácios tardios cumprem, tal como muitos paratextos posteriores, funções de recuperação de algo deixado vazio. Mas o semiótico decide pela apreciação do que lhe parece próprio, pela longa distância temporal e pela proximidade da morte, aos paratextos tardios: o caráter de derradeiro. Nesse ponto, a primeira de suas funções é de natureza autobiográfica.³⁵⁵ Entretanto, não trataremos os dois últimos prefácios de *Sobrados e Mucambos* sob a perspectiva de derradeiros, haja vista que se estão distantes da edição original, há até mesmo entre eles uma distância considerável entre 1961 e 1981; extremos correspondentes às suas publicações.

De todo modo, sem querermos dar uma função específica a esses textos, eles serão apreciados pelas posições complementares que exercem em função de uma nova silhueta pretendida para a obra. Para tanto, o primeiro ponto a abordar é a qual circunstância está relacionada essa nova performance desejada. Em sua análise da trajetória intelectual de Freyre e de seu livro germinal, Gustavo Sorá menciona que o autor se defronta com um problema inédito na iminência de uma publicação estrangeira do texto: como garantir uma edição definitiva, padronizada, de um texto considerado científico e, por isso, passível de reavaliação periódica em função dos progressos nas várias ciências e estudos nos quais se baseia? A saída para isso, conforme assevera Sorá, encontra-se na transferência do seu carisma para o livro e inserindo-o, por meio de constantes reedições, numa lógica de reprodução cultural não acadêmica, mas literária.³⁵⁶

Embora as motivações em torno dos livros de Freyre sejam distintas, a hipótese de Sorá, em parte, nos permite entender, inclusive devemos a seu texto a indicação de uma busca de Freyre pela universalidade de sua obra, os deslocamentos que impõe na apreciação de sua obra. *Sobrados e Mucambos*,

³⁵⁵ GENETTE, Gérard, *op. cit.*, p. 219-220.

³⁵⁶ SORÁ, Gustavo, *op. cit.*, [s. p.].

como apontamos ao longo deste trabalho, aparece na segunda edição substancialmente transformado em relação à publicação anterior. São acrescentados cinco novos capítulos, uma introdução e centenas de notas de rodapé. Dadas as implicações que as quase 800 notas provocariam, a análise delas mereceria um estudo à parte. Neste momento, apenas nos compete apontar o que implicaria o uso desse expediente em *Sobrados e Mucambos*. Se levarmos em conta que Anthony Grafton defende que as notas de rodapé estão para as ciências humanas assim como as referências aos dados estão para os relatórios científicos: “fornecem suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados”³⁵⁷, a grosso modo, a presença delas no texto implica um recurso científico.³⁵⁸ Como menciona Certeau, assim como as referências e as citações, as notas e por todo o aparelhamento de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira “t[ê]m por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade”. Essa estrutura desdobrada do discurso extrai “uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade”.³⁵⁹

No entanto, se na primeira edição de *Sobrados e Mucambos* não havia notas de rodapé, a crítica a esse texto, como assevera Grafton a respeito do emprego ou não emprego de notas aos livros, fica no plano da admiração ou da reprovação das teses históricas apresentadas.³⁶⁰ Ao contrário, tendo em vista que elas aparecem indicando “as principais fontes que o historiador realmente usou” para convencer o leitor de que “realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo”³⁶¹, seu emprego na segunda edição permite que a crítica se desloque da admiração e da reprovação e passe para a instância da verificação e/ou refutação das teses apresentadas.³⁶²

³⁵⁷ GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998, p. 7.

³⁵⁸ Como propõe Michel de Certeau, o termo científico é tão suspeito no conjunto das ciências humanas, nas quais é substituído por análise, quanto nas ciências exatas, na medida em que remeteria a leis. Entretanto, pode-se definir como tal a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permite “controlar” operações destinadas à produção de objetos determinados (CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, 2008, p. 109). Nesse ponto, o emprego de notas de rodapé é parte desse conjunto de regras que alude a procedimentos realizados, no caso da história, na análise do passado.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 101.

³⁶⁰ GRAFTON, Anthony, *op. cit.*, p. 7.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 30.

³⁶² *Ibid.*, p. 7.

Assim, se o emprego de notas de rodapé dava credibilidade a *Sobrados e Mucambos*, por outro lado, deixava-o mais vulnerável, haja vista que o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, do qual o próprio Freyre era constituinte, e os avanços advindos dele, possibilitariam a verificação e a refutação de teses sociológicas como as defendidas em seu livro, o que o tornaria superado. A solução encontrada passa pela inserção do texto num outro patamar explicativo: sua perenidade seria possível por meio de um sustentáculo de literatura universal.

Essa parece ser a principal tarefa dos dois últimos paratextos. Se o primeiro se encarregara de inserir o livro, por meio de uma singularização expressa na defesa da novidade das fontes, no método de análise introspectivo, na heterodoxia das interpretações que mesclava sociologia, antropologia, história, entre outras; aos dois seguintes coube a função de atualizar e de defini-lo como ensaio sociológico institucionalizado; os dois últimos parecem incumbidos de dar um caráter definitivo a *Sobrados e Mucambos*.

O primeiro passo nesse sentido é aludir à imagem do livro, como apontamos na descrição do prefácio à terceira edição, como monumento a um povo, na medida em que evoca do seu passado, por meio de “seus estilos de residência, constantes de existência e normas de coexistência que ainda hoje parecem agir sobre a vida e o caráter do mesmo povo”; constantes que permitem ao brasileiro enfrentar “imposições modernas de economia e de técnica” em respeito “a tradições peculiares a sua formação, patriarcal, é certo, mas também democrática”. Assim, se esses valores, como defende o autor, “não podem ser de todo esquecidos pelos reformadores sociais e estéticos de hoje, sem o risco de realizarem reformas de todo precárias ou apenas de superfície”³⁶³; e se o livro os evoca, podemos inferir, atentando para os termos “democrática” e “reformas”, que a sequência argumentativa do paratexto remonta ao livro como monumento a um projeto de nação orientado pelo ponto de vista do passado, ou seja, um projeto de futuro organizado por uma experiência do passado.

Em 1961, data da escrita do prefácio, há quase duas décadas o país saíra de um regime ditatorial e experimentava novos ares possibilitados pela abertura política. É dessa época a construção de hidrelétricas por Eurico Gaspar

³⁶³ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1961, p. XIII.

Dutra e Juscelino Kubitschek; a criação da Petrobrás e da Siderúrgica de Volta Redonda pelo Vargas do período democrático; os primeiros grandes projetos de industrialização do país; a Constituição Federal tida como democrática, liberal, que respeitava, entre outros direitos, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a liberdade de pensamento, menos para os parlamentares do partido comunista, que foram cassados e o partido fechado. O conteúdo do prefácio, como os termos “democrática” e “reformas” aludem, dá conta de um pouco dessas transformações pelas quais passava o país. A abertura política e todo aquele contexto desenvolvimentista parecem colocar o país mais uma vez diante da expectativa de alcançar o futuro. No prefácio, o termo revolução é que parece carregar em seu alforje esse futuro:

(...) estamos em face de uma revolução de tal amplitude que ao lado dela a chamada revolução industrial se amesquinhará num brinquedo sociológico; e a outro brinquedo sociológico ficará reduzida a revolução social julgada definitiva pelo marxismo ortodoxo (...) sabemos hoje que semelhante concepção de uma revolução mundial no sentido de um mundo socialmente novo está de todo ultrapassada. Caminhamos para um mundo socialmente novo, não há dúvida: mas não através de uma revolução social à moda marxista – solução já sem sentido – e sim através de uma revolução total que tem desde já por causa, e ao mesmo tempo, por instrumento, a automatização (...) dentro de uma civilização automatizada desaparecerá – segundo os melhores indícios sociológicos – o atual antagonismo capitalista-trabalhador para se estabelecerem novas formas de relações entre os homens. E o problema central para esses homens, o maior desafio à sua inteligência, ao seu gênio, à sua ciência, à sua arte, à sua técnica, não será o da organização do trabalho, mas o da organização do lazer (...) organizado de acordo com uma variedade de aptidões, de inclinações, de preferências, combinando-se o gosto pessoal de cada um com as conveniências do todo social no sentido de uma música, de uma arte, de uma devoção religiosa, de estudos, de experimentos, de especulações, dos quais participe cada um conforme sua capacidade (...).³⁶⁴

A forma como o termo revolução aparece no longo trecho, designando tanto uma revolução econômica e uma revolução social desqualificadas quanto uma nova alternativa de revolução, encerra o que Koselleck nos diz a respeito do seu emprego: seu campo semântico é tão amplo e a imprecisão conceitual é tão

³⁶⁴ *Ibid.*, p. XVI.

grande que poderia ser definida como um clichê. Esse caráter não unívoco leva o historiador a concluir que no interior da palavra habita “uma força revolucionária capaz de fazer com que a expressão se dissemine continuamente e seja capaz de conter em si o mundo”. Daí se pergunta: “o que, no mundo, não se deixa revolucionar? E o que, em nossa época, não está submetido a efeitos revolucionários? Conforme Koselleck, essas indagações “remetem a uma constatação que é parte integrante da modernidade”, cuja experiência da imediatez permite a submissão “ao conceito de revolução mais do que se poderia eventualmente supor. O conceito de revolução é um produto lingüístico de nossa modernidade”.³⁶⁵

A passagem citada do prefácio acena nessa direção. Inserido nesse mundo em que tudo se deixa revolucionar, Freyre parece resignado diante da demanda de revolução e, diante desse processo irreversível, defende, em detrimento de outros, o projeto de revolução que se direcione para a organização do lazer. E organização do lazer implica novas formas de organização social, como a construção de habitações adequadas a essas novas formas, o que não vem, em sua apreciação, sendo percebido pelos construtores das capitais modernas do Brasil, como Brasília e Goiânia, cuja arquitetura apresenta um social que se volta “ainda para um coletivismo ou para um trabalhismo já em processo de ser quase todo superado por novas formas de solidarismo e por novas formas de relações do homem não só com o meio físico porém com o meio social”. A proposta dele é que se construam no sertão brasileiro “sobrados especificamente brasileiros – e não indistintamente modernos – de um novo ou moderno tipo; e em novas relações desses sobrados uns com os outros e com a paisagem brasileira do interior”. Esses novos sobrados encerram um tipo ideal de construção porque são a “aliança técnica e artística, sociológica e psicológica, da tradição com a modernidade, e, no caso de cidades como Brasília e como Goiânia, da modernidade com o sertão brasileiro”.³⁶⁶

O que vemos, mais uma vez, é o autor recolocando seu pressuposto da casa como princípio ordenador da sociedade brasileira, ou seja, até mesmo na passagem para a modernidade nossa inserção nesse futuro que se aproxima deve ser conduzida pelo passado. Essa concepção de tempo parece um contraponto à

³⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart, *op. cit.*, p. 61-62.

³⁶⁶ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, p. XVII.

ideia de tempo moderno, como propõe Hartog, aquele no qual o ponto de vista do futuro domina, onde a palavra chave é progresso.³⁶⁷ Orientado por um processo de aceleração, a ideia de futuro, como assegura Koselleck, “abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade”. O contraponto temporal de Freyre ampara-se nessa ideia de continuidade. Em um livro publicado entre esses dois últimos prefácios de *Sobrados e Mucambos* e na parte dedicada à crítica desse texto, o autor caracteriza esse tempo ora de genético, ora de social, no qual as origens, os estilos de vida e formas de convivência tornam-se características do comportamento de um grupo humano por “um constante processo de mudança social – ou sócio-cultural – em que o passado está sempre se tornando futuro, através de um rápido presente”.³⁶⁸ Enfim, quando conclui essa caracterização temporal, eleva seu livro àquela condição de monumento ao povo brasileiro, para o qual sua obra vem contribuindo através do seu

(...) tosco modo bergsonianamente genético e talvez – como já se tem dito – “joyceano” e “proustiano”, de ser, senão sociólogo, antropólogo, para que, brasileiro de hoje, sinta sob os seus pés alguma coisa de resistente – essencial, além de existencialmente resistente – sobre que se apóie não só o seu presente como o seu futuro, através da identificação de continuidades que corrijam até certo ponto inevitáveis excessos de descontinuidade no espaço e no tempo sociais (...).³⁶⁹

Após todas essas questões levantadas acerca dos prefácios e se lembrarmos que a existência do prefácio emancipado do livro atendeu a uma nova relação com o real implicado na narrativa resultante do corte temporal, o que pensar do seu emprego em *Sobrados e Mucambos*? Se o corte no tempo implicou na separação entre prefácio e texto, exigindo dos historiadores a dupla posição do real, mencionada por Certeau, o que deseja trazer à tona e o implicado pela operação científica, ou seja, o real de uma sociedade passada e o real do presente encerrado na problemática levantada pelo historiador, a função do prefácio em Freyre é desfazer essa separação tornando essas duas experiências em uma única e contínua experiência. Não queremos dizer com isso que, tal como Tucídides ou Joinville, embora nosso autor, como esses, não se ressinta de aparecer na narrativa e até porque Tucídides e Joinville não refletiam sobre seus métodos em textos

³⁶⁷ HARTOG, François, *op. cit.*, 2003, p. 11.

³⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Como e por que sou e não ou sociólogo*. Brasília: Ed. UnB, 1968, p. 73-74.

³⁶⁹ FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1968, p. 75.

paralelos à sua narrativa³⁷⁰, sente-se compreendido na mesma ordem temporal da narrativa.

Quando assina o último paratexto, acabara de completar 80 anos e se encontra naquela fase da existência na qual a visão da obra imprime ao paratexto um caráter testamental.³⁷¹ A semelhança do que fez Michelet em sua história da França, Freyre faz de sua autobiografia a história do Brasil. Pelo menos há um pouco disso no último dos prefácios escritos, ao investir na publicidade de sua linguagem. A linguagem do livro, como ele deseja, remete à história do autor e, por conseguinte, à do Brasil, e, sobretudo, pelo que ela contém, ao pensamento universal. “Lembra-se” de como tudo começou, da infância de filho cujo pai era versado não só na língua portuguesa, mas também na latina; da meninice de neto de gente patriarcal e rural e de convivência com sobreviventes de escravos, ouvindo histórias e aprendendo palavras. Daí se explica a linguagem de seus livros, seus amerindianismos, seus plebeísmos e africanismos.³⁷² O que nos parece é que a linguagem é o elo que permite uma experiência completa entre passado e presente. Não só de uma experiência individual, mas nomeadamente coletiva, ao referir-se ao texto como “o livro brasileiro”.³⁷³

Por outro lado, quando o autor alude ao “impacto de *Sobrados e Mucambos*” internacionalmente, se o texto encerra uma ciência alongada em filosofia social, sociologia, história social, antropologia, psicologia social, intuição bergsoniana, poesia, arte, expressão literária, isso implica também que realiza uma experiência completa do ponto de vista do pensamento.³⁷⁴ É essa realização que permite ser acolhido nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Itália, na Espanha, na Polônia, tornando-o, por esse acolhimento, um patrimônio comum de diferentes culturas; um ensaio cujos experimentos elevam-no a uma grandeza universal.

³⁷⁰ GRAFTON, Anthony, *op. cit.*, p. 31.

³⁷¹ Freyre nasceu em março de 1900 e o prefácio é assinado com data de outubro de 1980.

³⁷² FREYRE, Gilberto, *op. cit.*, 1981, p. XXX.

³⁷³ *Ibid.*, p. XXXI.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. XXXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Gerárd Genette, acerca da sua indagação de como leríamos o *Ulysses* de Joyce se não se intitulasse *Ulysses*, como leríamos *Sobrados e Mucambos* sem os prefácios escritos ao livro? O que poderíamos dizer é que a leitura seria distinta da qual faríamos, sabendo que eles existem e, é claro, se os lermos. Como conhecemos sua existência, vejamos um primeiro caso. Em “Leituras inteligentes de *Sobrados e Mucambos*”, Édson Nery da Fonseca, dada a movimentada atividade político-intelectual de Freyre entre 1933 e 1936, se pergunta como foi possível ao autor em tão pouco tempo escrever *Sobrados e Mucambos*, obra ainda mais extensa cujo texto se apresenta em capítulos equilibradamente organizados, ao contrário da desproporção textual de *Casa-Grande & Senzala*? A hipótese é a de que o autor já havia mentalmente formulado a continuação desse último.³⁷⁵

Sem querer entrar no mérito dessa hipótese, mesmo porque Fonseca investiu pouco em fundamentá-la, o que nos importa nela é o local no qual o analista afirma que a teria encontrado: nos prefácios dessas duas obras. Fonseca se refere àquelas passagens, inclusive mencionadas ao longo deste trabalho, nas quais Freyre, primeiro, menciona que não foi possível condensar num só volume todo o trabalho, ficando para o segundo o estudo de outros aspectos do assunto e, a respeito de *Sobrados e Mucambos*, de que se trata de continuação de estudo já publicado, resultante da mesma série de pesquisas do livro anterior.

Ainda nessa apresentação do livro *Sobrados e Mucambos*: entendimento e interpretação, Fonseca propõe que este volume que organizou “oferece uma visão pluridisciplinar de uma obra propícia a este tipo de abordagem, escrita que foi por um pensador social que adotou pioneiramente um pluralismo metodológico”. Diante desses textos elaborados à sua obra, assevera Fonseca, Freyre se “exultaria”, tal como “Sócrates a respeito de seu aluno Platão: que coisas me fazem dizer estes jovens nas quais eu nunca pensara!”.³⁷⁶ Se

³⁷⁵ FONSECA, Édson Nery da. “Leituras inteligentes de *Sobrados e Mucambos*”. In: FONSECA, Édson Nery da. (Org.). *Sobrados e Mucambos*: entendimento e interpretação. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1996, p. 13.

³⁷⁶ FONSECA, Édson Nery da, *op. cit.*, p. 14. Os textos que constituem esse livro são: “Casa, Corpo, Mundo Brasileiro”, de Maria do Carmo Tavares de Miranda; “Significado de *Sobrados e Mucambos*”, de Vamireh Chacon; “O significante “ambiental” em *Sobrados e Mucambos*. Uma

lembrarmos o que identificamos na análise dos prefácios de *Sobrados e Mucambos*, não seria absurdo arriscar que essas concepções de Fonseca a respeito desse livro e de seu autor equivalem-se às próprias concepções do autor proferidas nos prefácios, ou seja, e ressignificando a exclamação de Sócrates, Freyre, de onde estiver e se ouvisse as palavras de seus discípulos, possivelmente diria: que coisas me fazem dizer estes jovens, se parecem com as quais eu sempre quis que dissessem.

A congruência entre as concepções freyreanas e as concepções desses leitores de *Sobrados e Mucambos* nos permite inferir o poder paratextual dos prefácios. O que dissemos nas primeiras palavras deste trabalho: muito da leitura que faremos começa a ser decidido nas produções que cercam o texto. E o prefácio tem força decisiva no quinhão dessa leitura, lugar no qual começa a ser estabelecida a monarquia do autor, diria Foucault.³⁷⁷ Essa constatação tampouco resolve nosso problema. Sobretudo ainda seria preciso indagar: qual o porquê da necessidade de controlar o significado do livro? Talvez a resposta passe por uma questão temporal.

No caso da escrita da história, o corte no tempo no regime moderno imprimiu transformações na relação entre sujeito e objeto. Esse divórcio exigiu do sujeito do conhecimento um exercício de domínio sobre a antiga relação. Na narrativa histórica isso reflete a necessidade do sujeito do conhecimento em produzir sentido entre duas experiências históricas, elos que preenchem as lacunas abertas pelo corte entre presente e passado. Em *Sobrados e Mucambos* a perda do passado encontra na casa um elemento que une experiências. É ela que empresta à experiência individual do autor a condição de evento coletivo da formação do povo brasileiro.

Por outro lado, levando o mundo para o texto, é com ela que o organiza. A memória, a viagem são princípios de inteligibilidade do passado acionados pela casa. Em conjunto, são esses os elementos mais “humanos” que lhe permitem, em sua retórica da permanência, adotar o ensaio como categoria discursiva para seus prefácios. Tal como Montaigne, Freyre não se voltou para grandes exemplos ou eventos dramáticos. Pintou o seu texto partindo de sua

leitura geográfica”, de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro; “Sobrados e Mucambos”, de José Artur Rios.

³⁷⁷ FOUCAULT, Michel. “Prefácio”. In: FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. VIII.

experiência individual, do que era caro à sua condição de sujeito. E a busca de um sentido de permanência permitiu experimentos transitórios, provisórios, que acabam por participar do significado último desejado para o texto.

EDIÇÕES ANALISADAS

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado e desenvolvimento do Urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/MEC, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado e desenvolvimento do Urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado e desenvolvimento do Urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1951.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarchado Rural no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Trad. Ângelo Ricci. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ANDERSON, Benedict R. O’Gorman. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. In: *Almanack Braziliense*, v. 07, maio 2008, p. 47-55.

AZEVEDO, Aluísio de. *O Cortiço*. 34. ed. (Texto integral cotejado com a edição original, Rio de Janeiro, B. L. Garnier). São Paulo: Ática, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.

BÔAS, Gláucia Villas. “O tempo da Casa-Grande”. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, nº 3, 1988, p. 343-355.

BOEIRA, Luciana. *O discurso do método em Varnhagen*. Texto não publicado, 36 p.

BORDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 7-16.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BUESCU, Helena Carvalhão. A casa e a encenação do mundo: os fidalgos da casa mourisca, de Júlio Dinis. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 27-38.

CANDIDO, Antonio. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1996, p. 117-145.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. “Ler: uma operação de caça”. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 259-273.

CHARTIER, Roger. *A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1999.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: a terra e o homem*. 1º vol. 26. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963.

DARWIN, Charles. “Seleção natural ou a sobrevivência do mais apto”. In: DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 75-94.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: A cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FONSECA, Édson Nery da. “Leituras inteligentes de *Sobrados e Mucambos*”. In: FONSECA, Édson Nery da. (Org.). *Sobrados e Mucambos: entendimento e interpretação*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1996.

FOUCAULT, Michel. “Prefácio”. In: FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

FRESTON, Paul. “Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p. 316-355.

FREYRE, Gilberto. “Introdução a Documentos Brasileiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.

FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. *The masters and slaves*. Nova Iorque: Alfred Knopf, 1946, [s. p.]. Texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre da Fundação Gilberto Freyre (bvfgf.org.br/obralivros/prefacios). Acesso em 07/12/2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da Família Brasileira sob o Regimen de Economia Patriarchal. Rio de Janeiro: Ed. Schimdt, 1933.

FREYRE, Gilberto. *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: Ed. UnB, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paizagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941.

FREYRE, Gilberto. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

GAY, Peter. *O estilo na História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas. O antropólogo como autor*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual Brasileiro: 1900-1936*. Trad. Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Revista Ágora*, vol.11, n.1, 2005, p. 31-47.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto\ Ed. Puc-Rio, 2010.

HALEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985.

HARTOG, François. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. São Paulo. *História*, n. 148, jul. de 2003, p. 9-34.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2001.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HERÓDOTO. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. Livro I.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KESTLER, Izabel Maria Furtado. “O conceito de Literatura Universal em Goethe”. São Paulo: *Cult*, v. 130, p. 46-49, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Viana Boeira e Néelson Boeira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LEENHARDT, Jacques. “Protocolos da escrita: as estratégias de Gilberto Freyre”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 145-155.

LEMAIRE Ria. “Amores inteligentes”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 75-98.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Gabinete Literário de Edições 70. Lisboa: Edições 70, 1993.

LIMA, Luiz Costa. “A narrativa na escrita da história e da ficção”. In: LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 15-117.

LIMA, Luiz Costa. “A versão solar do patriarcalismo: *Casa-Grande & Senzala*”. In: LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 187-237.

MAIO, Marcos Chor. “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 11(1), maio de 1999, p. 111-136.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editora, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Capítulos de Capistrano*. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>> Acesso em: 15 de Jul. 2010.

MAYBURY-LEWIS. David H. P. “Introdução”. In: FREYRE, Gilberto. *The masters and the slaves: a study in the development of brazilian civilization*. Trad. Samuel Putnam. New York: Alfred A. Knopf, 1986, [s. p.]. Texto disponibilizado na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre da Fundação Gilberto Freyre (bvgf.fgf.org.br/obra/livros/prefacios). Acesso em 07\12\2010.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: Unicamp, 2006.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaaios*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Brasília: Ed. UNB\Hucitec, 1987, 3 vols.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O cativo de Clio: narrativa entre memória e história” In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 157-174.

POCOCK, J. G. A. “O estado da arte”. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 23-62.

PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil: Editores, Editoras e “Coleções Brasileiras” nas décadas de 30, 40 e 50*. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 359-409.

RICOEUR, PAUL. “O círculo entre narrativa e temporalidade”. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, Tomo I, 1994, p. 15-17.

RODRIGUES, J. H. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. Sua evolução e seus problemas atuais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SAMIAN, Étienne. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860). In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2001, p. 89-126.

SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a história colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (Orgs.). *O imperador das idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 101-117.

SORÁ, Gustavo. “A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-Grande & senzala* de Gilberto Freyre”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, nº. 36, São Paulo, fev. de 1998, versão eletrônica Scielo.

SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 27-77.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TELES, Gilberto Mendonça. *A retórica do silêncio: teoria e prática do texto literário*. São Paulo: Cultrix. Brasília: INL, 1979.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987, Livro I.

VASCONCELOS, Sandra G. T. “O que se diz no princípio”: uma leitura dos prefácios”. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS\ Editora da USP, 2006, p. 175-186.

VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Alba Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 1998.

ZALUAR, Alba. “A desordem urbana e os antagonismos e as acomodações entre Sobrados e Mucambos”. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 243-247.